



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS**

**MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA MENDONÇA**

**VIVÊNCIAS EM REDE: AVANÇOS E DESAFIOS DAS CATADORAS DE  
MANGABA EM SERGIPE**

**São Cristóvão, Sergipe**

**2024**

**MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA MENDONÇA**

**VIVÊNCIAS EM REDE: AVANÇOS E DESAFIOS DAS CATADORAS DE  
MANGABA EM SERGIPE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Núbia Santos

Linha de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social

São Cristóvão, Sergipe

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M539v Mendonça, Maria da Conceição Souza  
Vivências em rede : avanços e desafios das catadoras de mangaba em Sergipe / Maria da Conceição Souza Mendonça ; orientadora Vera Núbia Santos. – São Cristóvão, SE, 2024.  
154 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Serviço social - Pesquisa. 2. Mangaba - Sergipe. 3. Mulheres - Emprego. 4. Trabalho. 5. Redes de relações sociais. I. Santos, Vera Núbia, orient. II. Título.

CDU 364.6-055.2(813.7)

**MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA MENDONÇA**

**VIVÊNCIAS EM REDE: AVANÇOS E DESAFIOS DAS CATADORAS DE  
MANGABA EM SERGIPE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 31/05/2024

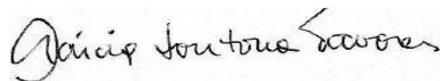
**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Núbia Santos  
Universidade Federal de Sergipe (Orientadora)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jesana Batista Pereira  
Centro Universitário de Maceió (Examinadora Externa)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Santana Tavares  
Universidade Federal da Bahia (Examinadora Externa)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Santana Cruz  
Universidade Federal de Sergipe (Suplente)

São Cristóvão, Sergipe  
2024

Às mulheres catadoras de mangaba do estado de Sergipe, exemplo de resistência pelo trabalho, com a certeza de que suas existências e trajetórias fazem a vida melhorar.

À minha família sanguínea e de afeto por caminhar comigo, e compartilhar do mundo que eu acredito.

## AGRADECIMENTOS

Esse é um processo que me fez forte, um retorno para mim, um momento de um encontro com a mulher negra, resistente e guerreira que habita em mim ancestralmente. Vivenciar o resgate da trajetória de trabalho das mulheres extrativistas catadoras de mangaba me proporcionou um olhar diferente, seguro e acolhedor para a vida, o trabalho e a luta pelo mundo que eu acredito! Agradeço a Deus por essa oportunidade!

Fundamental também, é agradecer as mulheres catadoras de mangaba de Sergipe, protagonistas do processo, pela generosidade da troca, pelo compromisso que em cada encontro me mostraram para com as suas histórias, seus desafios e suas conquistas. Nos últimos anos me proporcionaram um novo olhar sobre o ato de sonhar, me fizeram entender que o mundo precisa de mulheres que não desistam, e que seguir é sempre a melhor escolha.

E como agradecer a duas mulheres fortes e aguerridas que seguraram minha mão nessa caminhada? Vera Núbia, minha professora orientadora, que me ajudava a quebrar as barreiras, me empolgava nos momentos de dificuldade e me ajudava a pensar as possibilidades que envolviam o meu objeto de estudo, respeitando o meu processo, para além das dores do cotidiano.

E Mirsa Mara, que como as catadoras de mangaba dizem “quase uma catadora”, e que para mim é um referencial de mulher forte e determinada, profissional dedicada, exemplo de ser humano que transforma o mundo a partir do que acredita, pelo trabalho, que me dedicou horas de trocas de conhecimento sobre a temática, para me ajudar a desvendar as tramas da problemática em questão, saindo do visível para o que a sociedade capitalista não quer que seja visto.

Agradeço ainda ao meu companheiro Fabio e ao meu filho Cainan, que no convívio diário sempre me amaram incondicionalmente, superando qualquer dificuldade e respeitando os meus momentos. Com vocês aprendi que o mundo pode ser mais leve e feliz, que eu sou fruto de tudo que vivi até agora, mas todos os dias ainda pode ser de transformação. Aprendi a respeitar minha ancestralidade, o que vieram antes de mim, honrando as suas existências.

Agradeço a minha família, meu porto seguro, de onde eu vim, pessoas que me impulsionam e encorajam para o novo, o além limites. Meus pais, com os quais desenvolvi a minha ética sobre a vida, sobre o mundo e as pessoas, meus irmãos que estão sempre comigo, superando qualquer diferença! Minha avó, do seu amor eu criei asas que nunca se deixam podar se não for por minha escolha, deixando a trajetória repleta de consciência, fé e significado. A família que ganhei com o casamento, onde descanso no acolhimento e morada de afeto, vocês são incríveis, encantadores!

Alguns/mas amigos e amigas sempre estiveram aqui! Estão em trocas e palavras escritas nas próximas páginas, e eu não me atrevo a nominar, pois tenho medo de esquecer alguém, mas quando lembro do processo, me acho a mulher mais sortuda da face da terra! Sem esquecer dos meus colegas de turma e de profissão, por cada palavra de incentivo, cada possibilidade de reflexão, especialmente quando falavam do ineditismo da minha pesquisa.

Agradeço por fim, a Ascamai e ao conjunto de Associações de Catadoras de Mangaba pela parceria e confiança, ao Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), assim como a equipe e o conjunto de mulheres que fazem o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, onde foi me feito lar, em que eu me senti segura para produzir o conhecimento, a partir de inúmeros processo de aproximação e afastamento para enxergar as contradições que envolvem a problemática estudada.

Agradeço a Banca Examinadora, que desde a qualificação contribuiu para a evolução do estudo consideravelmente, para além de fortalecer os propósitos que o norteiam. São mulheres fortes e inspiradoras que eu tenho a felicidade de encontrar por vezes pela minha trajetória de formação profissional, pelas quais tenho um sentimento de profunda admiração e gratidão!

**MUITO OBRIGADA!**

## RESUMO

A dissertação analisa os avanços e desafios das mulheres extrativistas catadoras de mangaba participantes do Projeto “Rede Solidária de Mulheres de Sergipe”. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com recurso a fontes documentais e empíricas, por meio de realização de grupos focais. A análise, amparada no materialismo histórico-dialético, teve como marco referencial a realização dos I e II Encontros de Catadoras de Mangaba de Sergipe, realizados em 2007 e 2009, e a participação das mulheres nos grupos focais, em 2024. Os encontros permitiram às mulheres sua autoidentificação como catadoras de mangaba, o que possibilitou a construção de uma identidade e um processo de luta coletiva para efetivação de direitos como trabalhadoras. Os avanços e os desafios na trajetória coletiva das catadoras de mangaba são observados a partir das contradições inerentes à realidade e as correlações de forças que impulsionaram a constituição da sua identidade como sujeitos sociais em luta por direitos. À realização grupo focal com mulheres representantes de cinco associações de catadoras de mangaba, examinou-se as estratégias de luta coletiva pelo direito de permanecer na cata da mangaba como um processo de trabalho. Os resultados trazem a percepção dessas mulheres sobre aspectos transformadores do trabalho na cata da mangaba em Sergipe, tendo como pano de fundo a realidade descrita nos anais dos encontros estaduais. Reflete, também sobre a contribuição da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe nessa trajetória. Conclui-se que, na trajetória da organização coletiva para o trabalho da cata de mangaba em Sergipe, a participação das mulheres das associações de catadoras de mangaba permitiu a quebra de barreiras contra a invisibilidade do trabalho na cata de mangaba frente à lógica do capital, ao tempo que se deparou com o descaso de governamental em relação a conquista de direitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Extrativista; Mulheres Catadoras de Mangaba; Rede Solidária de Mulheres de Sergipe.

## ABSTRACT

The dissertation analyzes the advances and challenges of mangaba extractivist women participating in the Project "Solidarity Network of Sergipe's Women". Methodologically, it was a qualitative research, using documentary and empirical sources, through focus groups. The analysis, supported by historical-dialectical materialism, had as a reference the holding of the I and II Meetings of Mangaba Pickers of Sergipe, held in 2007 and 2009, and the participation of women in the focus groups, in 2024. The meetings allowed the women to self-identify themselves as mangaba pickers, which enabled the construction of an identity and a process of collective struggle for the realization of rights as workers. The advances and challenges in the collective trajectory of the mangaba pickers are observed from the contradictions inherent to reality and the correlations of forces that drove the constitution of their identity as social subjects in struggle for rights. In a focus group with women representatives of five mangaba pickers associations, the strategies of collective struggle for the right to remain in mangaba harvesting as a work process were examined. The results bring the perception of these women about transformative aspects of the work in mangaba harvesting in Sergipe, against the backdrop of the reality described in the annals of the state meetings. It also reflects on the contribution of the Solidarity Network of Sergipe's Women in this trajectory. It is concluded that, in the trajectory of the collective organization for the work of mangaba harvesting in Sergipe, the participation of women in the associations of mangaba pickers allowed the breaking of barriers against the invisibility of work in mangaba harvesting in the face of the logic of capital, at the same time that it was faced with the government's neglect in relation to the conquest of social rights.

**KEYWORDS:** Extractive Work; Women Mangaba Pickers; Solidarity Network of Sergipe's Women.

## LISTA DE SIGLAS

|          |                                                                                       |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| AMB      | Articulação das Mulheres Brasileiras                                                  |
| ASCAMAI  | Associação de Catadoras de Mangaba e Indiaroba                                        |
| EMBRAPA  | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                           |
| EMDAGRO  | Empresa de Desenvolvimento Agropecuário em Sergipe                                    |
| EMSETUR  | Empresa Sergipana de Turismo                                                          |
| ASSEMA   | Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão                             |
| IBAMA    | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis              |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                       |
| ICMBIO   | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade                               |
| INCRA    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                                   |
| MCM      | Movimento de Catadoras de Mangaba                                                     |
| MMM      | Marcha Mundial das Mulheres                                                           |
| MPF      | Ministério Público Federal                                                            |
| PNDSPCT  | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| PNPSB    | Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade             |
| SEIDES   | Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social             |
| SEMARH   | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos                             |
| UFPA     | Universidade Federal do Pará                                                          |
| UFS      | Universidade Federal de Sergipe                                                       |
| FLONA    | Floresta Nacional                                                                     |
| MMTR     | Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste                               |
| MMC      | Movimento de Mulheres do Camponesas                                                   |
| PRODETUR | Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo                                       |
| DAP      | Declaração de Aptidão ao Pronaf                                                       |
| PAA      | Programa de Aquisição de Alimentos                                                    |
| PNAE     | Programa Nacional de Alimentação Escolar                                              |

|         |                                                                                       |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| DSAN    | Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional                                     |
| SESC/SE | Serviço Social do Comércio Sergipe                                                    |
| UC      | Unidade de Conservação                                                                |
| SNUC    | Sistema Nacional de Unidade de Conservação                                            |
| RESEX   | Reserva Extrativista                                                                  |
| RDS     | Reserva de Desenvolvimento Sustentável                                                |
| PNDSPCM | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 –** Marca do primeiro projeto patrocinado pela Petrobras p. 96
- Figura 2 –** Marca do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe realizado em parceria com Petrobras p. 97
- Figura 3 –** Marca do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe p. 97
- Figura 4 –** Marca da Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba - Ascamai p. 97
- Figura 5 –** Imagem da página inicial do *website* do projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe p. 101
- Quadro 1 –** Indicadores socioeconômicos dos municípios atendidos pelo Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe p. 20
- Quadro 2 –** Levantamento de trabalhos na Plataforma Sucupira p. 23
- Quadro 3 –** Principais conquistas relacionadas às catadoras de mangaba no Litoral de Sergipe (2007 a 2017) p. 71
- Quadro 4 –** Dados e perfil político-representativo das catadoras de mangaba participantes do grupo focal p. 82

# SUMÁRIO

|                                                                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1. INTRODUÇÃO .....                                                                                                | 14         |
| <b>2. TRABALHO E VIDA DAS MULHERES CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE....</b>                                         | <b>31</b>  |
| 2.1 Significado do trabalho: aspectos conceituais que norteiam o estudo.....                                       | 31         |
| 2.1.1 Movimento Feminista na trajetória de trabalho e luta de mulheres negras, do campo e extrativistas .....      | 40         |
| 2.2 Territorialidade, extrativismo e luta feminina: aspectos fundantes do trabalho das catadoras de mangaba.....   | 44         |
| 2.3 Processo histórico e configurações relevantes sobre o trabalho das catadoras de mangaba em Sergipe.....        | 58         |
| <b>3. VIVÊNCIAS EM REDE DAS CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE: UM OLHAR SOBRE AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS. ....</b>  | <b>74</b>  |
| 3.2 Formação da Rede Solidária das Mulheres de Sergipe: avanços e desafios para o trabalho da cata da mangaba..... | 117        |
| <b>4. ASPECTOS CONCLUSIVOS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DEBATE .....</b>                                | <b>131</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                            | <b>141</b> |
| ANEXOS                                                                                                             |            |

## 1. INTRODUÇÃO

As mulheres catadoras de mangaba de Sergipe expressam uma forma de viver e trabalhar dentro de uma lógica extrativista que as tornam um grupo específico, compartilhando formas de existir que se parecem e se complementam em suas potencialidades, problemáticas e desafios. Pensando na vida dessas mulheres, especialmente em sua relação com o trabalho, apresento o estudo intitulado **“VIVÊNCIAS EM REDE: AVANÇOS E DESAFIOS DAS CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE”**, dissertação para titulação no Mestrado de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

A experiência junto às mulheres extrativistas catadoras de mangaba em Sergipe por vezes cruzou minha trajetória de vida, despertando meu interesse enquanto pesquisadora para as contradições da realidade que lhe são impostas, e suas lutas por (e para) existir e resistir diante da lógica de mercado que envolve o cultivo e comercialização da mangaba nativa em Sergipe, a posse da terra e a valorização da fruta.

O nosso primeiro encontro aconteceu no período em que trabalhei como técnica do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) no Governo de Sergipe. Outros momentos de aproximação foram relevantes: como docente na Universidade Tiradentes, tive a oportunidade de acompanhar trabalhos acadêmicos extensionistas e, por fim, no Serviço Social do Comércio de Sergipe (SESC/SE), onde coordenei o Programa Assistência, acompanhei o cumprimento de acordo de colaboração junto à Associação de Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Ascamai).

O extrativismo da cata da mangaba em Sergipe, realizado por mulheres, constitui-se em um processo de tensão, que envolve desde a manutenção mínima de suas necessidades e de suas famílias pela cata da mangaba, venda e fabricação de produtos processados de forma caseira, até o despertar para garantia de existir como grupo tradicional, acesso aos territórios e manutenção da cultura extrativista.

Neste sentido, a troca experienciada nas trajetórias em comum, trouxe o despertar para a percepção do trabalho como um elemento transformador das vidas das mulheres extrativistas catadoras de mangaba em Sergipe e seu posicionamento sócio político para o mundo, nos mais diversos âmbitos de

socialização como mulher, negra, extrativista, ambientalista, entre outros aspectos que as identificam como sujeito desse estudo.

O trabalho constitui o ser social e pelo trabalho ele transforma a natureza e a vida, sendo suas configurações nos diversos âmbitos fruto de um processo sócio histórico de constituição do ser humano. A mangaba, nesse caso, se torna uma mercadoria fetichizada, pensando na sua cadeia de extração, processamento, comercialização e consumo, que no processo de trabalho produz valor de troca e de uso, em que o trabalhador desconhece seu potencial no processo de sua transformação (Marx, 2013).

Em Sergipe, o trabalho das mulheres catadoras de mangaba espelha um saber secular, considerando o acúmulo de saberes por várias gerações, sendo as mesmas reconhecidas como comunidade tradicional. Nos anos 2000, essas mulheres começam um processo de organização e luta para além do território em que vivem e trabalham, a partir da inserção das mesmas num processo de pesquisa nas áreas de mangaba, promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Tabuleiros Costeiros<sup>1</sup>. (Embrapa, 2009)

Um levantamento junto aos grupos de catadoras sergipanas visibilizou uma trajetória de luta e resistência, em resposta a um processo de disputa pelo plantio de colheitas mais vendáveis, como a mandioca e o eucalipto, que determinavam menos importância à cata da mangaba para comercialização, desde a década de 1970, como possível, considerando sua característica de sazonalidade. A construção da Linha Verde, uma estrada litorânea que ligam os estados de Sergipe e Bahia pelo seus litorais, encurtando distâncias e consolidando uma rota turística que transformou o cenário local e de suas comunidades, com a construção de condomínios, resorts e empreendimentos

---

<sup>1</sup> “A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que foi criada em 1973 para desenvolver a base tecnológica de um modelo de agricultura e pecuária genuinamente tropical. A iniciativa tem o desafio constante de garantir ao Brasil segurança alimentar e posição de destaque no mercado internacional de alimentos, fibras e energia. Na execução dessa tarefa, em permanente diálogo com produtores, organizações científicas e lideranças do Estado e da sociedade civil, a Embrapa se pauta por: excelência científica em pesquisa agropecuária, qualidade e eficiência produtiva em cultivos e criações, sustentabilidade ambiental, aspectos sociais, [e] parcerias com o setor produtivo.” (cf. <https://www.embrapa.br/>). A estrutura da empresa no Brasil dá-se por unidades descentralizadas, que respondem por demandas da região onde se localiza. No caso de Sergipe, é a Embrapa Tabuleiros Costeiros (cf. <https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>)

turísticos, e a consequente valorização/especulação imobiliária das terras passaram a ser outro fator de forte disputa, que incluía a derrubadas das árvores de mangaba, diminuindo o potencial de coleta. (Porro; Mota; Schimitz, 2010)

O processo de mobilização social das catadoras de mangaba de Sergipe se deu para o seu reconhecimento como comunidade tradicional<sup>2</sup>, demanda que foi canalizada através da realização de dois encontros estaduais. O I Encontro das Catadoras de Mangaba, em 2007, que pela primeira vez, publicamente, elas se reconheceram como catadoras, com a fundação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) naquele mesmo ano e demandaram uma série de cursos de capacitação que se seguiram. Em 2009, foi realizado o II Encontro das Catadoras de Mangaba (Porro; Mota; Schimitz, 2010).

Entender a lógica de existência de comunidades tradicionais como a das catadoras de mangaba, dentro de uma estrutura de extrativismo, é perceber que as comunidades tradicionais dependem da natureza que as cercam, seus ciclos e seus recursos naturais, que passam a determinar seus modos de viver, mas que também fomentam seus conhecimentos para a utilização e manejo desses recursos. (Diegues, 1983). Assim, defender seus territórios é a única opção, considerando que eles são “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Brasil, 2007).

Por esta perspectiva, é realizado o I Encontro de Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe, que contou com a participação de 82 mulheres que se autodenominaram catadoras de mangaba, percebendo uma identidade comum, construída pelos fatores que permeavam suas vidas. Nesta oportunidade, criaram ainda o MCM como uma estratégia de organização para a luta (Embrapa, 2009).

Neste encontro, entre as pautas de deliberações apresentadas surge a demanda do primeiro mapeamento do extrativismo da mangaba em Sergipe, considerando a necessidade de conhecimento da realidade em números, suas problemáticas e impacto social. O primeiro mapeamento foi uma demanda

---

<sup>2</sup> Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007). Fonte: <https://www.gov.br/icmbio>

conjunta do MCM junto ao Ministério Público Federal (MPF) em Sergipe, e aconteceu coordenado pela equipe da Embrapa Tabuleiros Costeiros, com o apoio de outros órgãos governamentais envolvidos, como o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra), a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), entre outros, e as catadoras de mangaba (Embrapa, 2009).

Publicado em 2009, o Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe – Ameaças e Demandas foi o primeiro documento sobre a situação da mangaba no Estado, construído com a contribuição de mulheres catadoras de mangaba, que fizeram junto às instituições o levantamento das áreas e das famílias envolvidas com a atividade. A partir de então, registrou-se a existência de 64 comunidades e 1.628 famílias que viviam no entorno do extrativismo da mangaba, sendo as mulheres a maioria na prática livre de sua cata. O mapeamento publicizado no II Encontro, possibilitou às mulheres catadoras de mangaba visualizar as grandes ameaças frente ao seu trabalho e à sua existência, enquanto grupo extrativista, ante à valorização monetária da mangaba e à especulação imobiliária em seus territórios. (Embrapa, 2009)

A realização do mapeamento e as pesquisas efetivadas a partir dele, demonstrou a relevância e contribuição da cata da mangaba para complementação da renda familiar das mulheres, quando aponta que esta atividade gesta 60% da renda familiar total. Este dado impulsionou as catadoras de mangabas ao processo de mobilização e organização coletiva para estruturação do processo de trabalho e também como espaço de luta e debate sobre as condições do mesmo (Embrapa, 2009).

O processo fortaleceu o reconhecimento das catadoras de mangaba como trabalhadoras, detentoras de saber e de método (ou tecnologia) de intervenção na natureza, pensando em sua transformação, a partir das necessidades sociais, que nos moldes de organização econômica, vira mercadoria. No sistema capitalista, o trabalho está pautado nos referenciais das revoluções francesa e inglesa, se consolidando para a geração de lucro e mais valia, a partir da formação de duas classes antagônicas: burguesia, detentora dos meios de produção e proletariado, detentora da força de trabalho (Marx, 2014).

Ao se reconhecerem como trabalhadoras, catadoras de mangaba, dentro de um coletivo de outras trabalhadoras, se deparam com as problemáticas que envolvem o trabalho extrativista. Essas relações estabelecem a contradição capital e trabalho numa sociedade marcada por desigualdades, exploração e dominação, ficando um campo fértil de luta de classes frente às contradições determinadas pelas relações de dominação e poder, especialmente no que se refere ao trabalho da mulher.

Neste sentido, passam a pensar nos aspectos que as tornam esse coletivo pelo trabalho, suas demandas e possibilidades coletivas, assim como suas dificuldades no trabalho da cata da mangaba, especialmente com a criação do Movimento de Catadoras de Mangaba – MCM de Sergipe. Criar identidade de classe e a compreensão desigual do cenário base das relações capitalistas é fundamental para tencionar o status quo e construir caminhos de mudanças, transformações nas relações sociais estabelecidas.

O Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe possibilita um processo de organização das mulheres na construção de uma identidade coletiva que acredita ter por impactos a transformação de suas vidas. Das muitas conquistas de âmbito coletivo exemplificamos para além do Decreto n.º 12.723/92, que “Institui a Mangabeira como árvore símbolo do Estado de Sergipe” (Sergipe, 1992), o Decreto Lei n.º 7.082/2010, que reconhece as Catadoras de Mangaba enquanto grupo culturalmente diferenciado (Sergipe, 2010).

Numa perspectiva atual, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, responsabiliza-se pela promoção do desenvolvimento sustentável através do uso dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida das comunidades extrativistas, através da implantação de Unidades de Conservação (UC), a partir do que propõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pela Lei n.º 9.985/2000 (Brasil, 2000), configuradas na categorias Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como estratégia de conservação da biodiversidade<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio>, acessado 03.04.2024

Neste sentido, a luta das catadoras de mangaba extrativistas de Sergipe tem sua base legal estabelecida, seu trabalho de cata de mangaba nativa, suas características de comunidade tradicional, sua pouca acessibilidade a posse de terras em suas regiões, e especialmente seu legado de conservação de uma cultura e da biodiversidade de seu território, lhes concedem esse lugar. Suas reivindicações seguem por criação de Reservas Extrativistas (Resex) como garantia de manutenção de seus trabalhos, acesso à fruta e a direitos trabalhistas básicos como registro profissional, aposentaria, seguro defeso, entre outros que são garantidos em outros trabalhos, inclusive numa perspectiva tradicional extrativista com as quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão, por exemplo.

A partir do I Encontro e do despertar para possibilidades de conquistar direitos, do processo de organização, nasce a Ascamai<sup>4</sup>, como a primeira associação de catadoras de mangaba registrada em Sergipe, criada em 23 de maio de 2009, cujo objetivo é organizar as mulheres extrativistas tradicionais da mangaba, produzir e conservar essa cultura com práticas sustentáveis em respeito ao meio ambiente, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e gerando renda.

A Ascamai ascende como uma forte liderança no movimento organizado em Sergipe, numa perspectiva política e técnica, para pensar a trajetória de organização coletiva das mulheres catadoras de mangaba, assim como as possibilidades, frente ao trabalho, o trato com a fruta e as possibilidades de sua comercialização. Algumas parcerias foram fundamentais para a consolidação desse processo, a exemplo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Embrapa Tabuleiros Costeiros e Petrobras.

Assim, a Ascamai, com a ajuda técnica da UFS, propõe o Projeto “Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe”, realizado com patrocínio da Petrobras, junto ao Programa Socioambiental. O projeto foi realizado em duas fases, entre os anos de 2010 e 2015 e atuou em oito municípios e 26 comunidades do estado de Sergipe, envolvendo 764 mulheres

---

<sup>4</sup> Todas as informações sobre o processo de formação da ASCAMAI foram extraídas do histórico apresentado em seu site oficial [www.ascamai.com.br](http://www.ascamai.com.br)

extrativistas cadastradas no processo de auto-organização das Catadoras de Mangaba.

Da experiência considerada exitosa do projeto, surge em 2018, a proposta de implantação da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe<sup>5</sup>, uma proposta da Ascamai que contou com o patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental. A Rede Solidária de Mulheres de Sergipe atuou desde sua origem em processos educativos para estimular e ampliar as oportunidades de inserção profissional de aproximadamente 500 mulheres, na perspectiva de educação para o trabalho, enfatizando a valorização dos usos tradicionais e saberes referentes à sócio biodiversidade em áreas urbanas e da restinga sergipana.

O projeto da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe mobilizou em 2018, as mulheres catadoras de mangaba dos municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Japaratuba, e amplia seu processo de organização para mulheres artesãs, agricultoras e culinárias de Carmópolis. Seus avanços acontecem pela perspectiva do aperfeiçoamento profissional das mulheres e a criação da identidade visual de sua produção, numa possibilidade de coletividade e troca de saberes acumulados desde 2010.

Em 2020, em meio à finalização da fase I do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, eclode a Pandemia da Covid-19, momento em que se impuseram medidas sanitárias, inclusive de distanciamento social, para evitar a propagação da doença e evitar pôr em risco as vidas dessas mulheres. As atividades consideradas não prioritárias foram paralisadas, proibindo-se quaisquer formas de aglomeração, bem como outras formas de intervenção não-farmacológicas, como a obrigatoriedade de uso de máscaras para a proteção contra a infecção por um vírus com alta letalidade.

Com o desenvolvimento da vacina e o controle do vírus, as atividades foram retomadas, inclusive do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe

---

<sup>5</sup> O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, numa perspectiva de educação para o trabalho, enfatizando a valorização dos usos tradicionais e saberes da sociobiodiversidade em áreas urbanas e da restinga sergipana. O trabalho em rede promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano, enquanto estimula a geração de renda. Por isso, a atuação em rede compõe a essência desse projeto, através do intercâmbio de conhecimentos entre as Catadoras de Mangaba, que construiu o caminho da auto-organização das mulheres extrativistas em grupos produtivos, dialogando e formando parcerias com diversas instituições de natureza pública, privada e terceiro setor, e diversas outras mulheres com múltiplos talentos, saberes e potencialidades. Fonte: <https://ascamai.com.br/>

em sua fase II, a partir de outubro de 2021, com ampliação do seu escopo. Foram cadastradas, nesse momento 450 mulheres acolhendo catadoras de mangaba nos municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Japaratuba, mulheres artesãs, culinárias e agricultoras em Carmópolis e mulheres rendeiras e agricultoras do município de Divina Pastora.

Os territórios<sup>6</sup> atendidos pelo Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe têm como características comuns a baixa escolaridade e pouca oportunidade de emprego, sendo o extrativismo, na produção de doces e outros produtos derivados das frutas locais, e na criação de artesanato, as possibilidades de geração de renda para mulheres que acumulam atividades domésticas, e as atividades econômicas para a manutenção da sobrevivência de suas famílias.

Nesses territórios a pandemia da Covid-19 comprometeu grande parte da produção de renda, considerando que os canais de produção e comercialização eram coletivos e foram paralisados, agravando uma condição que já era considerada precária, numa região marcada por índices graves de desenvolvimento humano, em famílias de mulheres que vivem um processo histórico de exclusão, como podemos ver no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Indicadores socioeconômicos dos municípios atendidos pelo Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe**

| Município           | IDHM  | IDHM (educação) | IFDM (emprego e renda) | Pobres (%) | Extremamente pobres (%) | Geração de empregos (Unid.) |
|---------------------|-------|-----------------|------------------------|------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carmópolis          | 0,643 | 0,545           | 0,469                  | 30,71      | 10,72                   | 1                           |
| Divina Pastora      | 0,610 | 0,527           | 0,456                  | 28,74      | 6,96                    | -8                          |
| Japaratuba          | 0,621 | 0,544           | 0,321                  | 34,75      | 15,23                   | 35                          |
| Pirambu             | 0,603 | 0,515           | 0,440                  | 43,42      | 21,37                   | -9                          |
| Barra dos Coqueiros | 0,649 | 0,545           | 0,510                  | 25,68      | 9,36                    | -45                         |
| Estância            | 0,647 | 0,552           | 0,514                  | 27,50      | 10,37                   | -379                        |
| Indiaroba           | 0,580 | 0,475           | 0,410                  | 50,58      | 27,93                   | 1                           |

Fonte: Anuário Socioeconômico de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, (2019/20).

<sup>6</sup> Território é um conceito fundamental para entender a relação das catadoras de mangaba com o seu trabalho, sendo o mesmo aprofundando no tópico 2.2

De acordo com o IBGE (2021), no terceiro trimestre de 2020, auge da pandemia, o desemprego atingiu em sua maioria, as mulheres no Brasil, fato que reflete o processo histórico da sociedade contemporânea, onde mulheres são violentadas das mais diversas formas. Considerando que o público alvo beneficiário do Projeto Rede Solidária do Mulheres de Sergipe é composto exclusivamente por mulheres em alto grau de vulnerabilidade social, a retomada do projeto significou esperança e possibilidade de transformação.

Nesse contexto pandêmico, e considerando a trajetória de organização das catadoras de mangaba, em 2022 nasceu a referida pesquisa, inicialmente para entender como estava sendo realizada sua organização e trabalho, diante da pandemia da Covid-19. Contudo, mudando sua rota, quando o aprofundamento dos estudos me levaram a perceber que faziam 15 anos da realização do I Encontro de Catadoras de Mangaba de Sergipe, onde elas se reconhecem pelo trabalho e se auto denominam catadoras de mangaba, se organizam coletivamente criando do Movimento de Catadoras de Mangaba – MCM, passando a construir uma trajetória de grupo tradicional com grande visibilidade no cenário municipal, estadual e nacional, o que me levou a perguntar como esse processo produziu avanços e desafios no seu trabalho, a partir da percepção das próprias catadoras de mangaba.

Assim, analisar nesse contexto os avanços e desafios do trabalho das mulheres extrativistas catadoras de mangaba em Sergipe, organizadas em cinco associações e participantes do Projeto “Rede Solidária de Mulheres de Sergipe”, tendo como marco histórico e referencial os I e II Encontros de Catadoras de Mangaba de Sergipe, é o objetivo deste estudo.

Parte-se do fato de que o trabalho de cata da mangaba lhes confere uma identidade e um reconhecimento social pelos quais outras lutas e conquistas vão sendo alinhadas, seja num âmbito coletivo, seja na esfera individual. Neste sentido, o estudo busca contribuir registrando essas conquistas históricas e as possibilidades de luta para fortalecimento de seus processos de trabalho, refletindo as contradições que o cercam, a partir do próprio olhar das mulheres catadoras de mangaba.

Pensar as transformações e possibilidades do trabalho das catadoras de mangaba em Sergipe, considerando sua trajetória, é uma inquietação que leva

a buscar respostas para os seguintes questionamentos: Quais as mudanças potencializadas pelo trabalho da cata da mangaba na vida das mulheres extrativistas do estado de Sergipe? Como o trabalho influencia na construção da sua identidade e na sua relação com o território, considerando sua inserção política e social para garantia da continuidade da prática extrativista? Que transformações na vida e no trabalho foram possíveis a partir da participação nos I e II Encontros de Catadoras de Mangaba de Sergipe? Como o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe auxilia no processo de organização para enfrentamento das problemáticas que as cercam cotidianamente da vida e do trabalho da cata de mangaba? Quais os direitos sociais e políticas públicas são percebidas pelas mulheres em suas vulnerabilidades sociais?

Para tanto, partimos das seguintes hipóteses, pensando no processo de construção de conhecimento sobre o tema: 1. O reconhecimento da cata da mangaba como trabalho e a organização para o trabalho proporciona às mulheres extrativistas transformações significativas nas suas vidas e de suas famílias no sentido emancipatório, dando-lhes uma identidade de sujeitos sociais para a conquista de direitos; 2. A constituição da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe fortalece o processo de identidade e conquistas, inclusive no âmbito individual, transformando aspectos do seu cotidiano, inegavelmente pensados antes desse formato, para além das questões culturais e econômicas.

Confrontar a realidade frente às hipóteses formuladas, suscita para a relevância da pesquisa em duas vertentes: 1. Pensar o trabalho das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe, partindo de suas proposituras em 2007, quando se reconhecem por essa atividade laboral e passam a se organizar pelo trabalho, partindo da percepção das próprias catadoras, frente as suas conquistas e desafios, o que contribuirá para a continuidade das ações das mesmas, frente as ameaças do grande capital; 2. O ineditismo da temática em pós-graduações de Serviço Social, considerando que na Plataforma Sucupira, da CAPES, não registra nenhum trabalho anterior, podendo este ser uma possibilidade de abertura de campo para outras pesquisas.

Na Plataforma Sucupira, quando realizada uma pesquisa para investigar a existência de produções acadêmicas sobre a temática, especialmente focando na área de Ciências Sociais Aplicadas, e particularizando o Serviço Social,

conseguimos elaborar o quadro abaixo, cujos descritores compõem o objeto da pesquisa:

**Quadro 2 – Levantamento de trabalhos na Plataforma Sucupira**

| <b>Palavra-Chave</b> | <b>Área Geral</b> | <b>Ciências Sociais Aplicadas</b> | <b>Serviço Social</b> |
|----------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| Catadoras de mangaba | 16                | 04                                | 00                    |
| Extrativistas        | 2389              | 153                               | 00                    |
| Mangaba              | 218               | 06                                | 00                    |
| Catadoras            | 1296              | 166                               | 05                    |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Sucupira.

Neste sentido, percebe-se o ineditismo da pesquisa tendo como base nas palavras-chave que norteiam a pesquisa, quando o foco é na área de Serviço Social. Quando colocado a palavra-chave CATADORAS foram encontrados cinco trabalhos na área de Serviço Social, porém todos referentes a catadoras de material reciclável.

Entendendo que o Serviço Social vem produzindo conhecimento no estudo da relação Capitalismo, Estado, Sociedade, Direitos Sociais, Lutas de Classes, entre outros aspectos da relação Capital/Trabalho como modelo de sociabilidade, o tema em questão tem seu espaço com muitas possibilidades de debate, no sentido de que vem desvendar aspectos do capitalismo contemporâneo, como expressão da questão social, vinculadas às complexas determinações sociais das novas condições históricas (Simionatto, 2014).

Assim, para além de pensar o trabalho numa perspectiva de uma pesquisa na área do Serviço Social, em especial em nível de pós-graduação *stricto sensu*, pretende-se que a referida problemática estudada abra caminhos para o debate sobre a realidade e o cotidiano das catadoras de mangaba em outras demandas, fortalecendo a relação da profissão com a consolidação de políticas sociais nas áreas de segurança alimentar, assistência social, previdência social, cultura, entre outras.

Para dialogar com as possibilidades frente à realidade concreta apresentada, no sentido de confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas, optamos por um percurso metodológico norteado pelo materialismo histórico-

dialético, numa análise qualitativa, que tem como objeto o trabalho das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe, considerando como universo as associações de catadoras de mangaba vinculadas a Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, lócus da pesquisa.

O estudo teve como amostra as mulheres que estão à frente das associações e/ou a mulheres que assumem notória liderança no grupo, das localidades de Indiaroba, Barra dos Coqueiros, Estância e Japaratuba, num total de cinco associações de catadoras de mangaba, que além de participarem do Projeto Rede, também constituem o MCM desde a sua origem.

Para analisar o trabalho e a vida das mulheres catadoras de mangaba partimos a dualidade da vida em sociedade, considerando a contradição inerente ao fenômeno e a mudança na relação sociedade e natureza, numa visão de totalidade e particularidade que permeiam o objeto estudado (Marconi; Lakatos, 2019). O olhar sobre o objeto foi potencializado a partir de uma visão de totalidade, histórica e analítica, observando a correlação de forças para a formatação da realidade vivida, onde o processo de investigação e análise parte do concreto, constituído pela realidade e suas múltiplas determinações (Netto, 2011).

A pesquisa se consolidou numa abordagem qualitativa que, como pedagogicamente sinaliza Martinelli (2010, p. 25), é “muito mais que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa”, considerando ainda que a pesquisa qualitativa ultrapassa qualquer representatividade numérica, aprofundando a compreensão da realidade a partir de um grupo social (Goldenberg, 1999).

A pesquisa qualitativa tem a interpretação como foco, sendo seu interesse em compreender a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes, enfatizando a subjetividade que a cerca. Considera aspectos da flexibilidade na conduta do estudo a partir das situações apresentadas, objetivando entender a situação em análise, a partir do contexto que influencia no comportamento das pessoas na formação da experiência, admitindo-se até que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa (Moreira, 2002).

O trajeto metodológico foi iniciado com a pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de estudos anteriormente construídos, para compilar o conhecimento em torno do objeto, assim como determinar aspectos inéditos. Neste sentido, a revisão bibliográfica se propôs a elencar elementos da produção teórica já existente a respeito da temática por livros, revistas, artigos, websites e monografias, para aprimorar o conhecimento e analisar a realidade pesquisada, também sistematizando o conhecimento acumulado. Daremos destaque aos estudos de Porro (2010); Mota (2007, 2008, 2011); Saraiva (2012); Jesus (2010, 2017, 2018); Silva (2010), entre outros que fizeram o debate em suas áreas de conhecimento.

Pensando numa perspectiva de construção de conhecimento coletivo das mulheres catadoras de mangaba de Sergipe sobre o trabalho, considerando que as mesmas se identificaram como trabalhadoras extrativistas no I e II Encontros Estadual de Catadoras de Mangaba, em 2007 e 2009, respectivamente, a pesquisa também contou com fontes secundárias, de cunho documental: os anais do primeiro e segundo encontros de catadoras de mangaba em Sergipe, assim como os mapas do extrativismo da mangaba em Sergipe, dos anos de 2009 e 2017, e os relatórios do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe de 2020 e 2023.

A pesquisa de campo foi realizada com os sujeitos já estabelecidos, considerando que o objetivo da pesquisa é analisar como o processo de trabalho das catadoras de mangaba foi se transformando até os dias atuais, passados 16 anos do marco de autoidentificação, sob a perspectiva das próprias catadoras. Para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio de grupo focal. Os grupos focais são constituídos por um(a) moderador(a) da discussão, juntamente com pessoas convidadas a dialogar sobre um tema a partir de suas experiências, crenças, opiniões, representações, valores e outros elementos que se manifestam em momentos coletivos (Gatti, 2012).

O grupo focal tem como objetivo identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, sendo sua coleta realizada num ambiente agradável, seguro e informal, para garantir que os participantes se sintam à vontade para expressar suas opiniões, de forma espontânea. O pesquisador/moderador é responsável pelo debate, conduzindo

a conversa de acordo com as categorias pesquisadas, numa postura respeitosa. Sua coleta de dados deve ser registrada em vídeo ou áudio, para que nenhum aspecto do debate passe despercebido, assim como norteado por um roteiro a partir de seus objetivos (Dias, 2000).

De acordo com Bonfim (2009), para a realização dos grupos focais, os grupos dever ter de 6 a 15 participantes, homogêneo no sentido de ter características que interfiram radicalmente na percepção do assunto em foco. Quanto ao espaço, deve ser reservado de preferência em território neutro e de fácil acesso aos participantes e os abrigue de forma confortável, protegidos de ruídos e interrupções externas, distribuídos em torno de uma mesa, ou em cadeiras dispostas circularmente. É necessário o uso de gravadores (mínimo dois). Câmaras, microfones e notebooks podem ser considerados recursos adicionais, sendo utilização de qualquer um destes recursos condicionados à expressa permissão dos participantes dos grupos.

Assim, considerando suas características, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, de forma obrigatória, obtendo parecer favorável sob número 6.590.621, CAAE 74993223.4.0000.5546.

Neste sentido, foram realizadas duas sessões de grupo focal, que aconteceram nos dias 11 e 12 de janeiro de 2024, de acordo com a disponibilidade das mulheres que fazem parte da amostra. O grupo contou com a participação de seis mulheres das associações vinculadas à Ascamai, que debateram sobre o objeto do estudo, na sede do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, em Aracaju. As sessões de grupo focal foram norteadas pelos roteiros de estudo, elaborados a partir das cartas e anais dos I e II Encontros de Catadoras de Mangaba, contemplando reflexões sobre as conquistas e desafios para o seu trabalho, e do documento norteador do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe.

Quanto à análise dos dados, foi realizada a partir de conteúdo e de falas, obtidos do processo de comunicação da pesquisa vinculado ao seu processo de objetivação e transparência para que alcance o reconhecimento, analisando a gravação das duas reuniões de grupo focal, com o intuito de preservar todas as informações e percepções construídas no processo. Neste sentido, é importante

conhecer a hipótese formulada, suas coordenadas e suas modalidades de construção, as conclusões tiradas de sua verificação, para poder, dispondo dessas informações, considerar o conhecimento produzido (Laville, 1999).

A análise de conteúdo teve caráter essencialmente qualitativo, o que não impossibilitou de utilizar dados estatísticos para desvendar a realidade. A análise de conteúdo acontece a partir das seguintes fases: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados (Bardin, 2010). A análise de conteúdo se inicia com a referência dos índices e a elaboração dos indicadores, que permite o recorte do texto em unidades comparáveis para a codificação. A definição de categorias favoreceu o reagrupamento por critérios definidos, onde “disposição resultados fiéis e significativos, pode o analista propor inferências e adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos -, ou que digam respeito” (Bardin, 2010, p. 127).

Uma análise de conteúdo para alcançar seus objetivos e decodificar seus aspectos precisa de: 1. Recorte, que pode ser uma frase, uma palavra ou um conjunto de palavras que proporcione sentido ao tema estudado; 2. Enumeração: o modo de se contar aspectos relevantes e como aparece no conteúdo; e 3. Classificação e agregação; ao aplicar essa técnica, o pesquisador avança no esforço de formar categorias. (BARDIN, 2010)

Assim, a partir da gravação em vídeo das seções de grupo focal, foi realizada a transcrição dos diálogos, a catalogação por categorias, considerando alguns subitens a partir da categorização e análise das falas e conteúdo como possibilidade de construção de saber, em respostas aos questionamentos norteadores. Numa abordagem que pretende refletir sobre as categorias determinadas: trabalho, gênero, identidade, extrativismo, territorialidade e luta de classe, em suas correlações no trabalho das catadoras de mangaba de Sergipe.

Assim, o presente estudo intitulado “VIVÊNCIAS EM REDE: AVANÇOS E DESAFIOS DAS CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE”, está sistematizado em quatro partes. A primeira refere-se a uma Introdução que estamos a explanar, que discorre os aspectos gerais do trabalho e estabelece importantes determinantes para entendimento do estudo em seu ponto de partida.

Parte-se para o Capítulo 1, que é intitulado “Trabalho e a vida das catadoras de mangaba em Sergipe” e apresenta um debate conceitual teórico e documental sobre o trabalho, suas relações gênero e o extrativismo, o marco legal e processo histórico do trabalho e da organização das catadoras de mangaba no Brasil e as especificidades em Sergipe, refletindo o cenário atual de contradição sobre trabalho, territorialidade e manutenção da existência na condição social de catadora de mangaba.

O Capítulo 2, “Vivências em Rede das Catadoras de Mangaba em Sergipe: Um olhar sobre conquistas e desafios pelo Trabalho”, apresenta os resultados da pesquisa, com análises sobre as contradições que permeiam o trabalho e a vida das catadoras de mangaba a partir de suas próprias falas e percepções sobre os avanços do processo de autoidentificação de sua condição de trabalhadora da cata da mangaba e a importância da organização em coletivos sociais, proposta no Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe. Dialoga com aspectos do trabalho como elemento transformador de suas vidas, espelho de uma identidade construída pela vivência geracional, em família e em comunidade, numa trajetória de desafios presentes e futuros, para além do que já foi conquistado coletivamente.

Por fim, apresentamos as considerações finais intitulada “Aspectos Conclusivos: Contribuições do Serviço Social para o Debate”, que apresentam respostas possíveis para as questões norteadoras desse estudo, além de aspectos que determinam para além do perguntado, reflete as hipóteses determinadas anteriormente, e aponta as contribuições do olhar do Serviço Social para a temática, desmistificando as contradições que cercam a problemática contribuindo para o fortalecimento da luta das catadoras de mangaba, no que se refere ao trabalho, sua relação com a vida e ao seu processo de trabalho, impulsionando transformações em sua realidade social.

O trabalho é fruto de um processo de construção teórica, de um esforço pessoal, que espelha um coletivo, para um olhar mais aprofundado sobre o trabalho das catadoras de mangaba em Sergipe. Tem-se uma pretensão pessoal de abrir caminhos para outros ensaios acadêmicos no Serviço Social que auxiliem o debate e instrumentalizem as lutas das catadoras de mangaba para superar suas dificuldades de diálogo junto à esfera pública, no sentido de

pressionar o Estado a cumprir seu papel de formulador e executor de políticas públicas focadas em suas demandas.

## **2. TRABALHO E VIDA DAS MULHERES CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE**

Pensar a experiência de trabalho e vida das mulheres catadoras de mangaba a partir da construção de uma identidade coletiva, frente ao seu caráter tradicional e extrativista, percorrer o olhar sobre os aspectos que circundam essa relação, partindo do concreto ao abstrato, da singularidade à totalidade, refletindo o que já foi dito para alcançar o que ainda precisa ser dito e analisado é ponto de partida do referido capítulo.

A proposta é debater os aspectos teóricos do processo de construção do objeto da pesquisa que norteiam o estudo e refletir uma realidade que condiz e se amplia para o âmbito sergipano, sendo esse um grande desafio posto como pesquisadora, considerando a escassez de produção teórica nas Ciências Sociais Aplicadas e, especialmente no Serviço Social. Assim, tem-se o intuito de buscar construir novos saberes e apontar caminhos para contribuir junto à luta das catadoras de mangaba para existir e resistir.

Optou-se por uma trajetória que se inicia com o debate a respeito do significado do trabalho e os aspectos conceituais que os circundam; as especificidades do trabalho extrativista, com foco nas mulheres catadoras de mangaba, sua relação com o território e sua luta por existir; e por fim, um recorte da realidade sergipana apresentando os aspectos e as demandas do processo de trabalho cotidiano.

### **2.1 Significado do trabalho: aspectos conceituais que norteiam o estudo**

Partindo do pressuposto que estamos estudando sobre o trabalho das catadoras de mangaba, pensar o trabalho de forma conceitual é ponto de partida para pensar a contribuição dessas mulheres na sociedade, sua condição de produzir e se reproduzir socialmente, frente a relação ser humano e natureza. É importante destacar ainda que, a partir do materialismo histórico dialético, a perspectiva da centralidade do trabalho promove uma reflexão sobre o seu caráter técnico e político de leitura da realidade, em especial no trabalho de mulheres extrativistas, catadoras de mangaba de Sergipe.

Antes de aprofundar o debate sobre os aspectos que envolvem a cata da mangaba como trabalho, sente-se a necessidade de demarcar conceitualmente

o entendimento do trabalho, considerando a vertente teórico norteadora. Assim, parte-se do conceito de trabalho como sendo “a ação dos homens<sup>7</sup> sobre a natureza, modificando-a intencionalmente” (Marx, 2013, p. 247), numa fusão de duas dimensões: a natural e a humana.

Neste processo, homens/mulheres e natureza se relacionam num sentido de transformação, “defronta-se com a natureza como uma das suas forças., imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza” (Marx, 2013, p. 211). Para Lukács (1978, p. 87),

[...] o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas capacidades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo.

Ontologicamente, o trabalho torna o homem/mulher um ser social. Como afirma Lessa (2012, p. 26), “é no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho”. Esse pensar eleva o trabalho como categoria imprescindível no processo de humanização do homem, mas vai além quando se pensa que sem as relações sociais, a reprodução social que ele produz estaria comprometida (Lessa, 2012).

Pensar a evolução da humanidade em seus aspectos sociais demanda pensar o trabalho como condição básica de sua existência, refazendo por sua forma o próprio homem/mulher, tendo a história como constitutiva desse processo. Assim, quando as catadoras de mangaba se reconhecem pelo trabalho, elas dão sentido a sua existência em vários âmbitos da vida em sociedade e passam a buscar novos caminhos para dar significados a sua intervenção na realidade.

A organização para o trabalho e as necessidades que foram surgindo em seu desenvolvimento gestou as atividades em grupo, a necessidade de desenvolvimento da comunicação, entre outros aspectos, influenciando a cultura e a história humana por seu formato (Engels, 1990). Nesta perspectiva, é importante pensar o trabalho como o movimento que materializa o pensamento

---

<sup>7</sup> Neste caso, considero a temporalidade da escrita, entendendo a palavras “homens” está ligado ao sentido de seres humanos e, especialmente no estudo em questão, é uma relação das mulheres com a natureza.

humano, resultado da mediação entre homem/mulher e natureza, numa junção da dimensão material e social, que pelo próprio trabalho cria a realidade como possibilidade objetiva e subjetiva (Marx, 2013).

Netto e Braz (2011) chamam a atenção para o caráter teleológico do trabalho, que é a capacidade do homem/mulher de imprimir uma finalidade e, com isso, conseguir vislumbrar o produto final do seu trabalho através da antecipação do ideal. Ainda refletindo a teleologia do trabalho humano e pensando suas mediações, merece destaque compreender que

[...] a potencialidade da vida significativa para os indivíduos sociais emerge porque, por desenvolver-se historicamente – e através de sua atividade produtiva automediadora – a espécie humana é uma parte única na ordem natural. Por conseguinte, os seres humanos não constituem um simples gênero animal, mas um complexo corpo social composto de uma multiplicidade de indivíduos reais. (Mészáros, 2007. p. 81)

Percebe-se então que o trabalho é uma ação exclusiva do ser humano, considerando que ele planeja e tem o controle do seu processo, e a mediação pelo trabalho vem para responder necessidades humanas, a partir da vida em sociedade e da observação de uns para com os outros.

A ação humana objetivada pelo trabalho desenvolve potencialmente o homem/mulher como ser social e explicita a práxis social, partindo do natural, num processo dialético, de forma teleológica, sem analogia a natureza. Assim, pensar o trabalho, implica a superação tendencial das formas dos conteúdos de ser puramente naturais ou sociais, mas com elementos como: possuir a dimensão teleológica, produzir valor, transformar o meio natural e social e integrar capacidade física e intelectual, mesmo na produção capitalista. (Lukács, 1979).

Para tanto, o homem/mulher desenvolve os processos, os instrumentos, e as possibilidades de transformar a matéria prima extraída da natureza para responder suas necessidades, considerando que “os meios de trabalho não só são mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais trabalha” (Marx, 2013, p. 151). O trabalho como produção e reprodução exclusivamente humana, “constitui, precisamente, aquela esfera do humano sobre a qual – direta ou indiretamente – baseiam-se todos os valores” (Lukács, 1978, p. 87). Concomitante, destacamos que:

O processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais. (Marx, 2013, p. 153)

O trabalho como condição para existência humana torna-se base para os estudos de Marx, onde o mesmo adquire uma forma coletiva, buscando assegurar a sobrevivência de um grupo, tendo sua prática numa terra comum, onde as tarefas se dividiam por uma visão fisiológica determinada pelo sexo e pela idade. O trabalho como ação humana vai se especializando, criando valor de uso, que no capitalismo a partir da divisão social do trabalho se configura nos diversos ramos de produção para a geração de riqueza, para além do que inicialmente viria da vivência em grupo, ou da célula familiar inicial, ou da tribo, nas formas de organização mais simples (Marx, 2013).

Pensando a totalidade do processo de trabalho que envolve a produção e reprodução da vida humana, a complexidade dessa relação, diante das formas de materialização pelo trabalho, compreender os conceitos trabalho vivo e trabalho morto; valor de uso e valor de troca; trabalho concreto e abstrato, é fundamental para entender as contradições inerentes às relações sociais. Sobre a condição de humanidade pelo trabalho, Konder (2009, p. 139) afirma que “o trabalho, como criador de valores-de-uso (e encerrado abstratamente, apenas neste seu caráter), é uma condição da existência do homem como sujeito de uma atividade humana”.

Depreende-se, nesse sentido, que o trabalho humano tem como potencial “[...] apoderar-se das coisas, tirá-las da inércia e transformá-las em valores-de-uso possíveis, em valores-de-uso reais” (Marx, 2013, p. 217). Ressalte-se que “para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza [do homem]” (Marx, 2013, p. 211).

De modo geral, o processo de organização para o trabalho potencializou a produção, de modo que esta passou a ser maior do que necessitava certo grupo familiar ou comunitário, a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura ajudaram nesse processo, questionando o modelo de pertencimento coletivo, para a consolidação da propriedade privado sobre a

produção, levando a apropriação das riquezas. Assim também se possibilitaram bases para além da propriedade privada, criando mecanismos de aprovação da dominação das mulheres e da escravização de presos de guerra (Marx, 2013). Sobre a propriedade privada e seus rebatimentos podemos pensar que,

[...] a relação de exploração que faz com que os trabalhadores produzam toda a riqueza social e que esta riqueza seja expropriada pela classe exploradora. A propriedade privada não é a posse de uma coisa; [...]. Ela é a relação social pela qual os produtores da riqueza social são expropriados pelas outras classes da sociedade. (Lessa; Tonet, 2012, p. 15)

Neste sentido, minorias dentro da ordem do capital passam a ser coisificadas, partindo de conceitos como gênero, raça e classe social, numa perspectiva de dominação e apropriação de riquezas.

Ao surgimento da propriedade privada acompanha a divisão social do trabalho e o surgimento do Estado, como elementos de sustentação do capitalismo. As bases do sistema capitalista permeiam duas dimensões da vida em sociedade: a determinação econômico-política do capital no sentido da produção obrigatória da mais-valia; e o capital como relação social, que envolve a compra e venda da força de trabalho, nos moldes da exploração. O trabalho no modo de produção capitalista tem sua dimensão ontológica e histórica, a partir de sua teleologia, transformando a natureza de forma consciente e atribuindo-lhe valor, produzindo riqueza (Montaño, Duriguetto, 2011).

Na sociabilidade capitalista o trabalho passa a produzir de valor de troca, considerando o tempo dispendido para a produção da mercadoria, e para além da concretude do trabalho, sua forma abstrata que produz valor para a mercadoria. (Marx, 2013). Assim, pensando na relação do homem/mulher e seu trabalho no sistema capitalista, partindo dos princípios da economia política,

Pressupusemos a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, como também dos salários, lucro do capital e renda, e ainda a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca, etc. A partir da própria economia política, com as suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce ato ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção. (Marx, 2013, p. 157)

Percebe-se que o trabalhador/trabalhadora aliena-se e distancia-se do produto de seu trabalho e equipara-se a ele, sendo a sua força de trabalho uma mercadoria. Nesta perspectiva firma-se o modelo civilizatório capitalista, que

impõe valor à força de trabalho humana, a partir de um salário imposto como modo de sobrevivência, frente à produção que não está mais sobre o domínio comum, mas num processo em ambiente privado.

No capitalismo, as relações partem da sociedade de classes, que vivem o antagonismo de seus interesses, frente ao Modo de Produção. A classe trabalhadora é detentora da força de trabalho, explorada para gerar riqueza, passa a se organizar coletivamente para lutar por direitos sociais, com a tomada de consciência de sua condição e importância. A classe burguesa é detentora dos meios de produção, próprios do advento do capitalismo Industrial, que tem como foco o acúmulo de riquezas frente a exploração da classe proletária, configurando assim a luta de classes, frente ao acirramento da questão social para a esfera da reprodução social (Netto, 2004).

Sobre as formas de dominação de uma classe sobre a outra, é uma contradição que se sustenta, conforme expressa Tedeschi (2009, p. 156) pelo fato de que

A atribuição dos papéis sociais atende o interesse do grupo social dominante por meio de uma correlação de forças e impõe sistemas de valores e modelos de comportamentos voltados à satisfação de suas necessidades. Neste sentido, o patriarcado, atribui determinados papéis sociais de gênero.

O processo de dominação de uma classe sobre a outra, própria do capitalismo, se acirra quando se transfere para a dominação nas relações de gênero, que determinam a divisão sexual do trabalho, pautada em bases da lógica patriarcal, historicamente dominante nas relações sociais humanas.

O patriarcado é um sistema com estruturas históricas e políticas que se modificam com o tempo, representando um tipo hierárquico de relação e uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Esse processo se dá nas mais diversas dimensões da vida em sociedade, legitimando que socialmente, culturalmente e economicamente aos homens pertencem os direitos sexuais sobre as mulheres (Saffioti, 2004). Neste sentido, se massifica como consequência a lógica de dominação de homens sobre mulheres, em que estas são objetificadas como propriedade do homem.

O modelo de propriedade privada, ainda em seu âmbito agrícola, é instituído dentro da concepção de domínio patriarcal para controle da produção e do modo de viver, praticando o intercâmbio de produtos, advindos dos plantios

diversos e do artesanato. Marx destaca que mesmo em seu processo inicial, a divisão do trabalho tem caráter social e histórico, se desenvolvendo sempre no âmbito da produção, assumindo ainda mais especificidades no sistema capitalista (Marx, 2013).

As relações sociais frente ao capital transformam também o papel de homens e mulheres no processo de produção e reprodução social, fortalecendo a lógica do patriarcado (Cisne; Santos, 2014). Neste sentido, impõe-se que “[...] com o patriarcado, o pai reivindica sua descendência e a mulher surge como aquela que apenas carrega e alimenta a semente” (Beauvoir, 1970, p. 29), consolidando uma perspectiva de submissão para o papel social da mulher.

Historicamente o gênero vive a contradição do processo de dominação, onde mulheres são submetidas ao domínio masculino, justificado pela necessidade de proteção e restrição de força física, que combinado com o controle do corpo feminino reforça a cultura da família monogâmica e consolidação da propriedade privada (Engels, 2010).

O papel de inferiorização social a que as mulheres foram submetidas historicamente auxiliou no aproveitamento de sua mão-de-obra no trabalho industrial. Sua entrada pelo trabalho não doméstico na sociedade capitalista industrial em formação possibilitou extrair das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através da intensificação do trabalho, jornada de trabalho estendida e de salários mais baixos que os masculinos. Isso considerando que, mesmo com o advento da máquina e uma alta na produtividade do trabalho humano não supria as necessidades de acumulação da classe burguesa (Saffioti, 2013).

A partir do final do século XIX e metade do século XX, com a disseminação do capitalismo em sua fase industrial pelo mundo, as mulheres passam a ser inseridas na linha de produção e reprodução social, sendo retiradas do ambiente privado para o âmbito público, sendo os seus processos de submissão também expostos. Assim, as mulheres adentram o mercado de trabalho, seu processo de saída do ambiente doméstico possibilita o entendimento que seu papel de subordinação é socialmente construído, negando a teria da condição natural, ressaltando a percepção simbólica de uma sociedade que ratifica a dominação masculina (Bourdieu, 2014).

Uma análise do processo de trabalho, numa perspectiva da divisão sexual, reflete a respeito da sobrevivência das relações sociais entre sexos

é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

A divisão sexual do trabalho espelha a divisão social do trabalho, como reflete Federici (2017, p, 12) que “longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho”.

No capitalismo, essa subdivisão de trabalho de homens/mulheres, cristaliza uma grande desvantagem social para o trabalho da mulher:

[...] no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina; e no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Considerando o papel de subordinação imposto à mulher no Capitalismo, quando se refere às apropriações advindas das relações de raça e sexo, constata-se que estas fortalecem a dinâmica de exploração sobre a força de trabalho, com amplo contingente humano disponível, que sem alternativa para sobreviver, aceitam salários mais baixos e os trabalhos mais precários e, por conseguinte, aumenta sua capacidade de exploração associada a essas apropriações (Cisne, 2015).

A condição de subordinação imposta às mulheres na vida em sociedade não foi criada pelo sistema capitalista, no entanto é uma característica que o integra e fortalece em suas bases ideológicas. As raízes dessa divisão sexual para o trabalho estão na sociedade e na família. (Souza Lobo, 1991). Esses aspectos determinam que “os trabalhos de mulher são os de menor prestígio, porque refletem a posição do sexo feminino na sociedade mais ampla” (Bruschini; Rosemberg, 1982, p. 17).

No ambiente das relações do capital a condição de subordinação da mulher tende a ser perpetuada, porém a vivência em coletividade e a tomada de consciência do processo de exploração faz emergir o movimento feminista. Três elementos centrais são destacados na fundamentação teórica do feminismo: a universalidade da categoria gênero, uma experiência comum e coletivamente compartilhada; a maneira pela qual a teoria feminista constrói um sujeito coletivo a partir da visibilidade das mulheres; e a criação de uma utopia emancipatória das mulheres ocupando espaços públicos (Sorj, 1992).

Mesmo com todos avanços dos processos de luta feminina por igualdade de direitos, com transformações que as reconfiguram, a divisão sexual do trabalho ainda segue atribuindo os afazeres domésticos a mulheres, como se fosse uma necessidade natural

o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. (Hirata, Kergoat, 2007, p. 607)

Um exame atento sobre a realidade de trabalho da mulher na sociedade capitalista é demarcado pela tradição marxista feminista, no que se refere a reprodução social, onde essa se responsabiliza pela manutenção e reprodução da vida diariamente e por gerações. Assim,

Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade. (Arruzza, 2015, p. 55)

O movimento feminista elabora um pensamento crítico contestando as relações de sexo/gênero e a subalternidade das mulheres na sociedade, a partir de sua aproximação histórica com a produção do conhecimento junto aos demais movimentos sociais. Trava assim, um pensamento que questiona os padrões masculinos, buscando a mudanças de pensamento, pela via de luta organizada (Bandeira, 2008).

Esse movimento acontece de forma mais tardia no Brasil, considerando a formação sócio histórica brasileira, onde o processo de submissão da mulher é reforçado pela origem da estrutura familiar adaptada de acordo com a cultura

portuguesa, essencialmente patriarcal, conservadora e religiosa, expressando aspectos de autoritarismo e violência. Ademais, a estrutura familiar brasileira não se constituía exclusivamente com a família nuclear ou de sangue, agregava além dos filhos, escravos, servos, afilhados e pessoas intermediárias dependentes, a família aumentada, estendendo a dominação da dimensão privada para a pública e o controle masculino (Freyre, 2003).

Assim, o movimento feminista brasileiro nasce na década de 60 do século XX, com necessidades aproximadas de superação dos parâmetros de filiação e herança que determinam a hegemonia da naturalização dos sexos, e se fortalece quando se insere na luta democrática, evidenciando condições de trabalho, papel familiar e igualdade de direitos políticos (Falquet, 2008).

Conquista um espaço de debate com a abertura política brasileira, onde se estabelece uma atmosfera de diálogos democráticos com os movimentos sociais organizados, em que a Constituição Federal de 1988 se torna o marco legal do reconhecimento da existência social e dos direitos específicos desses grupos portadores de identidades coletivas, incluindo o debate sobre direitos das mulheres (Almeida, 2008). Nesta condição, a luta do movimento feminista toma corpo e adentra mulheres da cidade e do campo com bandeiras referentes ao gênero, mas também à raça, à desigualdade social, à condição ambiental, entre outras possibilidades.

### **2.1.1 Movimento Feminista na trajetória de trabalho e luta de mulheres negras, do campo e extrativistas**

A experiência de democratização no Brasil favorece ao aparecimento de movimentos sociais progressistas para padrões da sociedade brasileira, num contexto em que o feminismo se valia da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, sem reconhecer as diferenças e desigualdades do universo feminino. Assim, criou-se um ambiente propício para a quebra de um padrão em que “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (Carneiro, 2003, p.118).

De fato, a luta feminista capitaneada por mulheres brancas de origem eurocêntrica não traduz aspectos da realidade das mulheres pretas, latinas, do campo, das regiões costeiras, que vivem em condições permeadas pela desigualdade, perpassadas por maiores processos de violação de direitos,

achatamento de oportunidades e que tomam consciência do seu lugar de fala e de luta, assim como as catadoras de mangaba em Sergipe.

Historicamente, temáticas relacionadas as desigualdades de raça, gênero e classe passaram a ser problematizadas pelas feministas negras, a partir das análises sobre racismo e sexismo na cultura brasileira de Lélia Gonzalez, que inaugura a abordagem interseccional, refletindo a realidade de múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo que naturalizariam as hierarquias sociais (Rios; Ricoldi, 2018).

Neste sentido,

O feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero e da sexualidade e da classe social, é evidente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta “junto com” o outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto (Tiburi, 2018, p. 55).

Nos processos de subalternidade das relações sociais, Gonzalez (2018) dialoga para a necessidade de pensar a condição da mulher que sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual. Assim, o cenário de luta feminista brasileiro, espelha o latino-americano, pensado a realidade de gênero de mulheres negras, como as mulheres catadoras de mangaba, entendo que é um caminho para superar “uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas” (Carneiro, 2003, p. 122).

É pensar um feminismo negro, que a partir da constituição das sociedades latino americanas, marcadas pela multirraciedade, pluriculturalismo e racismo que impacto sobre as relações de gênero e determina a própria hierarquia de gênero nessas sociedades. (Carneiro, 2003). Esse debate, num contexto de análise da condição da mulher negra no Brasil busca problematizar o ideário dominante, questionando as estruturas únicas e relacionadas à branquitude.

Desta perspectiva, Ribeiro (2017) sinaliza a importância do “lugar de fala” questionando a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes, entendendo essa fala, refletindo relações de poder que reproduzem preconceitos e estereótipos. O “lugar de fala” dispensa atores mediando a construção de conhecimento, buscando superar as hierarquias advindas da raça, do gênero e da classe social. Assim, “o falar, neste caso, não se restringe ao ato de emitir

palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, p. 64) possibilitando o enfrentamento do discurso dominante.

Entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 movimentos feministas classistas como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) passam a liderar a luta anticapitalista pelo processo de auto-organização de mulheres e articulação outras organizações da classe trabalhadora, com o intuito de fortalecer uma sociedade sem opressão de mulheres, sem racismo, sem exploração de classes e de preservação do meio ambiente (Cisne; Santos, 2014).

Essa luta se estende e se fortalece nos espaços democráticos de disputa por direitos sociais equânimes. A realidade brasileira de trabalho da mulher é marcada, como indica Marini (2014, p. 52) pela

[...] superexploração do trabalho [que] constitui, assim, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

No caso das mulheres negras, existe uma realidade ainda mais submetida aos espaços de maiores subalternidades, numa perspectiva histórica do país que, como afirma Fernandes (2008, p. 165) caracteriza-se por se “[...] contentar com os empregos como domésticas, principalmente junto a famílias tradicionais. Isto dava às mulheres uma espécie de continuidade nas relações existentes durante o período escravocrata.”<sup>8</sup>

Neste sentido, existe uma constatação que a mulher negra tem ainda mais acúmulo de funções e exploração, que a projeta para fora do lar, do cuidado com a sua casa e seus filhos, quando comparada a mulher branca, sendo essa sobrecarga num contexto discriminação, exploração e ausência de direitos (Fernandes, 1989).

As contradições se configuram numa perspectiva de que as mulheres ficam responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidado até os dias atuais, em sua grande maioria. Como constata a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, realizada pelo IBGE, no ano de 2022, que mulheres passam 21,3 horas semanais dedicadas a esse tipo de trabalho, enquanto os homens

---

<sup>8</sup> Considerando que esse elemento é importante para caracterizar as mulheres extrativistas das mangabas em Sergipe, analisar sua percepção quanto à pertença étnico-racial é um desafio a ser considerado na análise.

passam 11,7 horas, um pouco mais da metade, porém quando moram sozinhos dedicam 14,3 horas, já as mulheres trabalham menos.

Num recorte de raça, as mulheres negras realizam 92,7% dessas tarefas, superando 91,9% das pardas e 90,5% das brancas. Num recorte regional, já as mulheres nordestinas, 89,7% fazem atividades em casa, contra 71,6% entre os homens, sendo essa a maior diferença do país, de 18,1 pontos percentuais, em contraposição das sulistas tendo a menor diferença, 9,3 pontos percentuais.

O processo de dominação do homem sobre a mulher tem uma trajetória perpetuada culturalmente, passada entre gerações como uma “verdade” vigente, necessária e imutável. São permitidas pequenas variações “para o desempenho de papéis sociais segundo a classe social a que pertençam os diferentes integrantes das novas gerações – capitalistas ou assalariados” (Saffioti, 2011, p. 88). De fato, como afirma a autora, ainda precisamos que consideramos que

[...] a socialização dos meios de produção e a elaboração da legislação que não discrimine os sexos, quer na família, quer nas situações de trabalho, quer na política, quer ainda no setor cultural da vida, se de fato, se deseja promover a emancipação feminina e sua elevação social (Saffioti, 2011, p. 92).

Existem outras contradições, quando se observam as ocupações dos espaços de poder, como afirma Kergoat (2002, p. 49), onde

[...] o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorque delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam "por amor" nada muda à dura realidade dos fatos.

Partindo desta realidade, em que os números se alarmam a partir de um recorte sócio econômico, é necessário pensar possibilidades e avanços sociais para o trabalho e a vida de mulheres, o que demandam a conquista de direitos e a formulação de políticas de proteção social. Constata-se assim, que há uma demanda por uma proteção em forma de políticas sociais e esse é um aspecto que deve ser analisado quando se trata da organização e do acesso a uma Rede constituída pelas mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. Sobre a importância das políticas sociais, Behring e Boschetti (2017, p. 36) ressaltam nas

[...] como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e na sociedade civil, no âmbito dos

conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo.

Nesse sentido, há que se compreender que todo o debate conceitual sobre o trabalho e sua centralidade delimita um marco teórico de compreensão, para análise do processo de trabalho das catadoras de mangaba, objeto dessa pesquisa. O entendimento da cata da mangaba como trabalho, a autoidentificação como catadora de mangaba, o debate das problemáticas que cercam a prática da atividade e o processo de valorização da fruta como mercadoria, potencializa a perspectiva de entendimento sobre a objetivação do processo produtivo.

A privatização das terras, a desvalorização do trabalho feminino e o processo de alienação pelo trabalho, que veremos nos próximos tópicos nas relações sociais que permeiam o trabalho extrativista das mulheres catadoras de mangaba são entendidos como próprias das relações capitalistas.

O trabalho das catadoras de mangaba, em sua relação com o mercado, é determinado por flutuações entre trabalho concreto e abstrato, valor de uso e valor de troca, que tornam a mangaba fetichizada, consolidando-a como mercadoria, inclusive atraente ao grande capital, para além da dinâmica de extração nativa. Ao mesmo tempo, esse trabalho está submetido a contradição que estabelece a luta e organização da classe trabalhadora, fazendo frente à sua exploração, subordinação da mulher e desvalorização das relações de trabalho, consideradas uma extensão de suas casas.

Considerando a evolução do processo de inserção da mulher a partir do papel socialmente construído para a vida e para o trabalho, as transformações impostas ou conquistadas, adentraremos o debate sobre as especificidades das mulheres catadoras de mangaba e os aspectos do viver, frente ao trabalho que lhes dão existência e resistência. O debate parte das relações de territorialidade, que determinam seus modos de vida, as relações sociais e suas lutas.

## **2.2 Territorialidade, extrativismo e luta feminina: aspectos fundantes do trabalho das catadoras de mangaba**

A mangaba é uma fruta que atrai interesse, considerando suas particularidades, desde os tempos do Brasil Colônia, onde vários documentos citam sua existência. Seu nome tem origem indígena e significa “coisa boa de

comer”, sendo os primeiros relatos do seu extrativismo do período do Descobrimento, onde desde então, são estudados seus potenciais alimentícios e medicinais, evoluindo os saberes até os dias atuais (Silva Junior, Mota; Schmitz in Mota *et al.*, 2011).

Quanto ao território que registra sua ocorrência, dados publicizados pela Embrapa (2021), indicam que a mangabeira tem distribuição geográfica ampla, aparecendo em algumas regiões do Brasil, associadas às vegetações de restinga e cerrados interioranos e costeiros, aparecendo também no Paraná e no Amazonas, assim como em outros países como Bolívia, Paraguai e, no Chaco da Argentina. Os principais centros de diversidade genética associados à mangabeira são, segundo Giacometti (1993): Costa Atlântica e Baixo Amazonas, principalmente Pará e Amapá; Nordeste/ Caatinga, sobretudo as áreas de tabuleiros de savana e zonas de transição caatinga-cerrado; Brasil Central/Cerrado; Mata Atlântica, nas áreas de cerrados litorâneos e restingas, dos setores; Nordeste (da costa do Rio Grande do Norte a Alagoas) e Bahia/Espírito Santo/Vale do Rio Doce (do litoral de Sergipe ao Espírito Santo).

De acordo com IBGE (2008), dentre os estados brasileiros, Sergipe, Bahia e Minas Gerais se alternam como os maiores produtores de mangaba do país, sendo observado um crescimento do interesse pela fruta, seu consumo e comercialização, o que impulsionou uma atenção do mercado e da economia de larga escala. Esse movimento, de certa forma estabelece uma problemática, a dicotomia entre comercialização e demanda de mercado e a produção, numa lógica da cultura extrativista, tradicional e nativa, sua relação secular com as comunidades, e o componente do território, para além de sua função econômica.

Assim, para entender essas relações, é necessário pensar as conexões entre extrativismo na cultura de extração da mangaba, assim como o trabalho na cata da mangaba realizado pelas comunidades para a preservação da fruta que aparece de forma nativa. Neste sentido, o trabalho ligado à cata da mangaba se vincula ao território e a territorialidade do povo que perto dela reside, considerando que “o território enquanto espaço-tempo-vivido aparece como resultado de processos diversos e complexos produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social” (Haesbaert, 2007, p. 21).

De fato, o território “é o chão, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (Santos, 2000, p. 96). Neste sentido é o espaço em que um grupo delimita e apropria-se como “suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia.” (Souza, 2005, p. 78).

Refletir sobre a relação das catadoras de mangaba com o seu território, a partir da realidade, desperta para o seu entendimento como “um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes internas e externas que envolvem a natureza” (Saquet, 2006, p. 76). Estabelece-se uma relação a partir da natureza, que finca um modo de viver e as identificam com grupo, caracterizado em seu âmbito econômico, social, cultural, entre outros aspectos que as determinam numa perspectiva de identidade e de subjetividade que envolve essas mulheres.

Se se considera essa perspectiva, e em acordo com Saquet (2009, p. 88), passa-se a considerar a territorialidade que as cercam como

[..] um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Dessa forma, percebe-se que a ligação da territorialidade junto à subjetividade que determina o cotidiano de um grupo nas diversas dimensões, configura-se um formato de viver e um entendimento coletivo sobre o seu território numa perspectiva identitária e organizativa (Saquet, 2009).

Quando se tratam de mulheres na cata da mangaba, sua relação com o território passa a ser percebida para além do trabalho

ser extensão da natureza numa relação com a terra, que não é força de trabalho e, sim, de força de diálogo. Esta força/diálogo também é trabalho, mas de outra natureza. O tempo espaço de/para a vida é outro; dialoga, sim, com os tempos das cidades, mas, se o relógio é o tempo da modernidade, o tempo da tradição o retarda, contraditoriamente, sem atrasá-lo [...] (Nunes, 2014, p. 197).

Daí vem a relação entre território e territorialidade na vida e no trabalho da cata da mangaba de mulheres extrativistas, que também se expressa para

além do espaço geográfico, numa perspectiva ontológica, quando transcende valores materiais e imateriais, viabilizando para além dos aspectos concretos, possibilidades para aspectos abstratos, construído pelo uma imagem simbólica que se materializa em possibilidades político-culturais epistemologicamente identificados pela sociedade (Haesbaert, 2007).

É importante entender que a territorialidade está ligada às atividades cotidianas, pelo trabalho, lazer, religião, comunidade e família, num misto que revela a complexidade social de cada lugar. Expressa as relações de poder e dominação de um conjunto de pessoas que ali habita, num embate que está no espaço geográfico, mas transcende esse limite para outras expressões do viver (Saquet, 2010).

Há que se compreender que as relações de poder incidem e transformam a natureza, o homem/mulher e as formas de interação social, que se orientam pelo tripé sociedade-espaço-tempo, de forma dinâmica e variável. (Raffestin, 1993). Pensar os territórios sugere entendê-los como construções sociais cujos “efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propósitos” (Saquet; Souza, 2009, p. 52).

As relações que envolvem sujeito social e território instituem as identidades territoriais, a partir das atividades desenvolvidas no espaço, os referenciais simbólicos e suas lutas. A identidade territorial é também social, considerando a ação política que a envolve, mas nem toda identidade social é territorial, quando se refere a apropriação cultural e política dos grupos sociais (Haesbaert, 2007).

Ao pensar que a territorialidade se expressa pelo trabalho das catadoras de mangaba, é necessário pensar um espelhamento de tudo que é expresso, pois “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade” (Santos, 2007, p. 83-84).

Assim, para refletir sobre da relação território e territorialidade no trabalho extrativista das mulheres catadoras de mangaba, há que se observar uma correlação sem possibilidade de existência separadamente. Conceitualmente o extrativismo se consolida como “uma maneira de produzir bens na qual os

recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural” (Drummond, 1996, p. 2).

O trabalho extrativista no Brasil tem especificidades determinadas pela sua vasta flora e vegetação, sua extensão territorial e sua origem agroexportadora. Sua prática foi originariamente desenvolvida por comunidades como condição de subsistirem, sendo esse trabalho a única alternativa. Enquanto trabalho ele se configura por seu viés econômico, mas também se expande numa perspectiva cultural e social, considerando que é realizado por comunidades tradicionais, como as catadoras de mangaba em Sergipe.

Sobre o extrativismo no Brasil, o IBGE (2019), afirma que a atividade rendeu R\$ 1.6 bilhões para os produtores, levando em conta apenas produtos como babaçu, castanha do Brasil, mangaba, umbu, pinhão, açai, cacau e piaçava, e R\$ 4.3 bilhões de produtos madeireiros.

Essa produção extrativista advém do trabalho de indivíduos com características particulares, vivendo em

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (Diegues, 1999, p. 22).

O autor ainda chama a atenção para a forma como as comunidades tradicionais desempenham a atividade extrativista respeitando os ciclos da natureza, para a recuperação de sua capacidade de renovação animal e vegetal, realizando uma pequena produção mercantil e familiar, sem foco no potencial lucrativo. (Diegues, 1999). Assim, garantem a “a continuidade e existência desses grupos estão condicionadas à capacidade de reprodução, o que significa a elaboração de formas de sustentação econômica” (Simonian, 2001, p.18).

De acordo com a legislação vigente, conforme o inciso I do Art. 3º do Decreto 6.040/2007,

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Assim, passam a ter a garantia legal do reconhecimento como povos e comunidades tradicionais, com direitos específicos os povos indígenas e comunidades quilombolas, por serem grupos com identidades coletivas de base étnica, os pescadores, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses e catadoras de mangaba, como grupos portadores de identidades políticas que utilizam recursos de uso comum (Porro *et al.*, 2009).

A formação identitária de povos comunidade tradicionais se estabelece a partir de traços de auto sustentabilidade, utilizando os recursos provenientes da terra, com utilização cautelosa das áreas habitadas, num movimento favorável a preservação ambiental. Considerando as características agrárias do Brasil, a existência de conflitos junto a comunidades extrativistas se torna mais propícia, aspectos esses que levaram a necessidade interferência direta e continua do Estado para a preservação dessas comunidades (Diegues *et al*, 2000).

Nos anos 1990 o Brasil institui uma contrarreforma do Estado, de caráter mais abrangente, que visa o ajuste fiscal, as reformas econômicas voltadas ao mercado, novos formatos de políticas sociais e a renovação do aparelho estatal, para implementar políticas públicas com foco na eficiência e na cidadania. Estas pensam o território como base para a ação política conjunta entre os poderes públicos e os movimentos, lideranças e atores sociais, pensado esse território. Na visão de Scheffle (2018, p. 57),

[...] incorpora-se em definitivo à agenda política, colocando-se, nesse momento, como o espaço estratégico capaz de romper os limites convencionais da democracia representativa, na qual se descobrem virtualidades para projetos democráticos de participação e desenvolvimento.

Destes processos, percebe-se que a inserção do Estado na mediação dos conflitos que envolvem a vida de povos e comunidades tradicionais como as catadoras de mangaba, caminhou no sentido de que bases legais para a manutenção da vida e de seus territórios acontecessem. Esse processo de trabalho, conservação e resistência tem amparo legal em algumas leis, decretos e planos brasileiros.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seus artigos 215 e 216, dispõe sobre a necessidade de o Estado brasileiro garantir o exercício dos direitos culturais:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...]

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

Com essa base legal, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985/2000, que institui que as serão criadas unidades para “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais pelas populações extrativistas que tradicionalmente habitam estas áreas” (Brasil, 2000).

A lei estabelece ainda as categorias Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), diferenciadas a partir das demandas das populações tradicionais, na garantia e reconhecimento dos seus territórios, protegendo seus meios de vida e suas culturas, além de preservar seus recursos naturais. As Florestas Nacionais (Flona) abrigam uma área de cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, para o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, podendo abrigar populações tradicionais beneficiárias e outras não.

No tocante à realidade das Catadoras de Mangaba, que demandam Reservas Extrativistas como forma de proteger suas comunidades, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as define

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Brasil, 2000).

O acesso à terra é uma luta posta para toda comunidade tradicional, em especial para as mulheres catadoras de mangada. A possibilidade legal de

criação de reservas extrativistas, instituindo ainda que essas são de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, e a desapropriação de terras, é um avanço do SNUC. (Brasil, 2000). Quando se pensa o acesso ao território, numa perspectiva de entender essa relação com as comunidades tradicionais, percebe-se que

[...] é um dos pontos reivindicatórios dessas populações e o seu impedimento tem contribuído para acirrar os conflitos e a degradação socioambiental. O Estado exerce um papel de destaque nesta configuração, pois nega a existência dos sujeitos, a história dos seus lugares e suas formas de vida ao implementar ações que inviabilizam as suas práticas e não reconhecem os seus direitos de acesso aos recursos. (Santos, 2018, p 187).

Para além da possibilidade de garantia legal, o debate sobre a importância de criação de reservas extrativistas, precisa ser retomado para que os avanços e possibilidades de conquistas das comunidades tradicionais sejam efetivados.

Da problemática social que estamos debatendo, e numa perspectiva de avanço legal, conquista-se o Decreto nº 6.040/2007 (Brasil, 2007), que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCM), define sobre o que são comunidades tradicionais, citada anteriormente, e no artigo 2º, determina o que são Territórios Tradicionais,

[..] apresenta[m] como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Enfrentando dificuldades nos processos de acesso ao território, pelo estabelecimento da RESEX, mas conquistando o reconhecimento como comunidade tradicional por seu trabalho extrativista de cata da mangaba, as mulheres passam a ser público beneficiário do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), instituído no ano de 2009, que tem como objetivo desenvolver a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade (Brasil, 2009).

O PNPSB ainda determina a importância dos bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados pelas comunidades e povos tradicionais a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas que promovam a manutenção e valorização de suas práticas

e saberes, gerando renda e melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (Brasil, 2009).

Anteriormente à PNDSPECT, outras formas de reconhecimento legal das populações e comunidades tradicionais foram pensadas, como a Medida Provisória 2186-16, de 2001 (Brasil, 2001), que objetiva proteger o patrimônio genético e o conhecimento tradicional a ele associado. (Porro; Mota; Schimitz, 2010, p.123). Em 2006, um outro marco legal foi a Lei nº 11.326 (Brasil, 2006), que institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que em seu Artigo 3º, garante os benefícios de financiamento para comunidades extrativistas reconhecidas.

Sobre o extrativismo, observa-se um entendimento inicial de fragilidade em razão da relação direta com os de pobreza dos seus habitantes e da mão-de-obra “marginal” (por estar à margem do processo produtivo na indústria do agronegócio). Entendia-se como uma tendência ao desaparecimento, com o crescimento do mercado, parecia ser um processo fadado à extinção como atividade agrícola, diante dos avanços da indústria e da produção de sintéticos. (Homma, 1993). A vivência das comunidades tradicionais na atividade extrativista persistiu e se firmou como possibilidade de reprodução social, e segue se valorizando como elemento fundamental de conservação da biodiversidade (Almeida, 2001).

De acordo com dados do ICMBio (2019) no Brasil, são 334 unidades de conservação federais (UCs) com gestão do órgão. Desse total, 87 UCs são de uso sustentável, das categorias 66 Reservas Extrativistas (Resex), 19 Florestas Nacionais (Flona) e duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde 60 mil famílias estão vivendo de forma protegida, de acordo com o cadastro do SISFAMILIAS. Observa-se a inexistência de UC no Estado de Sergipe até esse levantamento.

Historicamente, “o extrativismo da mangaba é desenvolvido por populações que foram excluídas do sistema agroexportador e buscaram regiões ricas em recursos naturais, mas preteridas pela agricultura” (Mota *et al*, 2011, p. 35). Assim, essa atividade se consolidou pelo manejo tradicional de coleta de frutas nativas, como a cata da mangaba, realizada com uma atividade leve e para mulheres, que acompanhadas de seus filhos e outras mulheres da família

e vizinhas próximas, a desenvolviam como uma atividade econômica de baixa renda, realizado concomitante aos afazeres domésticos, numa perspectiva demarcada pelos aspectos de gênero e divisão sexual do trabalho.

É importante destacar que as comunidades tradicionais, como as das catadoras de mangaba, são responsáveis pela conservação do cultivo da mangaba no litoral nordestino do Brasil, a partir da cultura extrativista, estando entre suas atividades a pesca, à cata da mangaba e de outras frutas nativas e naturalizadas como cambuí, murici, caju, araçá, manga, pesca de moluscos como sururu, ostra, maçunim, unha-de-velho e outros mariscos e crustáceos como siri, caranguejo, aratu, guaiamum, camarão, além do artesanato da palha das palmeiras licuri e piaçava (Mota, 2007).

Esses avanços legais são fundamentais para o trabalho de extrativismo da mangaba, especialmente quando pensamos neste como uma atividade desenvolvida majoritariamente por mulheres, sendo até considerado uma cultura feminina. Como particularidade do extrativismo da mangaba pensa-se que: “existe, pois, uma hereditariedade dos modelos de trabalho, tal como existe uma hereditariedade dos modelos de fecundidade” (Segalen, 1999, p. 226). Observe-se, todavia que se trata de uma dimensão de marco legal de recente envergadura, o que denota uma possibilidade de luta concreta de comunidades tradicionais, incluindo-se as catadoras de mangaba, como um elemento de força ou de apropriação do capital.

Pensar uma perspectiva de gênero para a luta das mulheres catadoras de mangaba, é resgatar que “[...] os movimentos feministas rejeitam e contestam o lugar hierarquicamente subalterno ocupado pelas mulheres na ordem social em vigor e propõem outro lugar político para as mulheres, uma outra territorialidade” (Scheffler, 2018, p. 39). A autora destaca ainda que essa territorialidade desenvolvida pelas mulheres é construída em bases mais equitativas e menos desiguais.

Analisar e compreender o território com foco no gênero, processo importante quando pensamos na realidade das catadoras de mangaba implica:

- a) em reconhecer e desvendar as relações de poder que se projetam nos espaços (público e privado – esferas separadas segundo a ideologia patriarcal);
- b) em reconhecer que as relações de gênero constituem-se numa cadeia de desigualdades que se desenvolvem em todos os níveis, do micro (família e a comunidade), atravessando os

sistemas normativos de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema jurídico, as políticas estatais, os meios de comunicação), dentre outros aspectos, até as definições das macropolíticas de desenvolvimento (Scheffler, 2018, p.72)

Assim, é entender que “o gênero influencia as formas como as pessoas experienciam o mundo, interagem com outros e quais as oportunidades ou privilégios são abertos ou fechados para elas” (Silva, 2010, p. 5). Nesse sentido, as mulheres têm uma forma de trabalhar e viver voltadas para o coletivo e a gestão da configuração social que as cercam no território

[...] reunindo a família, as vizinhas, estabelecendo relações de solidariedade mútua, coletivizando carências e necessidades, elas têm estado presentes nas lutas por moradias, pelos serviços básicos, pela melhoria do meio ambiente. (Pasquarelli; Rossini; Calió, 2008, p. 79).

O trabalho das mulheres na cata da mangaba já é considerado secular, pensando nas gerações familiares que o exercem, sendo atualmente a mangaba a principal renda para muitas famílias chefiadas por mulheres, que vem acumulando um conhecimento aprofundado sobre a natureza e os seus ciclos, assim como estratégias de conservação das espécies da mangaba e toda a vegetação do seu entorno (Jesus *in* Leite; Jesus, 2016).

A relação do trabalho da mulher com o trabalho extrativista passa por diversos âmbitos do papel socialmente instituído a mulher, assim como o formato de fazer desenhado como extração. O trabalho com a casa e com o cuidado dos filhos, impulsiona o fortalecimento de sua relação com o trabalho extrativista, considerando que este é desenvolvido no entorno da moradia, com a companhia de seus filhos, e garantia de uma renda pela comercialização (Lima, 2017).

O processo de trabalho das mulheres catadoras e mangaba acontece em espaços próximos as suas residências, o que permite gerar valores de um coletivo de amizade, cuidado mútuo e troca de saber pela oralidade e pela vivência. Em campos de coleta de frutos mais distantes, as crianças não são levadas, porém esses ainda são preservados como espaços de iniciação para o trabalho, especialmente para as meninas, junto aos papéis exercidos por suas mães (Mota *et al*, 2008).

Essa inserção no trabalho pelas mulheres, para além do processo de geração de renda familiar, tem impactado em seu papel político e social frente a temáticas que envolvem o processo extrativista. As mulheres passaram a

contribuir com a conservação da biodiversidade, o que nos exige compreender “as particularidades de seus modos de vida, de sua inserção econômica e organização política, bem como a sua participação no debate sobre a concepção da terra e de uso e gestão de seus recursos” (Castro, 2001, p. 16).

Os movimentos sociais compostos e liderados por mulheres extrativistas emergiram também na busca desse reconhecimento associado ao direito à diferença, quer seja na forma de gestão do recurso natural, quer seja no modo de viver as relações sociais de gênero (Porro, 2002). Pensar a organização de mulheres envolve também o entendimento a respeito do território, sendo sua configuração formada do conjunto de sistemas naturais de uma área ou espaço determinado, e pelo o que é socialmente acrescentado como demanda da vida em sociedade, se sobrepondo ao mero espaço, configurando uma materialidade diante das necessidades humanas (Santos, 1996).

Pensar a organização política, como garantia de manutenção de seu trabalho acontece de acordo com Saraiva, Jesus e Silva (2012, p. 2)

A tradição da catação de mangaba ao longo do tempo é repassada de geração para geração nas comunidades ribeirinhas das terras litorâneas do Estado de Sergipe. No entanto, nos últimos anos, essa tradição vem sendo ameaçada pela perda das áreas de colheita e plantio da mangabeira

Trata-se de um trabalho extrativista realizado em sua grande parte por mulheres, e por este prisma, carrega em si avanços e dificuldades emblemáticas da divisão sexual do trabalho. Considera-se importante destacar que:

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. (Sales, 2007, p. 437)

O trabalho da mulher, seja ele produtivo ou reprodutivo, é submetido ao processo de invisibilidade, anulando a mulher como força de trabalho ou mão-de-obra, anula a mesma como ator social. Estudos realizados em zonas urbanas costumam raramente considerar o trabalho da mulher em sua importância, em zonas rurais a mulher nunca é vista como ator social (Kergoat, 1986).

De fato, a invisibilidade da mulher perpassa a sociedade de classe, sendo reproduzida na produção intelectual. Esta categoria “analisada verticalmente e

claramente masculinizada, invisibiliza a participação da mulher na relação capital/trabalho e, também no cenário dos discursos político-sociológicos, elas não são visíveis” (Kergoat, 1986, p. 80-81). Concomitante a essa realidade, é importante observar, conforme destaca Pacheco (1996, p. 1) que

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica.

Assim, essa problemática que invisibiliza o trabalho da mulher no campo classificando numa categoria de “ajuda”, como menos importante, não atingindo status de trabalho, valorizando apenas as atividades masculinas como trabalho, é naturalizada por diversas esferas da sociedade, e se torna objeto combatido pela luta dos coletivos organizados de mulheres no campo.

O trabalho de mulheres de campo se consolida, como também suas formas de organização e participação, onde seus rendimentos crescem, assim como sua presença. No Brasil, de acordo com o IBGE (2017), uma média de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo, dessas apenas 19% são identificadas como produtoras rurais, 50% foram identificadas como economicamente ativas, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e quase 30% não tinham rendimento. Em relação a raça, essas se declaram 56% pardas, 35% brancas e 7% pretas. As mulheres indígenas compõem 1,1% da população rural feminina.

A trajetória de estudo da relação da mulher e sua perspectiva de vida no âmbito rural ou de vida no campo, perpassa o entendimento de que

A forma pela qual as mulheres se relacionam com o ambiente natural mostra como elas têm como ponto de referência as suas próprias vidas. Ou seja, papéis que elas desempenham na reprodução social, cultural e biológica. E este desempenho de papéis tem estreita conexão com o conceito de equilíbrio que envolve a relação mulher-terra, terra-vida, homem-mulher e homem-natureza (Tornquist *et al.*, 2009, p. 350)

A percepção da mulher sobre sua vida no campo considera as possibilidades de sua sobrevivência e das vidas em seu entorno, “estabelecendo relações de solidariedade mútua, coletivizando carências e necessidades, elas têm estado presentes nas lutas por moradias, pelos serviços básicos, pela melhoria do meio ambiente” (Pasquarelli; Rossini; Calió, 2008, p. 79).

Em uma situação de fortalecimento da mulher trabalhadora do campo ou do meio rural como sujeito político em busca de direitos, a partir da estruturação do próprio trabalho, percebe-se que

[...] a valorização do papel das mulheres camponesas na construção de um novo modelo de agricultura, que englobe temas como agroecologia, extrativismo, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, uso de plantas medicinais, recuperação das sementes como patrimônio da humanidade, diversificação da produção e soberania alimentar (Heredia; Cintrão, 2006, p. 11)

Há que se destacar os movimentos sociais das mulheres do campo e seu papel na sua organização. Os movimentos sociais de mulheres do campo cresceram em grupos organizados: os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento interestadual de Quebradeiras de Coco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR), o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Sales, 2007). Neste sentido, entre outros, nasce o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, que reúne as mulheres objeto desse estudo, a fim de lutar por melhores condições de trabalho e vida e superar aspectos da invisibilidade que as cercam.

A luta das mulheres extrativistas catadoras de mangaba, considerando a dialética do movimento social, se dá no sentido de consolidação do acesso e permanência em suas áreas de trabalho, através de um instrumento legal. Em Sergipe esse debate é nortado pela luta por áreas de preservação permanente e a desapropriação de construções ilegais nas terras das mangabeiras, além de superar a dependência junto aos atravessadores e donos de terras (Saraiva; Jesus; Silva, 2012)

O debate sobre o trabalho da cata mangaba realizado por mulheres precisa considerar a partir do processo de organização mais amplo e dos avanços que esse processo organizativo conquista junto às novas legislações sociais brasileiras, como sua relação se dá nas transformações e no desenvolvimento do modelo extrativista, os aspectos que se determinam junto ao território, a resistência cultural que ele representa e a luta feminina diante de um contexto de dominação masculina.

Trata-se de um elemento fundamental a ser considerado pela perspectiva de mulheres que instituíram um projeto na primeira década do século XXI e que se adensa na configuração do trabalho do extrativismo e sua importância na atualidade.

### **2.3 Processo histórico e configurações relevantes sobre o trabalho das catadoras de mangaba em Sergipe**

A mangaba é a árvore símbolo do Estado de Sergipe, de acordo com o Decreto n.º 12.723, de 20 de dezembro de 1992, considerando a necessidade de proteção das espécies nativas e ameaçadas de extinção, como forma de preservá-las para a presente e as futuras gerações, assim como a frequência da mangabeira nas diversas regiões fisiográficas do Estado de Sergipe, e seu significado cultural e econômico para a população do litoral Sergipano (Sergipe, 1992).

Com base nesse registro, convém ressaltar que o contexto de identidade do povo sergipano e seu cotidiano sempre estiveram vinculados à história da mangaba, suas terras, seus sabores e culinária, espelhando ainda a história das mulheres que as catavam e vendiam. Pensando esse cotidiano como “espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação” (Costa; Bruschin, 1992, p. 51).

Num processo de formação sócio histórica de Sergipe, Passos Subrinho (1983) destaca que até os anos de 1970, os registros de memória oral relacionam que as áreas de ocorrência de mangabeiras, em solos menos férteis e de pouco interesse para a agricultura, estavam ocupadas por indígenas e grupos sociais advindos dos engenhos desativados de cana de açúcar.

A percepção sobre a fruta vai além das questões culturais, considerando que a mesma vem passando por um processo de valorização no mercado, que acirra as relações sociais do capital em torno de sua comercialização. Partindo do entendimento que a manutenção da vida humana na sociedade, carrega uma série de contradições, que são expressas pela lógica do trabalho e da luta de classes, forma-se o contexto profícuo para este estudo, disposto a desnudar as contradições inerentes ao trabalho de mulheres extrativistas catadoras de mangaba do Estado de Sergipe.

No Brasil, podemos encontrar mangabeiras nativas nos tabuleiros costeiros, baixa litorânea e cerrados, sendo que em Sergipe as mangabeiras estão nos 163 km de litoral, entre a foz do São Francisco e a foz do Rio Real. Essencialmente, o extrativismo da mangaba é desenvolvido por populações que garantem sua sobrevivência com uma produção numa faixa de terra em “regiões ricas em recursos naturais, mas preteridas pela agricultura, para viver entre atividades da terra (extrativismo, agricultura, artesanato e assalariamento no turismo) e do mar (pesca e coleta de produtos do manguezal)” (Mota *et al*, 2011, p. 35).

O extrativismo da mangaba em Sergipe é praticado predominantemente por mulheres negras que se autodenominam catadoras de mangaba, demarcando uma perspectiva de divisão sexual do trabalho e das relações de gênero. Em seus relatos do cotidiano, elas apontam que suas responsabilidades estão voltadas para as atividades consideradas leves pelos homens, são trabalhos desenvolvidos junto a manguezais e estuários dos rios, cata e pesca crustáceos, moluscos e peixes, além de gerar renda com a confecção de artesanato de palha de licuri e piaçava, cata da mangaba e outras frutas nativas, o que possibilita a realizar os afazeres domésticos, cuidar dos filhos e ajudar nas roças mantidas pelos maridos (Mota; Silva Junior, 2003; Santos, 2007).

A cata da mangaba em Sergipe se configura como uma atividade familiar, realizada por mulheres e seus filhos, e acontece no entorno do lugar em que se mora, a partir da aptidão de cada membro da família, respeitando o “tempo da mangaba”<sup>9</sup>, assim como as necessidades familiares, que precisam ser mantidas, tendo na maioria das vezes que realizar outras atividades complementares de suas rendas (Mota *et al*, 2011).

Santos (2018, p. 153) ressalta o papel familiar na prática extrativista, que se delinea “em relações de parentesco e cuja prática tem colaborado positivamente para a composição da renda das famílias locais e para a conservação dos ecossistemas manejados”. As catadoras de mangaba de Sergipe vivenciam a gerações essa experiência, até o início dos anos 2000,

---

<sup>9</sup> O tempo da mangaba é demarcado pelo período de safra da fruta, que em Sergipe acontece de dezembro a junho. Fonte: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/mangaba/producao/colheita/procedimentos-na-colheita>

quando as estradas, o turismo e a valorização mercadológica da fruta e da terra passam a ameaçar suas existências.

Como forma de enfrentamento dessa realidade de ameaças, as catadoras de mangaba em Sergipe necessitaram se identificar por essa única denominação, a fim de fortalecer o processo de enfrentamento aos conflitos de acesso as plantas, que permeiam as suas vidas nos últimos anos. Como grupo social, são reconhecidas como responsáveis pela conservação das mangabeiras e, portanto, merecedoras do direito de acesso às mesmas. Esse reconhecimento recente fortaleceu sua luta, no sentido de valorização das atividades das catadoras de mangaba e a incorporação das dimensões ecológica e cultural às suas identidades socioculturais (Esterci, 2002).

Com relação ao processo de autoidentificação das catadoras da mangaba em Sergipe, duas categorias paradoxalmente articuladas são identificadas, o direito e a invisibilidade. O direito vem da possibilidade de garantia legal de uso das plantas, que segundo elas são resultantes da ação divina, considerando que “ninguém plantou”. A invisibilidade vem da tentativa de anulação de sua existência, não considerando quem ali chegou primeiro para usá-las e sempre cuidou delas, considerando elas que o seu direito incide sobre a planta e não sobre a terra (Mota *et al*, 2011).

Essa dualidade se fortalece quando analisamos as contradições estabelecidas nas relações sociais próprias do capitalismo, onde elementos divinos justificam a escassez ou a abundância, como forma de dominação da classe trabalhadora, assim como invisibilizar seu trabalho, as desigualdades que o cercam e sujeitos que os move. Na problemática em questão, as catadoras de mangaba vivem em seus territórios, com recursos mínimos, onde lhe são negados direitos básicos, como moradia, emprego, educação, entre outras demandas, restando “o que Deus dá”.

Em seu estudo sobre catadoras de mangaba de Sergipe, Mota *et al* (2011) afirmam que essa denominação é designação política e econômica para essas mulheres. O estudo ainda destaca que as catadoras de mangaba, numa reunião em 2008, no povoado Pontal, Sergipe, apontaram como características comuns ao seu coletivo de mulheres: quem vive da mangaba; quem conhece tudo da mangaba: a qualidade, o tempo, o estado; quem se reveza entre as mangabas

e o mangue; quem cuida e preserva o pé de mangaba; quem faz um trabalho duro, passa fome e passa sede; quem luta pelas mangabeiras e pelo acesso livre; e quem corre dos donos do sítio, muitas vezes deixando lá os baldes (Mota *et al*, 2011).

Em Sergipe, o extrativismo da mangaba acontece a partir de cinco diferentes formas: 1. Extrativismo em áreas de livre acesso que tanto podem ser áreas privadas quanto áreas devolutas (ausência de direitos de propriedade bem definidos) ou estatais (por exemplo, nas esferas nacional, estadual e municipal); 2. Extrativismo em áreas privadas de acesso restrito, apenas com a permissão do proprietário ou de uma pessoa responsável (por exemplo, caseiro); 3. Extrativismo em áreas privadas através da “meia” (com caseiros e conhecidos) e do arrendamento; 4. Extrativismo em áreas privadas próprias; e 5. Extrativismo em áreas de propriedade comunitária de acesso restrito sob gestão conjunta de um grupo definido (Mota *et al*, 2011).

Na maioria dos casos, o extrativismo da mangaba acontece em áreas de livre acesso a fruta, onde as catadoras apontam como regras: 1. Todos podem catar mangaba; 2. Respeitar as cercas; 3. Não quebrar galhos; 4. Não catar frutos verdes; 5. Não tirar “leite” da mangabeira; 6. Não cortar mangabeiras; e 7. Não catar no mesmo pé quando já tiver alguém catando. Essas regras são pactuadas comumente para manter nas comunidades relações respeitadas, sendo as mesmas quase sempre seguidas por todos os sujeitos políticos envolvidos (Mota *et al*, 2011), o que também denota um traço da identidade dessa forma de trabalho.

A forma de vida e trabalho das catadoras de mangaba em Sergipe tem conquistado visibilidade a partir da publicização de aspectos que passam a rondar a vida dessas trabalhadoras, relacionados ao impedimento do acesso aos recursos, e traz como consequências a degradação dos saberes, da qualidade de vida das pessoas e empobrecimento da biodiversidade (Mota; Silva Junior, 2003; Santos, 2007). Assim,

O elemento central nos conflitos é a oferta do recurso, que, mais recentemente, tem escasseado ou se dado através de novas regras, como a compra da produção pelas catadoras dos proprietários da terra ou o acesso às frutas através do sistema de meia. (Mota *et al*, 2011, p 160).

Os territórios das mangabeiras sergipanas passam por uma avassaladora destruição das áreas naturais, onde se estima que 90% de toda a fruta comercializada provêm dessas áreas em que populações de catadoras praticam o extrativismo. Até meados de 2002, não existiam pesquisas sobre a prática de extração da mangaba, com pesquisas que abordavam apenas os aspectos agrônômicos da planta, sem relacionar os aspectos sociais, econômicos e culturais que envolvem esse manejo (Vieira Neto, 1994; 2001; Vieira Neto *et al.*, 2002).

O acirramento do processo de fragilização das comunidades que vivem da cata da Mangaba em Sergipe e tem seus trabalhos dependentes dos recursos naturais aconteceu a partir da construção da Rodovia Linha Verde entre Sergipe e Bahia (BA-099), como parte das ações de política pública lideradas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur e da Ponte João Alves Filho, que liga Aracaju ao litoral norte de Sergipe (Pereira, 2008).

A Embrapa Tabuleiros Costeiros, em 2003, passou a desenvolver um trabalho que tinha como objetivo a conservação, caracterização e uso dos recursos genéticos da mangabeira nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do nordeste do Brasil. Esse estudo chama a atenção para a responsabilidade das populações nativas residentes nesses locais, na conservação dos plantios nativos de mangaba, que catavam e vendiam as frutas nas margens das rodovias e nas feiras livres. Nesse processo, esses viraram sujeitos políticos cuidavam dos plantios e acumulavam muitos saberes sobre os mesmos (Mota *et al.*, 2003, 2005, 2007, 2008; Mota; Silva Junior, 2003; Santos, 2007; Schmitz *et al.*, 2006, 2008; Silva Junior *et al.*, 2003, 2006, 2007; Pereira, 2008).

As ameaças que permeiam a extração da mangaba e as trabalhadoras que as praticam traduzem-se em agressão ao meio ambiente e a quem nele habita. No litoral sergipano, a especulação imobiliária na atualidade e já anteriormente a implantação de monoculturas, reduzem a vegetação nativa, em especial o número de mangabeiras (Jesus, 2010).

Diante dessas ameaças, que não são exclusivas das populações extrativistas de mangaba de Sergipe, as comunidades passam a organizar em coletivos sociais compostos e liderados por mulheres extrativistas, que emergiram também na busca desse reconhecimento associado ao direito à

diferença, quer seja na forma de gestão do recurso natural, quer seja no modo de viver as relações sociais de gênero (Porro, 2002).

Em Sergipe, o processo de organização das catadoras de mangaba se inicia enquanto sujeito coletivo a partir dos anos 2000, e tinha como demanda, em sua origem de luta, a resistência contra a privatização dos recursos de uso comum, como as terras ou campos de mangaba, acessados por diversas formas. Neste sentido, mulheres catadoras de mangaba, junto a pesquisadores e técnicos da Embrapa e do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) pensam num espaço coletivo e político de debate sobre essa temática.

Assim, aconteceram os I e II Encontros das Catadoras de Mangaba de Sergipe, com o objetivo de discutir problemáticas, possibilidade e desafios das catadoras e formular estratégias de mobilização em defesa dos seus modos de vida, da biodiversidade e, conseqüentemente, da pluralidade cultural. A partir deles se constituiu o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), criou-se o hino das catadoras de mangaba e se formulou a I Carta Aberta das Catadoras de Mangaba, celebrando ainda parceria com instituições e organização de garantias de direitos para continuidade da jornada de luta (Embrapa, 2007).

Do processo de organização social desencadeado no I Encontro, outras ações foram realizadas, no sentido de fortalecer a luta. No início de 2008, o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF-SE) recebeu denúncia por meio do MCM, das ameaças a que estão sujeitas as catadoras de mangaba em Sergipe. Assim o MPF/SE propôs um grupo de trabalho interinstitucional formado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, Ibama/SE, ICMBio, Incra/SE, Semarh/SE, Adema/SE e Seides/SE, como objetivo de subsidiar o planejamento de soluções para o extrativismo da mangaba (Embrapa, 2009).

O grupo interinstitucional formado pelo MPF/SE apontou um conjunto de estratégias a construção de proposta de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, monitoramento e fiscalização das áreas do bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados, fortalecimento do MCM, criação de Resolução Estadual de proibição do corte das mangabeiras (Embrapa, 2009).

Ainda como demanda deste processo, se apontou a necessidade um maior conhecimento sobre a realidade no estado referente ao processo de

produção e colheita da mangaba, assim como das comunidades tradicionais que a praticavam num modelo extrativista, considerando as denúncias realizadas pelas mulheres no encontro (Embrapa, 2009).

Em 2009 foi publicado o documento Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe Ameaças e Desafios, realizado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, que se configurou como um mapa síntese de todo o litoral sergipano, associando as áreas de extrativismo aos povoados/assentamentos e a identificação de conflito de uso da terra (Embrapa, 2009).

O mapeamento demonstrou que o extrativismo da mangaba acontece nos municípios sergipanos de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Japarutuba, Japoatã, Pacatuba, Pirambu, São Cristóvão, Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro de Brotas, onde foram encontradas 64 comunidades (58 povoados e seis assentamentos de reforma agrária), num quantitativo de 1.628 famílias que fazem extrativismo de mangaba em Sergipe. Como atividade econômica ele está associado a outras atividades, como a pesca e mariscagem nos mangues, o extrativismo de outras frutas nativas e exóticas, o plantio de roça e o cultivo do coco, ainda gera renda o artesanato, o emprego informal e o Bolsa Família (Embrapa, 2009).

As áreas de extrativismo em Sergipe são caracterizadas por uma grande heterogeneidade na relação com a prática da extração da mangaba. No que se referem as comunidades, em sua maioria não tem áreas próprias e coletam em áreas alheias, em plantações nativas. Mas também foram detectadas famílias de catadoras com sítio próprio, que estão investindo em plantio de mudas ou transplante de plântulas de mangabeira (Embrapa, 2009).

O documento destacou no extrativismo da mangaba a região leste sergipana, que totalizou 8,3% da região mapeada, com 16% de sítios próprios e 49% de áreas de livre acesso, considerado um aspecto positivo, porém apontou como uma grande ameaça o processo de valorização dessas terras para outros fins. Em relação a proibição de acesso as áreas, foi mapeada em torno de 12%, e as que passam por conflito somam 17%. Mapeou ainda a existência de uma única iniciativa de atividade no planejamento do uso do solo, com a implantação do Assentamento Agroextrativista São Sebastião, no povoado Alagamar, em

Pirambu, com outras condições de plantio, cata e comercialização da fruta (Embrapa, 2009).

Numa perspectiva de uma lógica mais privatista, o mapeamento localizou os povoados de Capuã e Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, onde as catadoras de mangaba coletam os frutos nas áreas de terceiros, sendo que a produção repartida com o proprietário da área, sendo essa uma tendência nas comunidades com sítios privados. Por sua vez, a valorização da fruta provoca um investimento nesses sítios para estimular a produção, se observando o manejo das plantações pelo coroamento de árvores e mudas, o transplante de mudas de baixo das copas para áreas (Embrapa, 2009).

A valorização da fruta, como um fenômeno do processo de mercantilização do capitalismo, vem acirrando os conflitos entre donos de terra e as extrativistas, o que tem despertado as extrativistas a pensar alternativas de sobrevivência. Neste sentido, as comunidades estão realizando plantios de mangabeiras em seus lotes, muitas vezes menores que um hectare, e as comunidades em que as extrativistas não tem posse de terras começaram a se organizar demandando o acesso às plantas por meio da desapropriação das áreas de terceiros, via reforma agrária ou via unidades de conservação de uso sustentável (Embrapa, 2009).

O Mapeamento da Mangaba de 2009 aponta, a partir da realidade das extrativistas da mangaba em Sergipe, que a solução para resolver a problemática do acesso à terra e aos recursos naturais seria a criação de Reserva Extrativista, Parque Estadual e Assentamento Agroextrativista em áreas de ocorrência de mangaba. Ele também salienta que esse tipo de solução não foi apontado pelas comunidades, talvez pela carência de informação que as subsidiem para opinar a respeito dos mecanismos que possibilitem seu acesso à terra, o que compromete o processo de organização coletiva nessa direção (Embrapa, 2009).

Outras demandas também são apresentadas pelas comunidades mapeadas, quando os moradores são donos de sítios ou assentados, as demandas são por assistência técnica para produção, plantio de mudas e controle de doenças, assim como para o acesso a crédito bancário. Essas demandas também estão vinculadas aos canais de comercialização mais

seguros e com melhor preço, além de estímulo ao beneficiamento do fruto como forma de driblar suas características de sazonalidade, agregando valor, pensando nessa perspectiva até na criação do defeso da mangaba, a exemplo de outras práticas extrativistas (Embrapa, 2009). O mapeamento se torna o primeiro documento oficial que apresenta a realidade da vida e trabalho das catadoras de mangaba em Sergipe, servindo da base para possível formulação de políticas públicas.

Em nível estadual, a conquista da Lei nº 7.082, que em 16 de dezembro de 2010 reconhece as catadoras de mangaba como um grupo culturalmente diferenciado (Sergipe, 2010), considerando que elas são guardiãs de saberes e saberes e práticas que garantem conservação de recursos naturais e a sobrevivência das mangabeiras em Sergipe. Neste sentido, é importante destacar que foram necessários aproximadamente 20 anos do decreto da árvore símbolo de Sergipe para que o Decreto Lei N.º 7.082 fosse publicado (Jesus; Santos, 2018).

Do processo de organização das mulheres extrativistas catadoras de mangaba de Sergipe, nasce a primeira Associação de Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Ascamai), em 08 de janeiro de 2010, situada no povoado Pontal passa a liderar o processo de organização dos grupos extrativistas de mangaba, no movimento de pensar formas de fortalecimento da cata da mangaba, seu processamento e comercialização.

A partir 2011, uma série de projetos passa a ser desenvolvidos pela Ascamai em parceria com a Petrobras, “Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe”, em suas duas fases, e “Rede Solidária de Mulheres de Sergipe” em execução, numa trajetória que fortaleceu o Movimento de Catadoras de Mangaba dando-lhe visibilidade nacional e internacional, sendo seu maior legado a construção de uma referência de identidade do povo sergipano com as catadoras de mangaba e sua causa sócio-política e ambiental.

O movimento ainda consolidou outras quatro associações de catadoras de mangaba, e como legado de execução dos projetos, numa perspectiva operacional do processo de trabalho, foram implantadas quatro Unidades de Processamento de Frutos, da restinga e dos quintais, nos municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros e Japaratuba. As unidades

representaram um avanço no processo de produção, e processamento de receitas seculares com base nas frutas da restinga, mas para além dessa perspectiva, firmava um local de resistência e organização das mulheres catadoras de mangaba.

Numa perspectiva publicizar o cotidiano, a vida e o trabalho das mulheres catadoras de mangaba de Sergipe, os projetos possibilitaram a gravação dos CD's "Canto das Mangabeiras" e "Quero ver rodar, com as griôs na restinga sergipana", e dos documentários "Mãos que marcam", "Mulheres Mangabeiras" e "Catadoras de Mangaba em movimento", ocupando espaços importantes do circuito audiovisual. No mesmo sentido, foram lançados livros, revistas e catálogos, todas as obras estão disponíveis na Internet, e representam ainda o resgate das histórias dessas mulheres, a diversidade cultural de seus territórios e sua relação em coletivos que representam a sua luta por existir.

A trajetória dos projetos que foram desenvolvidos pela Ascamai é de grande importância para a consolidação e fortalecimento do trabalho das catadoras de mangaba nos dias atuais. Esse assunto tem uma abordagem mais aprofundada no tópico 3.2, considerando que o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe será analisado no trabalho de campo.

Em 2017, a Embrapa Tabuleiros Costeiros publicou uma nova versão mapeando a realidade do extrativismo da mangaba, que chamou de "Mapa do Extrativismo de Mangaba em Sergipe: Situação atual e perspectivas", atendendo a uma nova solicitação do Ministério Público Federal em Sergipe, a partir de denúncia realizada pelo Movimento de Catadoras de Mangaba, em 2015, sobre a perda de acesso a recursos naturais e as transformações da vida das catadoras de mangaba. (Embrapa, 2017). O mapeamento de 2017 teve como principal objetivo, conforme indica o órgão (Embrapa, 2017, p. 16)

[...] publicitar e fornecer subsídios para ações do MPF-SE e aprimorar a elaboração de políticas públicas que visem à conservação das áreas naturais de mangabeiras e dos modos de vidas das comunidades tradicionais a elas relacionadas.

Observou-se que o processo de mobilização política das catadoras de mangaba lhes possibilitou visibilidade social a nível local, estadual e nacional, atingindo espaços internacionais de debate cultural, ambiental, social e econômico. Mas ao mesmo tempo destaca-se que

[...] as conquistas citadas anteriormente não foram suficientes para reverter os principais problemas existentes para a prática do extrativismo nos últimos anos como a falta de acesso à terra; o acesso restrito as mangabeiras nativas; o desmatamento; canais de comercialização deficientes, etc. (Embrapa, 2017 p.15)

Com base nos dados do mapeamento de 2009, e cotejando com dados atualizados, foram percorridos o total de 15 municípios sergipanos: Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba, Estância, Itaporanga d’Ajuda, Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Pirambu, Japaratuba, Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Brejo Grande. Assim, atualizou-se o quantitativo de 72 localidades praticantes do extrativismo de mangaba, e 1.776 famílias autodeclaradas catadoras de mangaba, cerca de 5.328 pessoas, apontando crescimento quando comparado a 2009 (Embrapa, 2017).

Sobre as áreas das mangabeiras em Sergipe, o segundo mapa aponta a existência de 34.033 hectares ocupados por mangabeiras, 1,55% da sua área total. As áreas naturais de mangabeira ocorrem em 7,8% do Estado, estando a maior parte em Itaporanga d’Ajuda (23%), Pirambu (17%) e Japoatã (14%), apontando ainda que apenas 02 não tem áreas naturais, Neópolis e Brejo Grande. (Embrapa, 2017). Numa análise comparativa sobre as áreas de mangabeiras em uma janela temporal de seis anos, o mapa adverte poder

[...] inferir que, nos últimos 6 anos, houve uma redução de 10.456 ha (29,6%) das áreas de ocorrência natural de mangabeiras mapeadas (Figura 3). Os municípios que mais sofreram com a redução do tamanho das áreas de ocorrência natural de mangabeiras foram Estância (47,60%), Barra dos Coqueiros (41,47%), Japoatã (36,34%), Indiaroba (32,18%), Pirambu (23,25%), Japaratuba (22,31%), Pacatuba (13,61%) e Itaporanga d’Ajuda (11,75%). (Embrapa, 2017, p. 36).

Essa redução é consequência da venda da terra para empreendimentos condominial que se estabeleceram no litoral sergipano interligados por pontes que prometiam desenvolvimento e progresso, mas de fato, trouxeram desmatamento da mata de restinga de forma desordenada, sem nenhum tipo de fiscalização, considerando o poderio das grandes construtoras do mercado imobiliário.

Sobre o extrativismo da mangaba, constatou-se que ele é a principal renda para 38,89% das famílias, e 29,72% têm no extrativismo a mesma importância econômica que a outra atividade desenvolvida, como a pesca e a

coleta de produtos do manguê. Neste sentido, foi percebida algumas variações entre as regiões sergipanas, no litoral sul foi considerada a primeira fonte de renda na maioria das localidades, na região metropolitana esse fato só se deu quando a cata é desenvolvida por mulheres, no litoral norte, Pirambu e Japaratuba também declaram o extrativismo da mangaba como principal renda (Embrapa, 2017).

Em relação à forma de acesso das catadoras de mangaba às áreas, acontece no próprio sítio e pela cata livre, destacando que 53% declaram a prática da modalidade de sítio próprio, destes, 28% estão em Itaporanga d'Ajuda, 20%, em Japoatã e 13%, em Estância. As catadoras de mangaba que declaram a prática com acesso livre para coleta dos frutos estão em 26% das áreas naturais de mangabeiras no estado, principalmente nos municípios de Santo Amaro das Brotas (24% das áreas de acesso livre), Pirambu (23%) e Japaratuba (21%) (Embrapa, 2017).

Foram percebidas algumas variações importantes, como a coleta e o pagamento pelos frutos em 9% das áreas do estado, nos municípios de Pirambu (53% das áreas de acesso por compra), Japaratuba (19%) e Indiaroba (17%). Também é importante destacar que existem áreas naturais de mangabeira no Estado onde as catadoras de mangaba são proibidas de praticar à cata nos municípios de Itaporanga d'Ajuda (54% das áreas proibidas), Pirambu (19%) e Estância (17%). No tocante ao processo de comercialização, as catadoras de mangaba utilizam diferentes estratégias para ingressar nos circuitos de comercialização, a depender das formas de acesso às áreas de coleta e aos locais de venda. Percebeu-se uma intensificação de compra e venda dos frutos, especialmente nos municípios de Pirambu, Japaratuba e Indiaroba, que passou a considerar em importância a figura do dono da área (Embrapa, 2017).

O mapeamento aponta para um avanço nesta cadeia produtiva, a partir do processo de organização coletiva das catadoras de mangaba, em que as mesmas aumentam suas vendas diretas dos frutos e seus derivados, de certo modo superando da figura do atravessador, chegando a construir unidades coletivas de beneficiamento, instaladas a partir de 2010, nos municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros e Japaratuba (Embrapa, 2017). Vale

ressaltar que essas unidades são construídas a partir da relação da Ascamai junto à Petrobras.

Mesmo com esses avanços, frente a lógica de mercado, o mapeamento afirma que a maior parte da produção de mangaba é vendida para as fábricas de polpas, sorveterias, redes de supermercados e exportada para outros estados, sendo comercializada por meio de intermediários, que compram a produção nas localidades e transportam até o local de revenda. A localização geográfica dos plantios e as condições para acessá-los, são variáveis importantes que influenciam na formação dos arranjos de comercialização, sendo favoráveis, a proximidade de centros urbanos, pontos turísticos, boas estradas, transporte público acessível, garantia de compra e venda e preços, são elementos bem consideráveis (Embrapa, 2017). Pensando nos principais problemas e ameaças à prática do extrativismo da mangaba em Sergipe, nas falas dos entrevistados apontam-se:

[...] desmatamento para agricultura (cana-de-açúcar e eucalipto), construção civil (hotéis e condomínios residenciais) e ocupações de terra, cercamento das áreas, infraestrutura e canais de comercialização deficientes (venda por meio de intermediários, desperdício dos frutos, falta de transporte público e privado para deslocamento das catadoras de mangaba às áreas de coleta mais distantes, preços baixos e falta de compradores e intermediários), violência (roubo, furto, drogas, ameaças dos donos das terras), falta de acesso à terra, ausência de mangabeiras onde residem e /ou entorno (nunca existiram ou foram cortadas), regularização da posse das terras ocupadas por extrativistas em Pacatuba e a doença das plantas conhecida como seca-da-mangabeira em Itaporanga d'Ajuda. (Embrapa, 2017, p. 40)

Para além dos problemas apontados, existe o processo de pavimentação e construção de pontes, interligando o litoral do Estado de Sergipe, que provocou um processo de especulação por parte de empreendedores turísticos, hoteleiros e imobiliários, em detrimento à conservação da vegetação nativa. Neste sentido, observou-se o cercamento das áreas de mangabeiras nativas, onde o acesso às plantas para coleta dos frutos era livre no passado (Embrapa, 2017).

Pelo mapeamento 2017, foram apontadas em 21 localidades de catadoras de mangaba (29,17%) em que o cercamento é um dos principais problemas para a prática do extrativismo, em Pacatuba, Indiaroba, Estância, Itaporanga d'Ajuda e Japarutuba. O acirramento da questão do acirramento as áreas, de acordo com os entrevistados está diretamente ligado ao acirramento

das disputas pela terra, devido à mobilização social das catadoras de mangaba e das instituições parceiras da causa para a criação de unidades de conservação em Sergipe, focando os municípios de Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas e no litoral Sul (Embrapa, 2017).

A falta de acesso à terra é uma ameaça ao extrativismo de mangaba em todas as localidades de Sergipe, exceto nos sítios localizados em Itaporanga d'Ajuda, Estância e São Cristóvão, e os assentamentos. Essa ameaça faz as Catadoras de mangaba precisarem percorrer longas distâncias para coletar os frutos, uma cata cada vez mais escassa, provocada pela perda dos seus territórios, que provocam nessas famílias a necessidade de buscar outras formas de ocupação, em possibilidades de trabalho assalariado e trabalho por diárias (Embrapa, 2017).

O mapeamento mostra os processos de ameaça que vivem as catadoras de mangaba, a mesmo tempo que a conservação dos recursos naturais e dos modos de vida das localidades de catadoras de mangaba do Estado de Sergipe implica na manutenção da diversidade ambiental e cultural. Neste sentido, recomenda que “o Estado invista na formação política das catadoras de mangaba visando ao reconhecimento da importância dessas mulheres na conservação dos recursos naturais” (Embrapa, 2017, p. 52).

De fato, o Estado pouco tem investido no processo de proteção social e consolidação de direitos sociais para o conjunto de mulheres catadoras de mangaba, mesmo considerando que a sua organização coletiva trouxe avanços na ordem geral. As informações sobre as conquistas das catadoras de mangaba, conforme levantamento feito por Jesus (2016), apresenta a evolução acerca do processo histórico do movimento de organização das catadoras de mangaba em Sergipe, em que o autorreconhecimento e a visibilidade social se consolidam. Algumas parcerias importantes são consolidadas, ferramentas de registro social e cultural são desenvolvidas, mas pouco se avança numa perspectiva de legislação social, como mostra Quadro 3 a seguir.

**Quadro 3 – Principais conquistas relacionadas às catadoras de mangaba no Litoral de Sergipe, 2007 a 2017**

| <b>PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CATADORAS DE MANGABA</b>                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identidade das catadoras de mangaba (Schmitz <i>et al</i> , 2011)                                                                                                    |
| Divulgação na mídia local e nacional (Mota <i>et al</i> , 2011)                                                                                                      |
| Criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (Schmitz <i>et al</i> , 2011)                                                                                          |
| Capacitações solidárias com trocas de experiências (Mota <i>et al</i> , 2008)                                                                                        |
| Produção de doces, processamento das frutas, em 2008 (Jesus, 2010)                                                                                                   |
| Participação do MCM na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) (Mota <i>et al</i> , 2011)                       |
| Reconhecimento das Catadoras de Mangaba enquanto grupo culturalmente diferenciado por meio do Decreto-Lei n.º 7.082, de 16 de dezembro de 2010 (Sergipe, 2010)       |
| Projeto: Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Sousa; Liberato; Jesus, 2012) |
| Capacitação das lideranças das catadoras de mangaba realizada pelo Embrapa em 2010 (Schmitz <i>et al</i> , 2011)                                                     |

Fonte: Jesus (2016).

De acordo com Sousa, Liberato e Jesus (2012), a organização social da mulheres extrativistas da mangaba em Sergipe, passou a reivindicar condições melhores para o trabalho, considerando algumas estratégias de proteção dos seus territórios e de sua atividade extrativista, a saber: a Criação da Reserva Extrativista do Litoral Norte e Sul de Sergipe; fomento de Políticas Públicas para que possam ter acesso ao território, alimentação, saúde, educação, moradia, abastecimento de água dentre outros direitos humanos básicos; estabelecimento de parceria para Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAPs das Extrativistas da Mangaba; Propiciar e fortalecer o acesso das Catadoras de Mangaba ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Inserir os produtos relativos ao trabalho das mulheres extrativistas Catadoras de Mangaba e Pescadoras, como peixes, mariscos e frutos do mar, na cadeia da sociobiodiversidade; Criação do Defeso da Mangaba. De fato, é importante destacar que,

As particularidades exercidas por esse grupo social destacam conflitos e demandas ainda não solucionados, fazendo-se necessário então, uma maior organização e a formatação de políticas específicas que garantam a permanência de acesso aos recursos naturais (Jesus; Santos, 2018, p. 107)

Compreender os poucos avanços na consolidação de direitos das mulheres catadoras de mangaba é entender como a política social tem atuado

nas respostas a questão social, em que o Estado Capitalista compromete-se com a produção deste capital (Behring, Boschetti, 2017). No contexto de ultraneoliberalismo, esse Estado tende a suprimir direitos previdenciários garantidos na Constituição Federal de 1988, se reduzindo no processo de reconstituição física da força de trabalho, impondo a classe trabalhadora uma postura de subordinação ao mercado de trabalho, suas regras e condições (Boschetti, 2018).

Neste sentido, a luta das catadoras de mangaba pela garantia do direito ao trabalho e a proteção social segue uma lógica de contramão das vias Capitalistas. Sua trajetória de organização coletiva evidencia uma base ético-política e teórica para um debate sobre a realidade que as cercam, num ambiente propício a construção de conhecimento a partir de sujeitos sociais que vivência a problemática do extrativismo em Sergipe, como protagonistas desse processo. O desdobramento dessa perspectiva é desenvolvido no capítulo a seguir, que tem por base a escuta das mulheres da Ascamai por meio da realização de grupos focais.

### **3. VIVÊNCIAS EM REDE DAS CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE: UM OLHAR SOBRE AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS.**

A trajetória a partir deste ponto disserta a respeito das percepções sobre o trabalho das catadoras de mangaba na atualidade, refletindo suas conquistas e avanços, assim como seus desafios a partir de reflexões desencadeadas para buscar respostas as questões norteadoras. Partindo do procedimento da pesquisa de campo, apresenta-se uma análise de conteúdo que aborda as falas dessas mulheres sobre desafios e conquistas de seu processo de trabalho.

O capítulo pretende desvendar a ambiência do trabalho, num processo contraditório e transformador que envolve a vida das mulheres na cata da mangaba em Sergipe atualmente, sob sua própria perspectiva. É assumir uma trajetória que tem como marco histórico a auto identificação, se concretizando numa realidade capitalista que as tornam sujeitos de uma história por sobrevivência de importância material e imaterial, enquanto grupo tradicional, mas também pertencente a uma cadeia de produção que cerca seus territórios, suas relações familiares e seu trabalho por redes de especulação comercial e imobiliária.

Neste sentido, toma por base e traz como pano de fundo o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe como locus da pesquisa. Na sua estrutura aborda o contexto vivenciado no processo de aplicação da pesquisa, e apresenta nos subitens 3.1 e 3.2, respectivamente, “O cenário atual da cata da mangaba em Sergipe e as conquistas das mulheres na trajetória de construção de uma identidade pelo trabalho” e “Formação da Rede Solidária das Mulheres de Sergipe: avanços e desafios para o trabalho da cata da mangaba”, que debatem o trabalho pelas falas das catadoras entrevistadas.

A coleta de dados que culmina no referido capítulo, se deu a partir de dois encontros com as mulheres protagonistas deste objeto de pesquisa aconteceu na sede do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, que se tornou o locus da pesquisa, em um ambiente social determinado como pano de fundo da trajetória analisada.

A Rede Solidária de Mulheres de Sergipe existe desde 2018, como uma proposta apresentada pela Associação de Catadoras de Mangaba e Indiaroba – Ascamai, patrocinado pela Petrobras e apoiado pelo Universidade Federal de

Sergipe e o Movimento de Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe – MCM, estando atualmente na sua terceira fase de execução numa proposta 2023 – 2025, num formato de parceria.

Na trajetória de organização política para o trabalho, as catadoras e mangaba lutam pela garantia do acesso ao território, a possibilidade de continuarem a existir e conquistarem direitos, enquanto grupo socialmente constituída na cultura de extração de uma fruta nativa, a mangaba. Para entender como se configura a criação da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe é necessário entender o processo organizativo que antecede a ele, sua conexão com as catadoras de mangaba.

Em 2010, após iniciar o processo de organização coletiva das catadoras de mangaba em Sergipe, criação do Movimento de Catadoras de Mangaba e da Ascamai, que se torna proponente de uma proposta de intervenção que pleiteia apoio financeiro através de edital público da Petrobras, que foi elaborada a partir das demandas descritas nos Encontros de Catadoras de Mangaba e que passam a ser bandeiras de luta, consolidando o Projeto “Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe”, aprovado para execução.

O Projeto “Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe” aconteceu em duas fases, sendo encerrando em 2015, numa área de atuação abrangia oito municípios e 26 comunidades, atendendo 764 mulheres extrativistas catadoras de mangaba. Como legado, o projeto garantiu a implantação de quatro Unidades de Processamento de Frutos, nos municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros e Japaratuba, visibilidade nacional e internacional para as Catadoras de Mangaba (Ascamai, 2018).

O projeto potencializou nos grupos aspectos formativos, numa perspectiva de organização social e manuseio de técnicas de processamento da mangaba de forma segura, assim como aspectos culturais e identitários, auxiliando na consolidação da trajetória das mulheres catadoras de mangaba e sua luta por existência e resistência, em seus territórios, buscando quebrar barreiras de invisibilidade e exploração.

Alguns registros de resgate cultural das histórias dessas mulheres foram consolidados a partir do Projeto, como a gravação dos CD's “Canto das Mangabeiras” e “Quero ver rodar, com as griôs na restinga sergipana”, que

registram o cotidiano nas mulheres, dando voz as músicas passadas ancestralmente no trabalho. Fomentou ainda a realização dos documentários “Mãos que marcam”, “Mulheres Mangabeiras” e “Catadoras de Mangaba em movimento”, que foram exibidos em espaços como o Festival Iberoamericano de Cinema Casa Curta-SE, Festival de Cinema Montpellier, na França e no Fórum Mundial Social, na Turquia, e são estratégias de registro das suas histórias através de personalidades, memórias e saberes construídos nas trajetórias de vidas dessas mulheres e das que vieram antes delas, pelo trabalho, como forma de quebrar qualquer iniciativa de invisibilização de suas existências.

Da avaliação exitosa da execução Projeto “Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe”, em seus aspectos administrativos, técnico-operativos e sócio-políticos, em relação a seus impactos sociais nos grupos de mulheres trabalhados, em 2018 a Ascamai volta a parceria junto a Petrobras com a criação do Projeto “Rede Solidária de Mulheres de Sergipe”, que tem como objetivo “contribuir para a sustentabilidade das comunidades extrativistas e urbanas, ampliando as condições de geração de renda, qualificando e inovando o trabalho, e ressignificando as relações com o meio ambiente dos grupos comunitários” (Ascamai, 2023).

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, em sua primeira fase, teve duração de 24 meses, atendeu a 600 mulheres, numa área de abrangência que contemplou os municípios de Carmópolis, Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Japarutuba. Neste sentido, percebe-se a ampliação da tipologia das áreas de atuação para além das áreas de catadoras de mangaba, articulando espaços em Carmópolis, onde foram mapeados outros grupos de mulheres artesãs e culinárias, que como as catadoras de mangaba em seu processo inicial de organização demandavam formação e apoio, a partir da experiência de formação continuada vivenciada pelas mulheres extrativistas.

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe consolidou a marca Catadoras de Mangaba como legado da trajetória vivenciada e criou a marca Sabores de Carmópolis, com produtos que, assim como os da mangaba, expressavam a vida e trajetória dessas mulheres, suas frutas de quintal, os saberes culinários de suas famílias, dentro das normas de segurança alimentar e rotulagem para venda segura (Ascamai, 2020).

Para tanto, o projeto contou com uma equipe de educomunicação<sup>10</sup> formada por Jornalistas, Administradora, Assistente Social, Contador, Engenheira de Alimentos, Engenheira Florestal, Auxiliar Administrativo, Motorista e Estagiários. Em sua metodologia, a prioridade é a participação direta das mulheres nas comunidades, para mobilização, apresentação das ações, cadastro e planejamento das atividades, junto com a equipe e com o apoio de lideranças comunitárias locais.

No processo formativo, foram realizadas oficinas, seminários, *workshops*, reuniões e encontros para construir conhecimentos a partir de conteúdos educativos e reflexões, as atividades previstas eram executadas respeitando os saberes das comunidades e as demandas apresentadas nas trocas entre equipe e grupo, onde facilitadoras locais são priorizadas para aprimorar os potenciais existentes, assim como as avaliações acontecem de forma gradual, apontando as dificuldades, tanto da equipe técnica e quanto dos grupos, possibilitando adequações do processo (Ascamai,2023).

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe é finalizado em 2020, diante das problemáticas relacionadas ao início da pandemia do Covid-19 no Brasil, cumprindo seus objetivos e executando suas ações de forma que deixa como resultados: grupos fortalecidos em redes de geração de renda, produtos rotulados, áreas de comercialização firmadas, identidade firmadas intra e extra grupos (Ascamai, 2023).

Os anos de 2020 e 2021 são marcados no Brasil e no mundo pela pandemia da Covid-19 que provocou contaminação em massa, obrigando a todos uma postura de isolamento social total, a partir do fechamento de espaços públicos e coletivos, considerando a alta letalidade do vírus e o pouco conhecimento humano sobre ele. A pandemia impôs novos hábitos e costumes sociais no que se refere a utilização de usos de máscara e distanciamento social. O processo pandêmico deixou marcas profundas na vida das pessoas, tendo sido o desenvolvimento e chegada da vacina a possibilidade de retorno à normalidade social da vida.

---

<sup>10</sup> De acordo com Soares (2000), a Educomunicação é um processo de comunicação emancipadora, que a partir da intervenção interdisciplinar e ferramentas de reflexão, leva as/os educandas/os a percepções críticas sobre a realidade e possibilidades de transformação da mesma, vislumbrando a consolidação de espaços de cidadania e construção de conhecimento coletivo.

Em outubro de 2021, com a retomada das atividades cotidianas ainda de forma moderada, se inicia o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, em sua segunda fase, fase foco da nossa pesquisa, que foi finalizada em setembro de 2023. Promovido pela Ascamai, seu recurso é também advindo de convênio junto a Petrobras. Com o objetivo de continuar ações desenvolvidas na versão de 2018, reforça seu objetivo e compromisso para com ações de fortalecimento e geração de renda de grupos de mulheres, a partir do trabalho com as catadoras de mangaba (Ascamai, 2023).

Neste sentido, o Projeto amplia sua área de abrangência trabalhando os municípios de Carmópolis, Divina Pastora, Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Japaratuba, em 12 comunidades, contemplando 500 mulheres diretamente. Os grupos sociais ao qual esse projeto se destina são formados por mulheres predominantemente negras e pobres, com baixa escolaridade e excluídas do mercado de trabalho formal, sendo em sua maioria a principal mantenedora de suas famílias (Ascamai, 2023).

Com uma metodologia participativa e horizontalizada desde a sua concepção, a segunda fase do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe prevê como ações: 1) Viveiros e Quintais Agroflorestais em funcionamento; 2) Qualificação dos processos e produtos desenvolvidos artesanalmente; 3) Construção de Unidades de Beneficiamento de Frutos; 4) Diversificação das linhas de comercialização com novos produtos; 5) Uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação com o e-commerce no site da Rede; 6) Atividades formativas: oficinas, webinários, workshop, seminários organizativos, educativos e reflexivos (Ascamai, 2023).

Em 2021, com uma nova equipe formada por Jornalistas, Administradora, Contador, Engenheira de Alimentos, Engenheira Florestal, Auxiliar Administrativo, Motorista e Estagiários, o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, diante do processo de amadurecimento de suas participantes passam a trabalhar como eixos a educação e trabalho, educomunicação, gênero, biodiversidade, processamento de alimentos e boas práticas. Assim, as atividades foram pensadas no sentido de retomar o cotidiano das unidades e espaços grupais, fortalecer laços e retomar os processos de comercialização, buscando estratégias a partir de costumes pós pandemia, que determinavam

ações em grupos mais restrito em números de pessoas e comercialização para além de espaços físicos. (Ascamai, 2023)

Como resultados alcançados diante do que se pretendeu: a) mulheres com habilidades e competências para melhor atuarem no processamento de frutas, confecções artesanais com o desenvolvimentos de novos sabores de geleias e licores e o desenvolvimentos de produtos diet; e b) cidadãos aptas a desempenhar atividades empreendedoras, organizadas em redes com vistas às novas oportunidades de trabalho, seja ele formal e/ou empreendedora, com a implantação da venda de produtos por e-commerce, que oportunizou a entrega de produtos para todo Brasil (Ascamai, 2023).

Como estratégia de registro histórico e visibilidade enquanto grupo pela via do audiovisual, dois formatos de registro sobre a vida e as experiências das mulheres no pós pandemia, frente as transformações da vida e com a participação no Projeto, foram produzidos, o Documentário “Elas em elos: A força das mulheres em rede”<sup>11</sup>, abordando o trabalho e a vida em seus territórios e as experiências na Pandemia, e o livro reportagem digital “Mulheres Inspiradoras – Histórias em Rede”<sup>12</sup>, que registra como as mulheres descrevem sua autoimagem, após experiências de reflexão sobre a realidade em espaços da Rede e da vida (Ascamai, 2023).

Para além, foi elaborado um “Plano Participativo de Comunicação”, em conjunto com as mulheres do Projeto, que norteia sua comunicação entre elas, para com elas e sobre elas, a partir de produções como os boletins quadrimestrais, filipetas orientadoras, panfletos e cartazes, abordando temáticas dos eixos do Projeto, numa perspectiva de visibilizar as mulheres e suas reflexões sobre a realidade (Ascamai, 2023).

Desde seu início, o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe contempla mulheres catadoras de mangaba dos municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros e Japaratuba, organizadas em 5 associações, as primeiras do Estado de Sergipe. A atuação do Projeto acontece através da realização de atividades de capacitação e formação, mas também de apoio à produção e comercialização, a partir das demandas apresentadas.

---

<sup>11</sup> Disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=wYEBiwXLsg&t=260s>

<sup>12</sup> Todo o material digital elaborado pelo Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe está disponível em [https://redesolidariademulheres.com.br/?page\\_id=783](https://redesolidariademulheres.com.br/?page_id=783)

Neste sentido, passamos a pensar no objeto desta pesquisa, a fim de descrever o processo de realização da coleta de dados em campo, considerando serem as associações de catadoras de mangaba participantes do Projeto as primeiras formadas no Estado, a partir dos I e II Encontros de Catadoras de Mangaba de Sergipe, numa perspectiva de organização coletiva na luta por direitos sociais.

Numa relação que considero orgânica, essas associações, a partir de suas lideranças, passam a construir o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe junto a equipe técnica, sinalizando as demandas de suas comunidades desde então, vivenciando avanços e desafios, e pensando em outras formas de fortalecer demais grupos de mulheres para a formação política e geração de renda, com uma metodologia participativa e de protagonismo, baseada num acúmulo de exercício de empatia e respeito entre mulheres.

A trajetória metodológica para realização da pesquisa de campo foi iniciada com o parecer consubstanciado do CEP aprovando o projeto, emitido em 19/12/2024. Assim, foram retomadas as tratativas junto a “Rede Solidária de Mulheres de Sergipe” para prosseguimento das ações, pactuando a sede do projeto em Aracaju para a realização das seções de grupo focal, contatando por intermédio da Rede com as lideranças das associações para avaliar possibilidades de datas comum, a partir de suas agendas.

Neste momento, cinco associações de catadoras de mangaba ligadas ao Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) e participantes do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe foram integradas ao processo: Associação das Catadoras de Mangaba de Manoel Dias, Associação de Catadoras e Catadores de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros, Associação de Catadoras de Mangaba de Porteiras, Associação de Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha do Município de Estância (ASCAMARE), Associação de Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI). Em contato com as lideranças das Associações foram apresentados a proposta de pesquisa, seus objetivos, e a importância de sua participação, como possibilidade de registrar e refletir suas contribuições para com a história das catadoras de mangaba em Sergipe.

A partir do planejamento metodológico inicial, que previa a participação de oito a dez lideranças catadoras de mangaba cada associação, as associações foram convidadas a enviar duas representantes que fizessem parte da diretoria, ou que tivessem reconhecimento de liderança pelo grupo. A receptividade se deu forma imediata, daí passamos a processo para fechar uma data que fosse possível para o conjunto de pessoas, conseguimos pactuar a data de realização das duas secções de grupo focal para os dias 10 e 11 de janeiro de 2024, datas apontadas pelas representações, considerando que já estariam em Aracaju, para uma atividade junto ao Projeto Rede.

É importante destacar a dificuldade vivenciada no processo de mobilização das mulheres para participação nas secções de grupo focal, que se deu em função do período de realização da atividade em janeiro, justificada por coincidir com o entremeio da safra de mangaba, momento em que as mulheres se colocam integralmente para a coleta e para a produção, além de ser um período de oportunidade de geração de renda, tanto na venda dos produtos, como para o trabalho de diarista nas casas de “veranistas”, como são chamados por elas os donos de casas de praia da região, considerando que estão em região litorânea.

Na perspectiva de consolidar o cenário ideal, com a propositura de entender o cenário atual do trabalho das catadoras de mangaba, a construção de sua identidade coletiva e suas conquistas, tendo como marco a realização do I Encontro de Catadoras de Mangaba de Sergipe, em 2007, no dia 10 de janeiro de 2024, as 18h, na sede do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, foi realizada a Secção 01, com o tema “Avanços e desafios do cenário atual da cata da mangaba em Sergipe”, teve duração de 89 minutos, contou com a participação de seis mulheres extrativistas, catadoras de mangaba, representações das cinco associações, tendo da Associação de Catadoras e Catadores de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros conseguido enviar duas representantes, e a coordenadora de Projeto Rede, que se fez presente a convite das próprias catadoras de mangaba, que verbalizaram que ela tinha que estar ali, elas também a consideravam uma catadora de mangaba.

A sessão foi iniciada com a apresentação da pesquisadora, da orientadora da pesquisa que estava presente, seguida da apresentação da pesquisa, seus

objetivos e processo metodológico, assim como sua relevância e o roteiro que seria trabalhado. Informou-se então que a secção seria gravada em vídeo, como pactuado anteriormente, reforçando mais uma vez a importância desse procedimento de registro. Abrindo a fala para o grupo, cada mulher presente fez sua apresentação individual, passando as assinaturas dos termos de autorização obrigatórios pelo CEP.

Seguimos com agradecimento pela participação voluntária e de livre escolha de cada mulher catadora de mangaba participante, garantindo sigilo em suas identidades, assim como a liberdade de fala. A Secção aconteceu em uma sala de reunião, considerando um ambiente reservado, que pudesse garantir a proteção dos dados obtidos, como determina a o processo metodológico. O debate aconteceu em torno dos pontos importantes da luta relacionadas no primeiro e segundo encontros das catadoras de mangaba pensando nas demandas e conquistas da caminhada.

A dinâmica de realização das sessões seguiu de forma semelhante a partir da temática, com perguntas estabelecidas no Apêndice E. Em formato impresso em letras garrafais, as perguntas eram apresentadas e posicionadas no centro da mesa ovalada, onde por intermediação da pesquisado, eram debatidas entre as mulheres. No sentido de garantir um debate acolhedor, onde as mulheres catadoras de mangaba presentes se sentissem à vontade para falar, o controle de tempo e de ordem das falas ficou liberado entre elas, estando a pesquisadora num papel de sanar dúvidas e encaminhar os temas pela ordem das perguntas.

A segunda sessão, com o tema “Contribuições da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe para o trabalho das catadoras de mangaba” aconteceu no dia 11 de janeiro de 2024, durou 95 minutos, e contou com a participação das mesmas mulheres participantes da primeira sessão, sendo iniciada as 10h, no mesmo local e mesma dinâmica da sessão anterior.

As seis mulheres catadoras de mangaba que fazem parte da amostra, têm em comum uma vida voltada para o extrativismo, aprendida com as mães e avós, e uma caminhada de mais de 10 anos juntas na resistência e luta para manutenção cata da mangaba livre. São mulheres que se tornaram lideranças em seus grupos, participam de espaços de representatividade de suas áreas,

acreditam no processo coletivo de organização, e passaram por uma formação para tal, nos últimos 16 anos.

Da experiência de aplicação das secções do grupo focal, alguns aspectos chamaram atenção: três das mulheres presentes, além da coordenadora do Projeto participaram dos Encontros de Catadoras de Mangaba e estão na caminhada por fortalecimento do trabalho extrativista desde então; Todas as catadoras presentes tem suas histórias de vidas na cata da mangaba de forma ancestral; A existência das catadoras de mangaba está diretamente ligadas as preservação de seus territórios, lugar de resistir; As mulheres catadoras de mangaba vivenciam a rotina de ambientes de restinga e pesqueiros, sendo essas formas de existir possíveis; e por fim, as associações de catadoras ligadas ao projeto Rede foram criadas como forma de fortalecimento e manutenção para o trabalho, estando atualmente organizadas para a cata, a produção e comercialização de produtos derivados do processamento da mangaba.

O grupo focal foi favorecido ainda em sua troca de informações viabilizada pelo debate, pensando no entrelace das trajetórias individuais e coletivas das mulheres presentes, que expressavam entre si intimidade, afeto e cuidado na troca de saberes daquela experiência. O intuito foi captar informações sobre as problemáticas, desafios e conquistas que permeiam o trabalho das catadoras de mangaba, apontados a partir dos anais do primeiro e segundo encontros das catadoras de mangaba, buscando refletir as transformações dos aspectos que permeiam a realidade atual.

A fim de facilitar o processo de análise a seguir, apresento o Quadro 4, com dados das mulheres catadora de mangaba participantes da pesquisa, optando por nominá-las respeitosamente pelas frutas da restinga, considerando a relação ancestral com essas frutas:

**Quadro 4 – Dados e perfil político-representativo das catadoras de mangaba participantes do grupo focal**

| NOME    | COR/<br>RAÇA | IDADE | QUANTIDADE<br>DE FILHOS | ESCOLARIDADE             | OCUPAÇÕES                                 | ESFERAS<br>REPRESENTATIVAS  |
|---------|--------------|-------|-------------------------|--------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------|
| Mangaba | Preta        | 38    | 06                      | Ensino Médio<br>Completo | Catadora de<br>Mangaba<br><br>Marisqueira | Presidente da<br>Associação |

|        |       |    |    |                               |                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------|-------|----|----|-------------------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|        |       |    |    |                               |                                                                  | <p>Membro do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT</p> <p>Diretora do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS</p> <p>Sócia da Rede de Povos Tradicionais do Brasil – Rede PCTs</p> <p>Coordenadora de Formação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe – MCM</p> |
| Cambuí | Preta | 50 | 03 | Ensino Fundamental Incompleto | <p>Catadora de Mangaba</p> <p>Marisqueira</p> <p>Culinarista</p> | <p>Atuou com Presidente; Vice-Presidente; Conselheira Fiscal da Associação.</p> <p>Participante do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe –MCM</p> <p>Guardiã das Receitas</p>                                                                                                                           |
| Murici | Preta | 30 | 00 | Ensino Superior Incompleto    | Catadora de Mangaba                                              | <p>Tesoureira da Associação</p> <p>Tesoureira da Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais Associação Mãe Palmeira</p> <p>Membro do Conselho Nacional dos Povos e</p>                                                                                                                                           |

|          |       |    |    |                               |                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------|-------|----|----|-------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|          |       |    |    |                               |                                                   | Comunidades Tradicionais – CNPCT - Suplente<br><br>Comunicadora da Rede de Povos Tradicionais do Brasil – Rede PCTs<br><br>Coordenadora Nacional de Juventude na Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM<br><br>Coordenadora de Comunicação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe –MCM |
| Ouricuri | Preta | 32 | 01 | Ensino Fundamental Incompleto | Agricultora<br><br>Catadora de Mangaba            | Secretária da Associação<br><br>Participante do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe –MCM                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Cambucá  | Parda | 63 | 00 | Ensino Fundamental Incompleto | Marisqueira Aposentada<br><br>Catadora de Mangaba | Tesoureira da Associação<br><br>Participante do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe –MCM                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Araçá    | Parda | 37 | 03 | Ensino Superior Incompleto    | Catadora de Mangaba                               | Tesoureira da Associação<br><br>Participante do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe –MCM                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: Elaboração a partir de dados da pesquisa.

Quanto à participação no grupo focal, foi observado na análise das falas que algumas mulheres participaram mais em número de falas, fato que poder ser justificado pelas mesmas estarem em atividades representativas e de cunho sociopolítico em diversas esferas de poder, conselhos, fóruns, para além da diretoria de suas associações, o que lhes permite uma visão mais ampla para o debate, para além de uma possível desenvoltura com o diálogo proposto, considerando que o debate era livre entre elas.

### **3.1 O cenário atual da cata da mangaba em Sergipe e as conquistas das mulheres na trajetória de construção de uma identidade pelo trabalho**

Dialogar com o cenário atual da cata da mangaba em Sergipe foi possível quando se demarcou o Primeiro Encontro de Catadoras de Mangaba como marco referencial comparativo, considerando a trajetória ancestral que circula essa atividade como trabalho. Assim, sendo esse o pilar do debate, nos colocaremos a propositura de desvendar os avanços e desafios deste do trabalho na atualidade, entendendo as contradições que o cercam, assim como mapeando as estratégias de resistências por elas estabelecidas desde 2007.

A partir da análise documental referente aos anais do Primeiro Encontro de Catadoras de Mangaba de Sergipe, que foi publicado em 2007 pela Embrapa, num documento intitulado “As catadoras da mangaba: problemas e reivindicações”, importante em seu conteúdo porque

[...] traz a reflexão coletiva de catadoras de mangaba, além de sínteses de pesquisas realizadas sobre as mesmas e debates sobre as políticas públicas que as afetam. Destaca, ainda, o papel dessas populações na construção de saberes e práticas na gestão das áreas remanescentes de mangabeiras, como também as pressões externas que têm ameaçado a desestruturação dos seus modos (Embrapa, 2007, p. 8)

O I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, aconteceu nos dias 6 a 7 de novembro de 2007, na sede da Embrapa Tabuleiros Costeiros, em Aracaju, com a presença de 100 participantes, sendo 83 mulheres extrativistas da mangaba, com o objetivo de discutir problemáticas, possibilidade e desafios das catadoras e formular estratégias de mobilização em defesa dos seus modos de vida, da biodiversidade e, conseqüentemente, da pluralidade cultural. (Embrapa, 2007).

Como uma iniciativa inédita no Brasil, seu objetivo foi discutir os problemas enfrentados pelas catadoras e delinear ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida, da biodiversidade e, conseqüentemente, da pluralidade cultural, que passavam por um processo de ameaça a partir dos anos 2000. Contou com uma metodologia que priorizou o debate entre as catadoras de mangaba de diversos lugares de Sergipe, num espaço de voz e visibilidade a essas mulheres, pertencentes a um grupo social pouco conhecido (Embrapa, 2007).

Dos debates realizados durante o encontro, as catadoras de mangaba apontaram como problemáticas levantadas de forma comum: construção de viveiros de camarão, expansão dos cultivos de coco e cana-de-açúcar, corte das mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares e expansão das construções e loteamentos nas áreas de mangabeiras (Embrapa, 2007, p. 30).

Com uma programação que buscava reflexões e possibilidades para suas realidades, o Encontro iniciou com a fala de Maria Alaídes Alves de Sousa, da Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), representante das quebradeiras de coco babaçu no Município de Lagoa do Junco, numa mesa intitulada “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhã”, explanou a trajetória que possibilitou a criação dos “babaçuais livres”, através da “Lei do Babaçu Livre” que legislou sobre a livre entrada das famílias em áreas para a coleta dos frutos, mesmo em propriedade privada, e a proibição da derrubada das palmeiras em 13 municípios do Maranhão (Embrapa, 2007).

Aberto ao debate, registra-se que as/os participantes do encontro destacaram inicialmente a recente valorização da fruta e das terras da restinga em Sergipe, que desencadeou uma situação de ameaça e violência para os povos extrativistas em seus territórios, especialmente as mulheres catadoras de mangaba. Destacou-se ainda o movimento de cercamento e a vigilância das terras, que passou a impedir as mulheres o acesso à cata da fruta, atividade por elas exercida há gerações.

Refletindo a luta das quebradeiras de coco babaçu, as mulheres presentes apontaram semelhanças entre as duas lutas, vislumbrando

possibilidades de conquistas de direitos sociais, garantindo a conservação dos recursos naturais existentes nas áreas de ocorrência da mangaba depende a sobrevivência das catadoras, assim como a importância de se organizarem para conquistar leis para a garantia de sua identidade e o acesso ao trabalho.

O encontro seguiu com a Mesa-redonda, intitulada “O que dizem as pessoas e os dados sobre o extrativismo da mangaba em Sergipe?” que contou com a contribuição de Josué Francisco da Silva Júnior (Embrapa Tabuleiros Costeiros), a pesquisadora Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental), Professor Heribert Schmitz (Universidade Federal do Pará), Jane Velma dos Santos (Adema) e a pesquisadora da UFS Nádia Batista de Jesus (Embrapa, 2007).

Da abordagem temática, alguns aspectos foram relevantes, o papel das comunidades tradicionais na conservação dos recursos genéticos das populações de plantas, assim como de outros atores que exploram a mangabeira de forma extrativista e utilizam o fruto como fonte de renda. A diversificação de atividades que envolve o cotidiano de comunidades extrativistas, dentre as quais as catadoras de mangaba, variando de acordo com a composição familiar, e o período de oferta de recursos naturais, tendo mapeada atividades outras, como dona de casa, agricultora, marisqueira, artesã, comerciante, para além de catar mangaba (Embrapa, 2007).

Ainda sobre aspectos importantes da cata da mangaba em Sergipe, os especialistas destacaram as regras para o trabalho: Todos podem catar mangaba, precisam respeitar as cercas, não quebrar galhos, não catar frutas verdes, não tirar leite da mangabeira, não cortar mangabeiras e não catar no mesmo pé quando já estiver alguém catando. Afirmou-se ainda que o extrativismo da mangaba é uma significativa fonte de renda, representando 60 % do total, dentro do conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo familiar (Embrapa, 2007).

Em Sergipe existe uma predominância das mulheres na atividade na cata da mangaba, sendo um campo de domínio feminino, explicada pelo fato de um passado em que a cata da mangaba não tinha valor de mercado, especialmente comparada a outras culturas como o coco, o maxixe, o quiabo e a melancia, em que a mulher ocupava um papel de ajudante (Embrapa, 2007). Cenário que

muda no início dos anos 2000, com a ameaça da perda de seus trabalhos e fonte de renda, onde as mulheres passam a se organizar e reivindicar direitos, a visibilidade e importância de seu trabalho, para além de sua permanência.

A atuação das mulheres na prática do extrativismo da mangaba, de forma livre e cuidadosa durante seu desenvolvimento e processo de cata, se dá a partir de um saber passado entre gerações, contribuindo para a manutenção dos campos nativos de mangaba, resistindo a diversificação de outras frutíferas em detrimento das espécies da restinga, a partir dos interesses de mercado. As formas de colher e acolher a mangaba possibilitou formas particulares de manejo, como a produção artesanal de mudas, entre outros avanços, interrompidos com a valorização do fruto no mercado regional e a privatização dos espaços de ocorrência das plantas (Embrapa, 2007).

Com a formação de grupos, com o intuito de que as mulheres catadoras de mangaba refletissem sobre as informações disseminadas nos dois primeiros momentos. Como resultado exposto das atividades grupais, destacou-se o risco à cata da mangaba como aspecto de trabalho e de uma cultura secular de modo que: se está de frente para um cenário de escassez de terras livres para a cata, com valorização da terra e a derrubada das mangabeiras para construção de empreendimentos imobiliários; a questão ambiental e os interesses econômicos que cercam os territórios das mangabeiras, confrontando-se ao papel das catadoras na preservação do território, como forma de subsistência; existe uma atmosfera de conflitos socioambientais originados pela disputa pelos recursos naturais entre catadoras e donos da terra, acirrado pelos processos de monetarização da terra e da fruta, assim como o aparecimento de outras forma de cultura de utilização das terras, com efeitos devastadoras, que não respeitam as regras ancestrais de cuidados com as mangabeira (Embrapa, 2007).

Também aspectos relacionados ao processo de apresentação, comercialização, beneficiamento e o transporte do fruto, considerando a perenidade e as possibilidades de armazenamento, diante das possibilidades de comercialização para além das feiras livres, como formas de driblar a venda a baixo preço, e as estratégias dos atravessadores. Apontando assim, uma outra demanda de grande importância para o processo de organização do coletivo de mulheres catadoras de mangaba (Embrapa, 2007).

Finalizando o encontro, foi realizada a segunda mesa redonda, com a temática “O que dizem as instituições sobre a problemática do extrativismo e das catadoras em Sergipe?”, coordenada por Alicia Santana Salvador, catadora de mangaba de Pontal, Município de Indiaroba. Na oportunidade os órgãos estatais das mais diversas esferas apresentaram possibilidades de intervenções, frente as demandas apresentadas nos grupos das catadoras de mangaba, a partir de reflexões referentes a conferência de abertura e a mesa redonda 01, em seguida foram encaminhadas possibilidades de acordos e encaminhamentos entre as partes presentes (Embrapa, 2007).

O I Encontro foi um marco político importante, pois nele as mulheres se autoidentificaram como trabalhadoras extrativistas catadoras de Mangaba, com uma identidade comum. Nele se constituiu o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), criou-se o hino das catadoras de mangaba e se formulou a I Carta Aberta das Catadoras de Mangaba, celebrando ainda parceria com instituições e organização de garantias de direitos para continuidade da jornada de luta. (Embrapa, 2007)

O hino das catadoras de mangaba<sup>13</sup> foi escrito coletivamente por Maria Evangelista da Cruz, Lúcia de Jesus, Alícia Santana Salvador, Josefina dos Santos, Dilma Vieira da Silva, Silvestre Ferreira, Joaninha Gomes dos Santos, Maria Edileuza Moura dos Santos, Leandro Gonzaga dos Santos, Edinalva Tavares dos Santos, Assilene Tavares dos Santos, Iracema dos Santos Tavares, Gisleine, Regina Matos de Almeida, Maria Floraci Cardoso Ramos Chagas, Ângela Maria dos Santos Ramos, Anderleia Almeida Bispo, e apresenta a as ameaças que sofrem, a indignação coma degradação ambiental, denuncia o extermínio da mangabeira, apresenta a expectativa das garantias governamentais e a alegria do seu modo de viver e trabalhar.

HINO DAS CATADORAS DE MANGABA

Cadê as nossas mangabas?

O homem cercou e o verde do mato?

O fogo queimou

Vendo o fogo queimando, nada podemos fazer

Vendo a fruta se perdendo donde tira o que comer

Olhando umas para as outras com uma grande aflição

Vamos pedir ao governo uma grande solução

Vamos catar mangaba vamos encapotar

<sup>13</sup> Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/141804/1/DOC-192.pdf>

No galho da mangabeira onde eu vou me balançar  
A mangaba é fruta boa para gente chupar  
O suco e o sorvete é um grande paladar

Catadoras! Catadoras! Vamos se ajudar  
Pegando nossos ganchinhos para mangaba tirar

Para feira eu vou levando elas, são nosso sustento  
Sem elas não somos nada, pescaria só não dá  
Na feira eu vou gritando com alegria e prazer  
A mangaba é muito boa, trago ela pra vender

O I Encontro de Catadoras de Mangaba foi encerrado com a leitura do documento “Carta Aberta das Catadoras de Mangaba de Sergipe” que apresentou como denuncia as ameaças às quais estavam sendo submetidas, destacando a construção de viveiros de camarão<sup>14</sup>, a expansão dos cultivos de coco e cana-de-açúcar, o corte das mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares e a expansão das construções e loteamentos nas áreas de mangabeiras, como aspectos potencializadores dessas ameaças ( Embrapa, 2007).

A carta ainda apresentava com reivindicação do coletivo de mulheres ali reunidas: 1. Garantia de livre acesso às áreas de mangabeiras (compra de áreas nativas pelo governo e direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram). 2. Proibição do corte e queima das mangabeiras. 3. Participação das catadoras nas discussões sobre a comercialização (“as catadoras querem ser ouvidas”). 4. Formação de um grupo de representantes das catadoras. 5. Garantia de salário na entressafra da mangaba. 6. Políticas para conservação da natureza (mangaba, murici, ouricuri, cajueiros, manguezais). 7. Estimular as catadoras que já têm terra a plantarem mais mangabeiras (Embrapa, 2007).

O II Encontro de Catadoras de Mangaba de Sergipe com tema “As catadoras de mangaba: em defesa dos seus modos de vida”, aconteceu nos dias de 07 e 08 de abril de 2009, em Aracaju, SE, com a presença de 116 participantes, e teve seus registros publicado pela Embrapa em anais com o

---

<sup>14</sup> Em Sergipe, a produção aquícola de camarão gerou, no ano de 2018, aproximadamente R\$ 53,5 milhões, em 2020 um valor aproximado de R\$ 83 milhões. A carcinicultura responde por mais de 80% da receita gerada com toda a produção aquícola do estado, esse crescimento ocorreu de maneira desordenada, trazendo como resultado impactos ao meio ambiente, dentre os quais a conversão de terras úmidas litorâneas, principalmente áreas de manguezais, e contaminação das águas doces, agravada pela falta de controle e fiscalização por órgãos públicos (Souza et al, 2022).

mesmo título do tema, com o objetivo de divulgar as atividades e diálogos realizados (Embrapa, 2015).

Acontece como desdobramento do processo de organização desencadeado em 2007, onde as catadoras de mangaba passaram a ter uma visibilidade em seu trabalho e demandas, o que se desdobrou num acirramento do embate com seus opositores que intensificaram as proibições de entrada na terra pelo cercamento, assim como da derrubada da vegetação nativa, com receio de qualquer processo de desapropriação. Denunciam ainda a dificuldade de acessar portos para a prática pesqueira. Neste sentido, em 2008, o Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe formula uma Carta Denúncia ao Ministério Público Federal de Sergipe (MPF-SE), que desencadeou no documento “Estratégias de ações para a conservação do extrativismo da mangaba em Sergipe”, surge assim a demanda de realizarem o II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe (Embrapa, 2015).

O II Encontro foi realizado já pelo MCM, tendo a Embrapa Tabuleiros Costeiros e Embrapa Amazônia Oriental como parceiras, que foram realizadoras do Primeiro. Outros parceiros foram Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh/SE), Secretaria de Estado da Inclusão Social, Assistência e Desenvolvimento Social (Seides/SE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/SE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe (Emsetur) e Universidade Federal do Pará (UFPA) (Embrapa, 2015).

Com despesas divididas entre as instituições parceiras, o II Encontro debateu aspectos relacionados a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e as possibilidades de avanço das mulheres extrativistas catadoras de mangaba como possibilidade de reconhecimento como povo tradicional, como possibilidade de acessar direitos sociais e proteção social (Embrapa, 2015).

Assim, desse ponto parte o nosso processo de construção do cenário atual da cata da mangaba, pensado numa perspectiva do olhar das mulheres extrativistas catadoras de mangaba. Foram elaborados questionamentos que

nos levam a análises das possibilidades, avanços e desafios das suas vidas e do seu cotidiano de trabalho partindo da perspectiva de reflexão das categorias: Trabalho, Territorialidade, Extrativismo e Luta Feminina

Pensado no trabalho e suas transformações, passados 16 anos do marco temporal da análise em questão, com a realização do I Encontro de Catadoras de Mangaba de Sergipe, e a auto identificação das mulheres como trabalhadoras catadoras de mangaba, são apontadas principais mudanças do cenário de trabalho

As mudanças observadas no trabalho da cata da mangaba são a redução das próprias mangaba, redução das mangabeiras, dos territórios, atualmente está muito difícil não tem mais mangaba, atualmente é mais compra de fora, a gente mesmo de Indiaroba já compra de fora, de outros municípios, porque lá não tem mais área livre para a gente catar, as pouquíssimas áreas que tem a gente não tem acesso para pegar a mangaba de boa qualidade (Mangaba)

Barra, hoje a gente não tem mais mangaba para catar por conta da especulação imobiliária, principalmente depois da ponte que mudou muita coisa para nós, porque antes a gente tinha acesso as áreas de mangabeiras e os proprietários dos sítios não empatavam a gente de entrar, a gente tinha acesso livre (Cambuí)

Lá em Estância, eu venho de uma outra comunidade que tinha muita mangabeira e hoje não tem mais, lá em Ribuleirinha as mangabeiras também não estão mais dando, tipo assim, a gente está em janeiro em plena safra e tá muito difícil de encontrar mangaba, não tem mais, a gente fica se perguntando o que aconteceu. Lá no sítio do meu sogro eu vi uma reportagem de uns anos atrás com ele e minha sogra que tinha mangaba de cacho, hoje se você for ver até as folhas não tem mais aquela vida, não tem mais aquela quantidade. (Murici)

O acesso lá em Porteiras é assim, se a gente tem um pedaço de terra a gente cata nossa mangaba, de outra forma não tem mais como, não tem como ir mais num morro catar mangaba, porque tá tudo cercado (Ouricuri)

Neste sentido, as falas das mulheres expressam uma realidade prevista como problemáticas na mesma lógica que as motivou para a auto-organização. Sentem de forma ainda mais intensa os processos de cerceamento de seu trabalho para a cata da mangaba nativa, apontam a escassez. Esse é um debate que já estava apontado no conteúdo da Carta Aberta das Catadoras de Mangaba de Sergipe, sendo apontados como origem a valorização da fruta pelo mercado consumidor, seja a valorização da terra, dentro de uma lógica mercadológica do capital.

Essa problemática impacta na vida das mulheres e suas famílias, no sentido de que

A intensificação da demanda pela mangaba não se reverteu em equivalente aumento do bem-estar das famílias das catadoras. Pelo contrário, essa maior demanda pelo produto está vinculada à privatização das mangabeiras, antes consideradas recursos marginais. Ademais, o incentivo das políticas públicas à domesticação das mangabeiras pelos que têm terra, inclusive com investimentos na estruturação de canais de comercialização da fruta, não considerou o contingente dos que não possuem terra. Os impactos mais diretos desta medida têm sido o aumento da concorrência pelas áreas potencialmente favoráveis, o cercamento dos campos de mangabeiras nativas e a maior valorização do plantio em detrimento do extrativismo (Porro *et al.*, 2010, p.117).

Assim, sendo sentido pelas mulheres catadoras de mangaba, em meio as relações capitalistas baseadas na exploração e a lógica de mercado que se estabelece a partir da possibilidade de gerar lucro, que apontaram para o processo de valorização da fruta.

Lá na Barra teve um fazendeiro que chegou a conversar com meu pai, por que antes a renda da barra era o coco que era bem valioso, depois desse conhecimento, a mangaba começou a agregar mais valor e passou a ter mais da visibilidade que o coco, com essa visibilidade ele disse que começou a pagar os funcionários dele com o a mangaba, não mais com o coco (Cambuí).

A catadoras de mangaba em sua grande maioria, assim como suas famílias não tem acesso a posse de terras, espelhando uma estrutura fundiária sergipana, que concentra terras para poucos, com mega propriedades, deixando a demanda por distribuição de terra em Sergipe, que é antiga, difícil de ser alcançada. Sobre essa problemática, numa perspectiva de atuação do Estado

Nenhuma das propostas sinaliza para a necessidade de superação do problema da fragmentação dos imóveis rurais e desigualdade da sua distribuição. As soluções sempre residem no âmbito da integração com a agroindústria capitalista, realização de programas de transferência de renda e assistência social, assim como mercantilização e mercadorização da terra, como ação mitigadora da pobreza (Ramos Filho, 2015, p. 04)

Sem acesso a mudanças estruturais de sua condição de trabalho e vida, a lógica de mercado impactou também no preço das frutas que as mulheres têm acesso na cata da mangaba, também foi sentido mudanças pela lógica de mercado, de valorização da fruta no processo de precificação

Depois de 2007 para cá que a gente criou o movimento, e levou as nossas demandas coletivas, que a gente se identificou como catadoras, que a gente até aí não tinha essa identificação para todas, que cada comunidade se chamava de uma forma, quando a gente a partir da luta começa a se identificar como catadoras de mangaba, de certa forma agregou ao valor a mangaba! Hoje um balde é dez reais, quando está de lama a gente consegue comprar de cinco e as mulheres é reclamando! (risos na sala) (Mangaba)

O impacto do aumento da demanda de mercado na vida das mulheres vai além da valorização da fruta, impulsionando mudanças de comportamento dos atores envolvidos: Os donos das terras passam a entender como negociar a mangaba, e as mulheres extrativistas veem sua atividade reconhecida potencializando seu comportamento pessoal, uma identidade para o trabalho.

[...] antes a gente se sentia envergonhada de passar no meio das pessoas, porque ali havia uma certa crítica que o pessoal fazia a gente, a gente vinha suja, melada de leite de mangaba, suada, tudo que tem direito, as pessoas não entendiam, hoje a gente sabe que é um trabalho e as pessoas também sabem que a gente é catadora de mangaba, muitas pessoas que mangavam da gente, passaram a catar mangaba com a gente, já se somou a nós, depois da valorização, a gente começou a ter outro tratamento (Cambuí)

O Capitalismo promove um processo de divisão social do trabalho que retira do indivíduo sua consciência criadora, pois o foco passa a ser a geração de lucro, que só se obtém do processo de exploração, acirrando uma contradição precípua entre as classes, assim como um processo de alienação maior do que a própria possibilidade de escolha do indivíduo (Konder, 1998).

A organização coletiva desperta nas catadoras de mangaba reflexão sobre sua autoimagem que quebra com aspectos da dominação//alienação do Capital, num processo de transformação de sua identidade para o trabalho, que com a luta coletiva, conquista visibilidade e respeito social, torna o trabalho reconhecido positivamente, inclusive auto reconhecido pela tomada de consciência.

Conscientes das relações sociais pela via do Capital, as catadoras de mangaba buscam entender as regras de mercado, que geram movimentos de disputa entre a classe exploradora e explorada, estando estas sempre em busca de estratégias de resistências frente para as possibilidades de dominação. Dentro desta perspectiva, como estratégia de resistência, as mulheres catadoras de mangaba organizadas, passam a mapear novas áreas onde existem mangabeiras protegidas

Agora nós colocamos na Rede uma área totalmente distante da luta histórica, mas como estratégia de garantir que a mangaba que eles têm dentro da área passe a ser escoada para as mulheres mangabeiras das associações, que é a área de Mundeó da Onça, em Neópolis, área de assentamento, que tem muita mangaba, muita mangabeira e que estava se perdendo, porque as pessoas, os moradores de lá nem

acesso tinha as áreas de mangaba porque o mato tomou conta.  
(Coordenadora do projeto)

O movimento de buscar garantir a fruta em comunidades que estão dentro de outra lógica de mercado (Assentamentos e Quilombos), mas com potencial para a mangaba, como forma de ter acesso a fruta a preço justo, assim como de apoiar outros grupos de mulheres em seu processo organizativo

Essa é uma área de expectativa para um apoio, de acesso a fruta, mas assim como a gente está com essa estratégia, não impede que outros (atravessadores) podem ir lá e oferecer mais dinheiro. A gente vai montar tudo, espaço, despulpadora, freezer, embalagem para que a mangaba de lá venha para as associações, não saindo do foco que a luta permanece e que é necessário que essa estratégia se dê em cada território, para fortalecer no coletivo. (Coordenadora do Projeto)

Pensar a condição coletiva de trabalho de outros grupos de mulheres e debater aspectos políticos dessa condição, assim como possibilidades de superação de exploração e pobreza, tem sido a caminhada das mulheres catadoras de mangaba, dentro das conquistas advindas de sua condição de auto identificação. Para Marx (p. 55, 2010), “quando o proletariado proclama a dissolução da ordem mundial vigente, não faz mais do que manifestar o segredo da sua própria existência, pois trata-se da dissolução real dessa ordem mundial”.

A tomada de consciência do processo de cerceamento da fruta para com as catadoras de mangaba de modo individual e coletivo, como um aspecto de controle de seu movimento de organização como trabalhadoras extrativistas, impulsionou uma mudança de comportamento: a necessidade de uma forma de resistir. Assim nasce o de modo coletivo um formato de processamento da fruta e criação de produtos derivados da mangaba:

A organização das mulheres, que pelo trabalho coletivo foi tendo visibilidade e agregando valor, e em tudo que foi agregando valor eles foram fechando o acesso, a mangaba hoje tem um valor maior, não é mais aquela mangaba que era quatro litros por um real, que a gente catava e levava para a feira, as vezes jogava no lixo, porque como a mangaba é muito perecível a gente levava para feira e não tinha como voltar, tinha que vender de todo jeito e por qualquer preço, era vinte e cinco centavos o litro, as vezes cinquenta, quando vendia bem era dois litros por um real e cinquenta e a gente ainda chegava a trocar por fruta e verdura, tudo para não perder (Mangaba)

A gente no primeiro momento tivemos pessoas que foram dar umas aulas, mas eu por já ter alguma experiência, eu trabalhei numa doceria, com outros tipos de fruta, daí a gente percebia que ali ainda não tinha dado certo, e aí foi desenvolvendo esse trabalho, fomos desenvolvendo outros produtos que foram dando certo, foram surgindo

oportunidades, e fomos criando os produtos. Mas mesmo com a mangaba, era um trabalho muito bonito, coletivo, cada uma dizia uma coisa, e o trabalho foi acontecendo, muito bonito de forma muito gratificante. E hoje nós estamos aqui, descobrindo cada dia uma novidade, e dando certo, tínhamos que passar por tudo isso para chegar até aqui, eu estou feliz e procuro ir passando o conhecimento para nossas companheiras, nós não podemos parar (Cambuí)

De forma organizada, elas alugaram casas nas comunidades, como apoio do Projeto “Catadoras de Mangaba: Gerando renda e Tecendo Vida em Sergipe”, da Ascamai, com patrocínio da Petrobras, contrataram equipe técnica, desenvolveram receitas e arrumaram cozinhas coletivas, além da criação de uma marca para os produtos que determinavam uma identidade social e visual, construída pelas mentes e mãos das mulheres participantes.

A fim de materializar a experiência construção gráfica de sua identidade, seguem as marcas<sup>15</sup> que ao longo dos anos foram desenvolvidas e se tornaram sinônimo da luta das catadoras de mangaba de Sergipe:

**Figura 1** – Marca do primeiro projeto patrocinado pela Petrobras



Fonte: Site Rede Solidária de Mulheres

**Figura 2** – Marca do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe realizado



em parceria com a Petrobras

<sup>15</sup> Estão disponíveis no site [www.redesolidariademulheres.com.br](http://www.redesolidariademulheres.com.br)

Fonte: Site Rede Solidária de Mulheres

**Figura 3 – Marca do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe**



Fonte: Site Rede Solidária de Mulheres

**Figura 4 – Marca da Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba - Ascamai<sup>16</sup>**



Fonte: Site Rede Solidária de Mulheres

Pensando esse processo de transformação, Marx e Engels (2007, p. 93) afirmam que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real”.

O debate sobre o trabalho da cata da mangaba gerou possibilidades de intervenção no sentido de desenvolver técnicas do processamento da mangaba, como possibilidade de trabalho nos períodos de entressafra, assim como de superar os limites de durabilidade da fruta. Neste sentido, aponta-se

É importante falar que a gente jogava a mangaba porque quase todas as catadoras não tinham nem uma geladeira para armazenar e a gente sabe que para aproveitar tem que congelar, daí a importância da criação das associações, de concorrer a projetos, de conseguir apoio,

---

<sup>16</sup> Registra-se que o nome da Ascamai em registro no CNPJ é “Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba”, nomenclatura utilizada de tal forma em todo o trabalho, diferente de como se apresenta na marca “de Indiaroba”.

suporte financeiro, porque foi através dos projetos foi que a gente conseguiu comprar freezers, construir as unidades para beneficiar e chegar a esse processo de produção e vendas de agora (Mangaba)

Antes a gente não tinha conhecimento do que fazer com mangaba, nem doces, nem outros produtos, a gente ia para a feira vender e quando a gente não vendia a gente pisava, as vezes com raiva jogava pela pista, nos rios, jogava muito no rio Sergipe, ou levava de volta para os animais comer. Depois que a gente conseguiu transformar a mangaba nos derivados dela, a gente não perdia mais a fruta, a gente voltava despulpava e utilizava e assim a gente faz até hoje, hoje a gente não joga mais fora, a gente briga por ela (risos) (Cambuí)

As mulheres catadoras de mangaba passaram a fazer polpa, geleias, licores, doces, biscoitos, compotas, sendo atualmente desenvolvidos 30 produtos em média. Essas produções acontecem nas unidades produtivas das associações pesquisadas, de forma coletiva e autossustentável, possibilitando geração de renda para as mulheres envolvidas.

O processo de trabalho sistematizado tem como base as receitas do saber ancestral das mulheres que vivem da cata da mangaba, mas com a ajuda técnica pode encontrar caminhos para a qualidade de excelência e durabilidade, respeitando os saberes e sabores originais.

A gente ia fazer a geleia e virava borracha, aí a gente jogava no lixo, de novo, no lixo, depois a gente descobriu que ela pedia mais açúcar, quando começamos a colocar açúcar o grude, a borracha ia se desfazendo, e em cada momento a gente tinha um novo aprendizado, cada receita tem seus desafios, em cada comunidade se desenvolvia em suas receitas e ia trocando... A gente aprendeu a não desistir, vai tentando até dar certo, vai me dando mais força para eu fazer dar certo, por isso eu sou muito grata. Eu saio pelas outras comunidades para ensinar o conhecimento que foi desenvolvido que a gente não sabia que fazia tanta coisa com a mangaba e hoje quando eu chego num município que começo a fazer os doces, elas perguntam “e faz isso com a mangaba?”, eu digo faz, com a mangaba ela faz muita coisa boa ela faz muita coisa boa e as mulheres ficam maravilhadas, e agente aos poucos foi desenvolvendo esse trabalho (Cambuí)

Tudo que eu aprendi com Silvana desde o primeiro dia de curso, nós começamos a produzir, e cada vez que eu vou fazer um bolo ou um doce, eu lembro do passo a passo como ela ensinou e continuo fazendo até hoje (Araçá)

Através das associações e parcerias, a mulheres extrativistas catadoras de mangaba publicizaram um conjunto de produtos derivados da mangaba, a partir de receitas de suas mães e avós, que foram balizadas pela engenharia de alimentos e rotuladas para comercialização. Neste processo, as mulheres conseguiram avançar no trabalho com a mangaba in natura, que era vendida

apenas em feiras livres pelas mulheres catadoras de mangaba, tinham período de safra e grande perenidade passando a ter valor pelo potencial para uma grande variedade de alimentos processados e com um sabor único, diferente.

O processo trabalho e comercialização toma outros rumos pela organização coletivo, criação de identidade visual e reconhecimento público, que as fizeram conquistar novos espaços de comercialização

A gente vende em feiras, eventos, hotéis, shoppings, e aonde chamam a gente para vender a gente vai (Cambuí)

A primeira foi uma feira na orla, que produzimos um monte de produtos, de todo tipo de fruta, foi banana, foi goiaba, foi tanta fruta (rs) ... E hoje estão aqui todas doutoras, um de doce, outra de colocar rotulo, outra de embalar Todas riram) (Coordenadora do Projeto)

A gente vai longe para vender os produtos da mangaba... A mangaba já me levou até para fora do Brasil para a Tunísia, para o Chile e tem que ir porque quando a gente abraça uma causa tem que ir. (Rs) (Mangaba)

A autoidentificação das mulheres, a organização de seu processo de trabalho, abriram caminhos para que os produtos chegassem em lugares diversos, dando sentido a produção das unidades de processamento que se localizam em seus povoados. Conquistando espaço para consolidar e visibilizar o trabalho, materializar sua identidade, mas principalmente fortalecendo uma rede de saberes, que consolida e materializa a caminhada de conhecimento acumulado pela coletividade das mulheres catadoras de mangaba, onde elas ensinam umas as outras.

Esse processo, examinando conceitualmente o trabalho como categoria fundante da vida, “a mola central que impulsiona o desenvolvimento humano”, permite pensar as transformações pelo trabalho na vida humana e a sua dualidade: pode ser alienante, mas numa perspectiva dialética permite desmistificar a luta de classe e as possibilidades de transformá-la (Konder, 2004).

Para além das fronteiras físicas relacionadas em outros estados e países, os produtos da mangaba processados nas associações evoluem para os espaços virtuais e a esfera governamental, a exemplo dos editais de merenda escolar, entre outras oportunidades, que superam a barreira física das unidades.

O e-commerce, que hoje é uma das fontes de comercialização, é uma opção que o projeto traz, que amplia as possibilidades de onde os nossos produtos podem chegar, além das outras possibilidades e

formas de comercialização, como as feiras e eventos que a gente é convidada a participar. (Mangaba)

Conseguimos fazer parte da merenda escolar, não temos venda para feiras e eventos (Ouricuri) (Fala ao fundo: Barra entrega, temos essa renda)

Nós conseguimos entrar para a merenda escolar a partir de março, e inclusive vamos entregar também para o SESC. Não foi só mangaba, são produtos de outras frutas como coco, caju, manga, vamos fazer bolos, biscoitos, é muito bom (Cambuí)

Esses espaços foram conquistados a partir das dificuldades da pandemia da covid-19, que impediu às mulheres catar e produzir coletivamente, e quando retornaram às atividades com cuidados necessários, não tiveram onde escoar a produção. Passaram pelas dificuldades das pessoas que se sustentavam de vendas direta, criando nova forma de comercialização<sup>17</sup>: a venda virtual dos produtos das catadoras de mangaba.

Assim, surge a página de venda virtual dos produtos das catadoras de mangaba e demais mulheres participantes da Rede, enviando-os produtos para todo o Brasil. O Acesso acontece pelo link <https://rede-solidaria-de-mulheres.lojaintegrada.com.br/>, com formato demonstrado na figura abaixo:

**Figura 5 – Imagem da página inicial do *website* do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe**



Fonte: Site Rede Solidária de Mulheres.

<sup>17</sup> O acesso para comercialização dá-se pelo link <https://rede-solidaria-de-mulheres.lojaintegrada.com.br/>

Tendo superado os processos pandêmicos e reorganizados os processos de produção nas associações, as problemáticas que cercam o trabalho das mulheres e a responsabilidade ambiental, passaram a ter destaque na preocupação das associações

O ano passado nós não tivemos mangaba nenhuma, a gente achou e comprou mangaba de longe!! Na região sul, na praia nós não tivemos mangaba de forma nenhuma, eu lembro que o projeto comprou bastante e foi como a gente produziu. Ela sente a nossa falta e é verdade, a falta das catadoras, quanto mais a gente catava, mais os pés enchiam, era ou não era?... isso não era historinha, é história verdadeira (Mangaba)

A gente ia catar, era muita mangaba que tinha mesma, eu lembro que a vezes a gente enchia uma caixa em uma mangabeira, caixa de vinte e cinco litros e hoje muito difícil, é uma mangaba aqui outra lá longe, que a gente vai vendo essa situação. E as flores? A gente via a mangabeira toda banquinha de flores que chega perfumava, o perfume vinha de longe, e hoje não tem mais. Então a gente vê que elas sentiu a nossa presença e a tristeza que no lugar que tem elas, aonde vai desmatando as outras vai sentindo (Cambuí)

A questão clima, está muito quente, além da especulação imobiliária está derrubando tudo o fator climático, estão interferindo diretamente, as mangabeiras não produzem mais como antigamente, a safra está maluca, não está acontecendo como era antes, apesar da mangabeira ser um árvore de calor, mas assim alguma coisa nesse período também foram prejudiciais, as mudanças climáticas a poluição faz a mangaba não produzir como antes, a gente não acha mais mangaba como tinha antes, desmatamento, são muitas árvores derrubadas, muita poluição, queimadas, que vai influenciando. (Murici)

Para além do cercamento, as mangabeiras sentem as mudanças climáticas advindas da influenciam da ação humana, que transforma a paisagem nativa. O Instituto Ethos apresentou dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que afirma que 2023 foi ano mais quente entre os registros da atualidade, onde a temperatura média anual global aproximou-se de 1,5° Celsius acima dos níveis pré-industriais, o que causa o calor extremo, impactando na saúde, fomentando incêndios florestais devastadores, vivenciando casos de chuvas intensas, inundações e ciclones tropicais de rápida intensificação, que deixam um rasto de destruição, morte e enormes perdas econômicas.

As falas expressam uma preocupação das mulheres, que numa perspectiva do ser feminino, sente a responsabilidade do papel de cuidar. Esse acirramento do processo de escassez da mangaba, concomitante ao processo de organização das mulheres catadoras de mangaba e sua relação com a fruta e com o seu território, possibilitou o amadurecimento para refletir

[...] a gente sempre trouxe nas histórias essa relação da força da mangabeira comparada com a força da mulher e depois que a gente começou a organizar o movimento, pensar a nossa história, escrever os nossos versos, os nossos cantos, olhar para a nossa história a partir das coisas que a gente vivia nos matos, a gente começou a perceber que a mangabeira também dependia da gente, de certa forma, se a gente for olhar hoje, a gente se afastou, nós fomos obrigadas a nos afastar delas, as poucas que tem a gente não pode chegar, por conta das cercas, a gente já perdeu muitas companheiras por conta que invadiram as cercas e isso elas sentem (Mangaba)

[...] a gente ia catar, era muita mangaba que tinha mesma, eu lembro que a vezes a gente enchia uma caixa em uma mangabeira, caixa de vinte e cinco litros e hoje muito difícil, é uma mangaba aqui outra lá longe, que a gente vai vendo essa situação. E as flores? A gente via a mangabeira toda banquinha de flores que chega perfumava, o perfume vinha de longe, e hoje não tem mais. Então a gente vê que elas sentiu a nossa presença e a tristeza que no lugar que tem elas, aonde vai desmatando as outras vai sentindo (Cambuí)

Aspectos sociais relativos ao trabalho e o gênero na sociedade capitalista, numa lógica que impõe a mulher campos de trabalho relacionados ao cuidado, espelham no trabalho dos grupos extrativistas exclusivos de mulheres, semelhantes aos das catadoras de mangaba, e aparecem nas falas onde as mulheres assumem o cuidado e responsabilidade, a partir de uma relação de afeto ao meio ambiente que as cercam.

Em outros lugares tem produção de mangaba, mas não tem essa identidade feminina, característica de luta histórica de uma atividade de mulheres, por exemplo a Paraíba hoje é o maior estado produtor do Brasil, lá tem muitos pés de mangaba, mas produção é realizada por catadores, são mulheres e homens, hoje é o maior produtor de mangaba, acho que lá são mais homens do que mulheres inclusive. (Coordenadora do Projeto)

E nós enquanto mulheres, temos a nossa independência financeira, através das associações, tem mulheres que não tinham perspectiva nenhuma e aí passam a participar de uma associação, a produzir coletivamente e conquistar certa independência financeira. Tem mulheres que são mãe solo, e hoje consegue manter suas casas, isso tudo é uma mudança, poder comprar o que ela quiser para um filho, para ela, é uma independência, trabalhar com o que você gosta, proporcionar outras coisas, uma viagem, uma roupa para um neto, para um sobrinho, coisas que talvez não pudesse se não fosse ali. (Murici)

A cata da mangaba em Sergipe se configura como uma alternativa de trabalho para mulheres em territórios com poucas oportunidades de geração de renda. Esse é um trabalho aprendido com as mães, avós, tias, como modo de ter alguma renda conciliada com os cuidados com a casa e os filhos, numa realidade que repetidamente acontece entre gerações

Eu como vi minha avó e minha mãe viver da cata, ouvia elas dizer que catar mangaba não é profissão, não é futuro para ninguém, que eu fosse estudar para ter um futuro diferente, se não você não vai para

lugar nenhum! Hoje eu digo a elas que da mangaba eu já conheci o mundo, já viajei, e o mundo já conheceu as catadoras de mangaba através disso aí, e eu já disse a ela que a gente só tá querendo manter uma tradição que já vem de gerações passadas, minha mãe é descendente de negros e indígenas, e essa é a nossa cultura! (Murici)

Neste sentido, se espelha uma luta feminina para além do direito ao trabalho com dignidade, mas um reconhecimento numa perspectiva cultural, que de certa forma foi alcançado com a Lei n.º 7.082, de 16 de dezembro de 2010, que reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado, passo importante na luta para a preservação de sua existência.

Numa perspectiva de fortalecimento de sua identidade, aponta-se que as transformações no trabalho extrativista da cata da mangaba, para além das dificuldades, fazem as catadoras das gerações mais jovens expressar orgulho pela atividade, além de vislumbrar possibilidades e oportunidades não vivenciadas pelas gerações anteriores. São mulheres que adentram espaços que não foram anteriormente vivenciados pelas que vieram antes, a exemplo de instituições como a Petrobras, espaços de debate social em conselhos de direitos, universidades entre outros lugares, com produtos que culminam de seus saberes ancestrais e conhecimento científico.

Enquanto organização coletiva, as catadoras de mangaba buscam a partir do autorreconhecimento diversas estratégias de visibilidade social de sua existência, com possibilidade de resistir, onde essa intencionalidade fica exposta

Eu tava lembrando que nosso primeiro documentário, lá a gente fala sobre a cata da mangaba como a única opção para quem vivia em extrema pobreza, que no início o acolhimento total de identificação era das mulheres, por mais que a gente sabe que muitos maridos ajudavam na cata, principalmente quando era no mato, mas eles não se identificavam como catadores de mangaba. Mas hoje porque a gente já conquistou, hoje a gente agregou valor a fruto, daí hoje existe o interesse, tem valor, o homem é mais voltado para o econômico (risos), mas foi a gente quem agregou valor. (Mangaba)

Esses mecanismos de registro do trabalho e luta das catadoras de mangaba passaram ser estratégia recorrente, foram vários documentários, livros, cds e revistas para demarcar referências de suas trajetórias desde 2007, com registros de saberes a partir de suas próprias vozes, materiais disponíveis nas redes da Ascamai (YouTube, Site, Instagram e Facebook). São estratégias que procuram

Assegurar o acesso ao território significa manter vivos, na memória e nas práticas sociais, os sistemas de classificação e de manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de

distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, como a base material de significados culturais que compõem sua identidade social. (Silva, 2007, p. 08)

As transformações desencadeadas na realidade das mulheres catadoras de mangaba, refletem a luta feminina no trabalho extrativista em Sergipe em sua relação com os territórios, com a preservação das frutas da restinga. Refletindo essas mudanças, uma catadora ressaltou

O que a gente está vivendo, no dia a dia a derrubada das mangabeiras para especulação imobiliária, as plantações de eucalipto, as vendas das áreas para construção das casas de praia, todo esse desmatamento está contribuindo para que se reduza a quantidade de mangaba que a gente tem acesso hoje (Mangaba)

De fato, as transformações dos territórios comprometem a prática extrativista vinculada ao que vem da natureza, estando o acirramento da devastação da vegetação nativa uma realidade atual e crescente. Potencializada por aspectos da lógica de mercado, a experiência sergipana é marcada por uma transformação de seu litoral a partir da sua interligação por construção de pontes.

Neste sentido, as mudanças da territorialidade sentidas pelas mulheres catadoras de mangaba são refletidas, expressando receio do fim suas atividades laborais, com a derrubada da vegetação nativa, em um curto período

O sítio do finado Abelardo, que é aquele que fica por traz da associação, então aquele local que era cheio de mangabeiras, que a gente chupava as mangabas de caída hoje é prédio! Daí por diante foi cada dia indo mais adiante a derrubada, eu digo que não chega mais a 5 ou 6 anos para colar a barra com Pirambu, os condomínios, a maioria das terras já está tudo vendida para virar condomínio, para as máquina passarem por cima e derrubar tudo (Cambuí)

Nós ficamos numa situação extremamente preocupante, na mesma luta de sempre, porque sem a garantia do território não vai haver mais nem quatro anos, pelo que a gente vê, e tá preocupante, porque eu acho que não tem pesquisa recente, mas se a gente for ver o tanto de mangabeira que já foi devastada, mas se for fazer, vai ver que no estado de Sergipe quase não tem mais. (Murici)

A gente fala da mangaba, mas por ali tá tudo vendido, tudo sendo derrubado e se acabando, quando a gente vê que o cambuí esse ano talvez ainda tenha, mas o ano que vem não tem mais não, tão derrubando tudo, não vai ficar a vegetação nativa, tá tudo se acabando (Cambucá)

O grande processo de mudanças desse cenário, referente ao território, impossibilita o trabalho extrativista, considerando que a grande maioria das mulheres não tem posse de terra. Neste sentido, destacam as diferenças que as mulheres catadoras de mangaba têm acesso à terra

Lá em Estância, em Ribuleirinha e Manoel Dias é outra realidade, porque elas tem terra, existem mulheres com acesso a fruta, lá em Pontal e Barra isso é descartado, porque não tem área de propriedade das pessoas do povoado. (Mangaba)

Proporcionar pela via do Estado a garantia de terras ou o acesso livre a fruta para as mulheres catadoras de mangaba, é proteger todo um ecossistema de vegetação nativa que tende a se exaurir, levando a extinção da cata da mangaba como atividade laboral, para além da importância cultural que expressa a sergipanidade, a identidade mangabeira, inclusive como árvore símbolo de Sergipe.

A luta por continuar a existir, a partir de seu processo organizativo fez o coletivo mulheres catadoras de mangaba de Sergipe pensar a necessidade da criação de reservas extrativistas, como estratégia de garantia da defesa dos seus trabalhos, seus territórios e suas existências. Reservas Extrativistas (Resex) são espaços territoriais, que devem ser instituídas pelo Poder Executivo, a partir de interesse ecológico e social, como espaços destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas, que se materializa como direito legal desde 1990, através do Decreto n.º 98.897, de 30 de janeiro (Brasil, 1990).

A experiência de luta na trajetória das associações de catadoras de mangaba em Sergipe pela garantia de acesso a fruta e garantia ao trabalho se confunde com a luta pela implantação das Resexs. É uma luta que acontece de forma contínua desde seu processo de organização, numa experiência que se expressa de modo que:

Nós não temos nenhuma garantia de acesso, eu que estou a muito tempo e lutado de perto pela criação dessa Resex, participando dos encontros nacionais que tem, do conselho nacional, da CONFREN que é a comissão nacional de reservas extrativistas, a gente sabe que já foi descartada a possibilidade por ser uma área que envolve muitas relações de poder, muita área de poder que a gente já foi descartada, isso desde 2007, mas a luta já vinha de 2005, com os pescadores das colônias e não saiu, essa expectativa hoje eu não tenho. Tudo pronto, pediram para tirar a área de mar, tiramos áreas de interesse privado, deixamos só área da união, que é o estado, mas não consegue, a área tem muitas regiões que são dominadas por quem tem poder, não sai do lugar (Mangaba)

A gente só vê enrolação, tem horas que a gente pensa que vai avançar, já saí de lá achando que estava tudo dando certo, mas quando foi apresentada a planilha de todas as Resex que estão para ser criadas nós não estávamos lá! O engraçado é que nosso pedido está todo pronto (Murici)

Em Sergipe, a luta pela instituição de Reservas extrativistas de mangaba é antiga, de acordo com ONG Unidades de Conservação do Brasil, em 2011 foi realizada uma consulta pública, na cidade de Estância dia 07 de dezembro, para discussão da proposta de criação da Resex do Litoral Sul de Sergipe abrangendo parte dos municípios de Estância, Indiaroba e Itaporanga D'Ajuda no estado de Sergipe, que tramitou até a Presidência da República, mas não se consolidou.

A luta pela proteção dos territórios, da vegetação nativa e o acesso à terra, as mulheres catadoras de mangaba buscam oportunidades, que refletem seus processos de resistência

[...] a gente não vai deixar de nos espaços que a gente conquistou, falar da nossa luta por território e a nossa problemática, a gente fala e reforça, insiste, mas a gente não tem garantia nenhuma da criação (Mangaba)

Vocês entraram no PAA né? (Catadora balançou a cabeça positivamente) Olhe aí... estar no PAA e estar no PENAI, segurança alimentar e soberania alimentar, isso aí também é defesa de território, defesa do plural, estratégia de trabalho! (Coordenadora do Projeto)

Os processos de resistência que vivenciam as mulheres catadoras de mangaba são atravessados pela lógica do Capital e suas nuances nas relações de poder que são o pano de fundo da vida em sociedade. Assim, ocupar espaços de garantia de direitos como conselhos e fóruns, assim como a participação em chamadas e editais públicos, antes nunca vislumbrados como possibilidade, ampliando seu alcance de visibilidade, debate político e comercialização.

A valorização econômica das áreas pela especulação imobiliária e interesse na fruta, a partir da visibilidade e alcance mercadológico impulsiona transformações também entre os atores sociais envolvidos no processo de comercialização, como afirmam

Esse produto valorizado para eles passa a dar lucro, eles não só pagam os funcionários, mas eles vendem, vendem para fábricas de polpas, para sorveterias, vendem para a indústria, para os restaurantes (Coordenadora do Projeto)

Lá tem um rapaz que tem muita mangaba na propriedade dele e já tem uma câmara fria, ele vende e caro, ele passa o quilo da mangaba a quinze reais, ele só vende para a gente quando a gente não tem, ele armazena uma quantidade absurda e só tem acesso que pode pagar, quem não pode paciência. E ele realmente armazena uma quantidade absurda (Murici)

Ele só vende desse valor por causa de nós, é a nossa luta que agregou valor (Mangaba)

Num processo de pensar a comercialização de produtos advindos do extrativismo e seu atravessamento pelas leis do Capital, o elemento “luta de classes” tem sua relevância para refletir que um produto extraído da natureza que inicialmente tem pouco valor e a partir de um interesse de mercado, passa por um processo de super valor. Neste sentido, o despertar do valor comercial da mangaba, uma demanda das mulheres catadoras de mangaba, de certo modo, fortaleceu barreiras para dificultar o acesso livre das catadoras por parte dos proprietários das terras e seus interesses individuais.

O processo de autorreconhecimento trouxe para as mulheres extrativistas catadoras de mangaba algumas certezas, que foram se firmando na trajetória de luta para a garantia a continuidade do trabalho. As relações de poder que cercavam suas vidas e seus trabalhos se acirram quando suas lutas por reconhecimento de conquistas de direitos sociais passam a ter visibilidade

Pra gente que tem essa vivência desde o início entende que hoje mudou, e isso não é só a gente que vê, quando agrega valor não é só a gente que ganha, também chama atenção dos fazendeiros, dos empresários, dos donos das terras dos pés de mangaba e eles querem ganhar também, se aproveitam da oportunidade. Eles se aproveitam e agora que mangaba tem valor eles pagam os seus caseiros com a própria mangaba, daí coloca uns contra os outros, porque os caseiros são os maridos que começam a disputar com suas mulheres que são as catadoras (Mangaba)

A gente imagina ter várias mulheres no estado todo que fazia cata da mangaba de forma individual, mas que era assim, ia no vizinho e catava de forma que ninguém nem se preocupava, aí quando se juntam e formam o movimento, surgiu a preocupação “essas mulheres vão tomar as nossas terras’ pelo menos na minha região foi assim, era essa a preocupação daí o que aconteceu? O que era livre começou a ser fechado e o que foi fechado começou a ser vendido para a construção de condomínio e aí desandou, não culpa do movimento, ele trouxe mudanças extraordinárias na vida de todo mundo, só que assim gerou uma preocupação dos donos e gerou a necessidade de luta pelo território, porque se não vai existir catadoras, não vai existir movimento, não existe produto, não vai existir tudo (Murici)

Inúmeros aspectos permeiam essas falas: a fragilidade das mulheres frente de gênero no sistema capitalista, onde elas passam a ser pressionadas também por maridos, pais, tios, familiares do sexo masculino que trabalham nas propriedades; numa outra lógica, mulheres que deveriam estar em trabalhos domésticos em suas casas e nas casas dos donos das terras (como de costume) se organizando para ultrapassar dificuldades de um trabalho que quebra com a lógica e com a invisibilidade das lutas das mulheres, em sua maioria numa condição anterior de total subalternidade.

O interesse pela aquisição da fruta pelo mercado, faz surgir nos territórios a interferência de outros sujeitos sociais que são incorporados ao processo de negociação, como espelhamento das relações de poder instituídas pelo Capital. As mulheres catadoras de mangaba começam a ter a percepção desse processo de disputa, sendo levadas a encontrar formas de resistência.

O atravessador que compra a mangaba sem ela tá de vez, o ponto de tirar, então os pouquíssimos pés que restam, as catadoras que vendem ao atravessador, vão lá e tiram antes de estar no ponto e entregam. Para o nosso trabalho na associação essa mangaba verde não serve, é uma redução muito grande, acelera o processo. (Mangaba)

Lá (Porteiras) os usineiros estão desmatando para plantar cana, coco, por exemplo eu tenho onde colher minha mangaba, mas muitas pessoas não têm, entendeu? Hoje ninguém dá mais mangaba a ninguém, não deixa tirar quem tem! (Ouricuri)

Lá na região a gente ainda consegue ter a fruta para trabalhar porque tem mulheres que tem a terra e aí a gente tenta acabar com o papel do atravessador convencendo elas a importância de deixar a fruta com a gente na associação, mas não é fácil, a gente paga um valor a mais que o atravessador para a gente criar esse vínculo e deixar o atravessador, porque ele baixa o preço para vender nas feiras e nas sorveterias num valor absurdo, então essa uma estratégia que tem dado certo. Essa ainda é uma forma de fazer a economia girar ali, porque se a gente for esperar pela mangaba só das mulheres que estão dentro da associação não dá não, na safra é até mais tranquilo, mas na entre safra não tem como não! (Murici)

Neste sentido, observa-se que figuras de atravessadores, de pessoas que não são genuinamente vinculadas ao extrativismo, mas que tem a intenção de lucrar em cima desse trabalho e da mangaba nativa, valorizadas por seu sabor peculiar, especialmente quando é “catada de caída”<sup>18</sup>, se multiplicam nas relações de comercialização, construindo regras de comercialização que fogem dos pactos já existentes no território..

A convivência das mulheres catadoras de mangaba com as relações de poder que passam a permear o território pelo processo de valorização da terra e da fruta, impulsiona as mesmas a formular estratégias para barrar esse tipo de atuação. Neste sentido, passam a pensar sobre cadeias produtivas e agregadoras de valor aos produtos, planos de comercialização e escoamento de produção, construindo governança entre seus grupos e junto à sociedade para fortalecer a redes locais e territoriais, como estratégia para romper com os subterfúgios potencialmente utilizados pelo Capital (Gomes, 2007).

<sup>18</sup> A mangaba é colhida ainda verde, ou “de vez”, com o auxílio de um gancho ou mesmo manualmente tem um tempo de amadurecimento fora do pé e não alcança todo o sabor possível da fruta. A “mangaba de caída” alcança seu desenvolvimento máximo, o que a faz mais valorizada no mercado. Fonte:

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/alimentos/mangaba>

No enfretamento das relações de poder que permeiam o Capitalismo, especialmente na submissão de gênero, as mulheres apontam formas coletivas de luta, possibilidades de fortalecer seus agrupamentos, de encontrar caminhos e assegurar oportunidades

Quando começamos era só mulheres, e isso facilita fechar parcerias, recebemos convites para participar de editais, fazer atividades que hoje como movimento a gente não consegue, não tem CNPJ, então partimos para outras tentativas, como a cooperativa que não deu certo, talvez pela nossa falta de conhecimento, de experiência, estamos levando melhoramento para as nossas comunidades pela nossa associação, estando como associação, esse é o caminho para chegar coisas até a gente, até políticas públicas que a gente briga, chega pela associação, a gente sabe que ela é um caminho para a gente tá buscando (Murici)

É isso... a gente começou a se organizar e isso influencia, porque é bom por uma parte que a gente se fortalece, mas de outra não porque a gente não tem a seguridade da terra e aí quando a gente fundou o movimento a gente já tinha essa preocupação, já tinha um movimento de fundação de uma reserva no litoral sul, e a gente já entrou nessa briga, a gente já pensando nessa possibilidade de garantir a terra! (Mangaba)

De fato, as mulheres catadoras de mangaba se organizaram partindo das dificuldades e oportunidades apresentadas depois do I Encontro de Catadoras, onde estabelecem uma identidade coletiva pelo trabalho. As experiências que dialogam com a condição de sua realidade buscam “a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (Freire, 1983, p. 34).

As mulheres catadoras de mangaba expressam mudanças de comportamento individuais e coletivos, interna e externamente, e as conquistas que esse processo estabelece.

A gente era tão dispersa que até nas feiras tinham outras mulheres vendendo que para a gente a gente chamava de rival, a gente queria vender logo, via quanto ela estava vendendo para baixar um pouco o preço para vender mais rápido, para não voltar com o produto, a gente não tinha essa noção que essa mulher também estava na mesma condição, que também vive disse, que precisa se sustentar da mesma coisa. Nas associações a gente tem espaços de diálogo, de empoderamento feminino, de debater o que a gente quer para que a outra companheira se empodere, esse é um espaço coletivo, apoio psicológico umas com as outras, vai além do econômico, mas também vai para o emocional, o apoio cotidiano. (Mangaba)

Esse é um movimento que elas fazem, o projeto vem nesse sentido, de garantir organização para um lado que é mais fraco, porque esse é o

lado mais fraco, que está organizado, lutando para sobreviver, mas é o lado mais fragilizado, embora tenha toda uma força que exista, toda uma busca de apoio, a partir de lógica de mercado e tudo que ele reproduz. Mas o projeto trabalhou o tempo todo com o movimento, no processo de mobilização, de união, de levantamento de demandas, e aí os projetos trouxe essa organização também para o processo produtivo e de organização. (Coordenadora do Projeto)

Observando a trajetória das catadoras de mangaba, pensar o empoderamento<sup>19</sup> dentro de uma perspectiva de emancipadora é refletir que

[...] é um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstruem e desconstruem em processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. O empoderamento visa a estrada para contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser (BERTH, 2018, p. 43).

O processo de empoderamento é despertado como processo metodológico desde a realização dos I e II Encontros de Catadoras de Mangaba, fortalecendo a construção de protagonismo e identidade coletiva, que culmina na organização para o trabalho, trazendo novos significados para as mulheres e se consolida nos dias atuais. Da amostra, 50% das mulheres participaram dos Encontros, onde se conheceram e afirmaram iniciar uma trajetória conjunta.

Para mim foi difícil de esquecer porque eu fui uma das empurradas para assumir a frente, e foi uma novidade, porque a gente estava acostumada a estar em nossas comunidades, a fazer a cata da mangaba e a venda na feira de forma normal, individual, cada uma do seu jeito e com sua família, e a gente não tinha essa de luta coletiva, para a gente era tudo muito novo, muito estranho, foi tanto que essa ideia de organização ela iniciou em 2002 e a gente só fez o primeiro encontro em 2007 (Mangaba)

A metodologia dos Encontros posicionou as mulheres como protagonistas, conduzindo debates, frente a espaços públicos.

[...] a gente passou três dias aqui, depois a gente se dividiu em grupos, e aí foi saindo, foi fazendo os cursos, foi saindo os cantos, foi construindo, mas nada muito fácil, todo mundo com uma orelha na frente e outra atrás, se perguntando a todo tempo “Será que isso vai dar certo?” “Quem é esse povo que está chegando? O que eles querem?”. Foi a Embrapa que trouxe a gente, que financiou para a gente ficar aqui em Aracaju esses três dias, a gente não tem costume

---

<sup>19</sup> Aqui o conceito de Empoderamento não se numa perspectiva individual, que nega o machismo e a submissão da mulher numa perspectiva estrutural das bases do Capital, mas numa perspectiva coletiva de tomada de consciência, organização e luta para questionar essas mesmas bases.

de ninguém ajudar para nada disso, e a gente tudo assustadinha (risadas) e pensava que qualquer coisa a gente já corre, mas resolvemos abraçar a causa e tamo aí até hoje, mas resolvemos abraçar a causa e deu certo! (Mangaba)

Uma coisa que a Embrapa também fez e foi muito importante foi a articulação com diversas instituições porque levou a Universidade, Secretarias de Estado, Secretarias Municipais, Ministério Público e isso tudo para que ouvissem as demandas delas, mesmos com todas as vergonhas todas, mas essas instituições estavam presentes para amarrar as demandas que fossem apresentadas e a partir daí cada instituição ficou com a responsabilidade de assumir as demandas que foram passadas (Coordenadora do Projeto)

Estimular que o encontro produzisse conhecimento a partir das falas das próprias catadoras de mangaba foi um ponto crucial como legado para toda a caminhada traçada pelo movimento de catadoras de mangaba em Sergipe. Esse processo despertou a possibilidade de apropriação intelectual de espaços políticos e de decisão pelas próprias mulheres. Assim, as mulheres catadoras de mangaba começam a se reconhecer dentro de uma coletividade, com demandas sociais demarcadas e posicionadas na Carta Aberta das Catadoras e Mangaba de Sergipe, com possibilidades de negociações junto a organizações governamentais e não governamentais.

Para além da criação do MCM, a formação das Associações se determinou como um avanço no processo organizativo para a garantia de fortalecimento e visibilidade do seu trabalho extrativista realizado pelas Catadoras de Mangaba em Sergipe

Com a formação do movimento, passamos a sentir a necessidade de fundar as associações, justamente porque o movimento é informal, não tem CNPJ e justamente pensando na questão do financeiro, então a gente fundou a primeira associação de catadoras que foi a Ascamai em Indiaroba, em 2008, e resolvemos concorrer a esse projeto para que através dele a gente pudesse trabalhar com todas as comunidades de catadoras de mangaba que formavam o movimento das catadoras de mangaba, o projeto seria ligado a um município, mas estaria trabalhando com os sete municípios na época que faziam parte do movimento. Concorremos ao edital e ganhamos, daí passamos a trabalhar com todas essas áreas, e dentro das ações do projeto estava a criação das outras associações, que também tem custos, com contador, como registro, com a parte burocrática e em 2010 já tivemos como fazer isso via projeto. (Mangaba)

A associação tira do âmbito individual e passa para um coletivo, numa associação as pessoas já passam a olhar de outra forma para o movimento, e através da formalização da associação é possível realizar projetos, quando a gente quer participar dos projetos do governo PAA, PENAI, é facilitado, não é fácil ... As associações são escolas de trocas de saberes, de apoio, de pensar oportunidades,

possibilidades. É uma escola que a gente se ajuda e aprende para a vida, muda tudo. (Cambuí)

É uma escola feminista, onde se reflete o ser mulher, refletir suas realidades, as vezes sua condição de violência doméstica, sua condição familiar. (Coordenadora do Projeto)

As associações despertam as mulheres para uma perspectiva coletiva e também impulsionaram mudanças concretas no território, tornando essas mulheres e suas demandas visíveis. As associações se consolidaram como unidades produtivas e de comercialização, as chamadas popularmente de “casa da mangaba”, é avanço concreto da organização das mulheres que geram para além de renda, identidade, pertencimento, reconhecimento e proteção, diante das adversidades pelas quais as mulheres passam em seus cotidianos de subalternidade, escassez e luta pelo acesso a fruta.

Desde o processo inicial de organização as catadoras de mangaba buscam diálogo e visibilidade por parte do Estado, na demanda por políticas públicas, numa perspectiva coletiva anteriormente não vivenciadas onde,

[...] a articulação da Embrapa foi muito importante nesse sentido, porque ali já se desenhava a intervenção pública nas áreas, áreas que elas não apresentavam nenhum apoio governamental, nem estadual, nem municipal, então cada uma se virava como podia, catava e levava para a feira para comercialização (Coordenadora do Projeto)

Quanto à proteção e à garantia da fruta, O diálogo inicialmente experienciado gerou expectativas numa realidade pós I Encontro, para a possibilidade de aparato governamental intermediando relações de interesse entre os sujeitos e suas correlações de poder. Entretanto, as mulheres analisam:

Se o governo cumprisse o seu dever de proteção da mangaba, nós tava salva, porque a gente só proteção do meio ambiente, se protege não se derruba pra desmatar, a gente não quer tomar terra de ninguém, até porque de quem é a mangaba? Ela é uma fruta nativa, então deveria ser resguardada, preservada e se construía aonde não tivesse ela .. E a gente está no bioma Mata Atlântica, agora eu quero que me mostre a mata que ainda tem aqui, nem o Atlântico (risos) que o mar, não tem nada mais, tão levando. (Mangaba)

O que faz a gente refletir é que a gente tem uma lei que diz que a mangaba á a arvore símbolo do estado de Sergipe e na prática só tem a lei porque não existe nada que proteja, existe no papel eu nunca vi, mas dizem que tem uma multa na lei para quem corta mangabeira, eu não sei como é, não vejo nada disso. de fato não existe fiscalização, nem a garantia das mangabas nativas livres e que nós catadoras vamos ter acesso, então é uma coisa meio que sem lógica e que não existe e não é viável para a gente (Murici)

A multa é assim, se um condomínio derrubar uma mangabeira aí o condomínio tem que plantar três árvores, três mudas, para cada uma derruba, mas esse muda é dentro do condomínio, qual é a catadora que vai entrar lá? Que vai catar essa mangaba, quem controla? (Cambucá)

As falas refletem uma frustração em relação às respostas governamentais às suas demandas de todas as naturezas. Numa perspectiva de direitos sociais e trabalhistas as mulheres ainda destacam

[...] se você quiser pagar um INSS, você paga como autônoma, mas eu fui lá e quando eu disse que era extrativista, catadora de mangaba, a mulher disse logo, aqui não tem essa opção não, você tem que dizer uma que tem aqui, essas coisas precisam ser revistas pelo Estado, porque a gente precisa ser respeitada. (Cambuí)

[...] eu fui catadora a vida toda, mas sou aposentada como marisqueira (Cambucá)

O trabalho das catadoras de mangaba não existe para as estruturas estatais de promoção de políticas de direitos sociais até os dias atuais. As políticas sociais são pensadas para invisibilizá-las, desconsiderando sua condição de mulher extrativista, levando-as a escolhas para garantias mínimas a partir do medo e da condição de vulnerabilidade social

Então isso não existe, as mulheres estão nas associações de catadoras de mangaba, mas quando precisa acessar direitos, elas precisam recorrer a outros tipos de sindicatos, aí tem a questão, a maioria das catadoras de mangaba também são pescadoras e agricultoras, e isso é o que as leva a ter algum direito, mas por outro lado por conta disso elas também não podem declarar que são catadoras de mangaba para não perder direitos, a gente vive no medo, em vez de ganhar a gente perde, daí a gente fica calada para não perder o auxílio da pesca, assim as mulheres vivem com medo de perder as poucas garantias, como o bolsa família, e outros benefícios que aparecem, que a gente precisa (Cambuí)

Como estão entre as suas características a diversificação de atividades produtivas como forma de superação das dificuldades cotidianas de manutenção da vida, mesmo tendo conquistado de fato e de direito identidade de catadora de mangaba, as mulheres extrativistas são unânimes a afirmar que não tem nenhum direito social trabalhista conquistado nesses anos de luta coletiva, tendo muitas vezes a recorrer para outras denominações, como agricultora ou pescadora para alcançar benefícios trabalhistas, fatores que geram incômodo.

Quanto a outras políticas sociais, elas afirmam inúmeras tentativas de negociações junto a entes governamentais, além de outras demandas

Na mangaba diretamente não tem nada, estamos tentando entrar no “Mão Amiga”, no “Bolsa Verde”, na luta para ver se sai alguma coisa, mas até agora nada. (Mangaba)

O que tem é por tabela, catadora que também é marisqueira, mas aí recebe alguma coisa pela pesca, mas como catadora nada. (Coordenadora do Projeto)

As mulheres que são catadoras de mangaba principalmente quando engravidam não tem nenhuma de forma proteção ou auxílio, salário maternidade, não tem como dar entrada para ter direito, como se diz, você tem que botar como pescadora ou como agricultora, mas não tem como especificar que é mulher extrativista que cata mangaba. No INSS não existe, você não consegue fazer nada, então você não pode declarar catadora de mangaba como profissão, porque não existe, o Estado não nos reconhece como profissão, apesar de sermos reconhecida como grupo culturalmente diferenciado! (Murici)

As catadoras de mangaba buscam alternativas de serem atendidas com tal pela via governamental, conseguiram ocupar espaços de poder e negociação como representação da sociedade civil, mas conquistam poucos ou nenhum direito social, o que torna a situação insustentável e ameaça sua existência como grupo, no sentido de perpetuar seus saberes para novas gerações.

Romper o processo de invisibilidade na relação com o Estado, buscando conquistar de direitos sociais é um movimento constante durante o processo de organização coletiva. Considerando que a mangaba é uma fruta de safra, o debate sobre o defeso da mangaba entra nas mesas de negociação política sempre que possível, a exemplo de outras comunidades tradicionais extrativistas que já conquistaram, como as quebradeiras de coco babaçu.

A diversas tentativas sem avanços, fazem-nas despertar para as violações de direitos sofridas no processo de trabalho de cata da mangaba

Se você for olhar pela lógica, a mangaba não é uma fruta que dá o ano inteiro, então no defeso dela, a gente fica sem tudo que a pesca, se a gente for analisar pelos outros defesos, talvez porque apesar de 15 anos de luta, é uma luta específica do estado de Sergipe, que é um estado pequeno, não seja tão reconhecido, existe mais movimento em outros estados, apesar de outros estados produzirem mangaba tem mangabeira, só em Sergipe à cata é feita desse jeito historicamente. Talvez seja interesse político (Mangaba)

As coisas parece que só existem no papel, as mulheres catam quando tem a fruta, mas no defeso a gente não para, vai para a pesca, vai para outros trabalhos, então é assim, você tem que optar ou omitir para não perder tudo, então é assim, a gente vê é omissão do Estado, do governo federal, e em todos os órgãos! Se você for buscar seus direitos de fato, você vira piada, você não existe para o Estado, o nosso trabalho não existe como profissão, você não consegue se aposentar! (Murici)

A falta de interesse político e governamental em debater direitos sociais possíveis e necessários, espelha conceitos e fundamentos das relações sociais de dominação de mulheres, negras, com pouca ou nenhuma escolaridade, que vivem lutando para sobreviver, sem muitas opções e oportunidades.

A falta de proteção social registrada nas falas acima, onde as mulheres afirmam que precisam escolher ou omitir atividades laborais é motivada pela forma com a política social ultraneoliberal vem se delineando no Brasil desde os anos 2000, onde direitos sociais são proporcionados a partir de seletividade, para cidadão mais necessitados, com garantias mínimas de sobrevivência, assistidos por programas de transferência de renda, para a manutenção dos mínimos sociais, diante da super exploração do capital.(Pereira, Stein, 2010)

A organização coletiva também traz a consciência outras formas de vulnerabilidade e descaso.

No nosso trabalho estamos expostas a muitos riscos, inclusive a câncer de pele, hoje já temos como estratégia à cata bem cedo, que o sol está mais ameno, mas as vezes tem mulher catando meio dia, principalmente quando são lugares que não tem mangaba perto, que tem que andar muito para catar, tem unas que ainda se cuidam colocam um chapeuzinho, mas aí tem o calor, a gente fica mais fácil, de desenvolver certos tipos de doença e bem complicado, porque não tem nenhuma lei ou direito que nos ampare, não existe nada de fato que nos ampare! (Murici)

Sem nenhum tipo de seguridade social para dar suporte a sua atividade laboral, como consequência do papel do Estado frente a reforma da Previdência Social, que tem se ausentado também da proteção de trabalhadores e trabalhadoras com atividades rurais e extrativistas, com as das mulheres catadoras de mangaba, com cortes substanciais, na perspectiva de perda ou restrição do direito social, e conseqüentemente numa política que vem se retraindo, sofrendo com o chamado “corte de gastos públicos” (Behring, 2008).

Assim, a identidade das mulheres extrativistas catadoras de mangaba do estado de Sergipe se firma, desde o marco temporal determinado de autoidentificação e construção de uma luta coletiva por visibilidade e respeito ao seu trabalho muitas mudanças aconteceram, transformando a realidade das mulheres e suas famílias, onde muitas nunca tinham saído do seu território, passaram a ser reconhecidas mundo a fora.

De fato, o trabalho da cata, o armazenamento e processamento da fruta em produtos que levam o sabor da mangaba pelo mundo e geram renda,

transforma vidas em sentidos diversos. Em contraposição essas conquistas despertam nos donos das terras uma sensação de ameaça, para algo que ninguém queria e agora tem valor, numa lógica Capitalista que as impede de conquistar direitos sociais e trabalhistas.

De modo geral, a questão social que envolve avanços e possibilidades de seu trabalho, no sentido de responder suas demandas coletivas e de direitos sociais por parte do Estado, tiveram poucos avanços. Em consonância com um movimento do capital, especialmente em países periféricos como o Brasil, que produz trabalhos cada vez mais instáveis e menos protegidos, flexibilizando os formatos de ocupações, especialmente quando estes são ocupados por trabalhadoras/ trabalhadores com baixa escolaridade (Santos, 2012).

Por conseguinte, uma grande conquista do processo de organização das mulheres extrativistas catadoras de mangaba são as relações institucionais com entes como a Universidade Federal de Sergipe e a Petrobras, que ao as lutas possibilitam caminhos. Neste sentido é importante compreender como o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, lócus da pesquisa, se estabelece como um espaço de conquista das mulheres catadoras de mangaba, como potencializador do seu trabalho, numa possibilidade de avanço para a produção e da comercialização por meio de suas organizações.

### **3.2 Formação da Rede Solidária das Mulheres de Sergipe: avanços e desafios para o trabalho da cata da mangaba**

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, historicizado na apresentação deste capítulo, ocupa um espaço de conquistas e legado no processo de organização das mulheres catadoras de mangaba, nele reúnem-se as cinco associações pesquisadas, as mais antigas do estado, compostas por mulheres que se organizaram, transformaram suas realidades e hoje buscam se apoiar e promover formações coletivas sociopolíticas e técnicas para outros grupos de mulheres.

Passado um levantamento documental sobre o processo histórico que possibilita a construção do Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, como espaço de ambiência das mulheres catadoras mangaba para o trabalho, passaremos a dialogar com falas das mulheres que compõem a nossa amostra sobre as

contribuições deste nos seus processos organizativos formativos. Parte-se do que é pressuposto com atuação do Projeto, ou seja, suas bases de execução: concepção de atuação, unidades de processamento, criação de identidade visual e rotulação de produtos, viveiros de mudas e hortas comunitárias, apoio e suporte a associações e organização política e socioassistencial.

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe reflete um processo de amadurecimento de organização das mulheres catadoras de mangaba que se desafia a inserir outras mulheres num processo organizativo e formativo, a partir de um financiamento da Petrobras sob a execução da Ascamai. Neste sentido, as mulheres apontam como principais contribuições:

Desde o começo da nossa organização, enquanto mulheres catadoras de mangaba, o nosso pensamento sempre foi ampliar a possibilidade de ajudar mulheres de outros grupos, bordadeiras, rendeiras, as artesãs, tanto que quando a gente criou a cooperativa, que depois fechamos, deixamos a possibilidade de inserir outras mulheres, para além das catadoras de mangaba, nosso propósito sem foi alcançar mais, mesmo sem a possibilidade financeira, mas a gente já pensava na possibilidade de ampliar o trabalho para outras mulheres do estado, daí quando a Petrobras faz esse convite, de desenvolver ações em Carmópolis, que é uma comunidade que não catadoras, a gente já aceita pensando em colocar em prática essa possibilidade, que a gente vinha discutindo dentro do movimento. É onde nasce o projeto Rede Solidária de Mulheres (Mangaba)

A gente iniciou com atendimento de 600 mulheres diretamente, no segundo projeto a gente foi para 400, já no projeto Rede a gente agora tem uma meta de 500, mas já vai para mais de 600. Bastante mulheres cadastradas que passam por esse processo. Muitas mulheres querem, mas a gente tem um desafio muito grande, nos programamos para 500, cadastramos, 600 e acaba que o projeto fica inchado, e cria uma expectativa muito grande quando o projeto chega, pelas experiências anteriores. (Coordenadora do Projeto)

De modo geral, o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe propõe construir uma rede de solidariedade feminina para auxiliar nos processos de geração de renda, a fim de responder minimamente as demandas mais emergentes das mulheres, estando essas no protagonismo de suas vidas contrapondo-se aos mecanismos estruturantes de dominação da sociedade capitalista. Essas mulheres em sua maioria buscam por formações para geração de renda, produção e comercialização.

Assim, esse compromisso foi estabelecido, como possibilidade de intervenção para ampliar ações já desenvolvidas para além das áreas de catadoras de mangaba, como compromisso ético-político assumido pelas

organizações de catadoras de mangaba, a fim de consolidar transformações nos âmbitos individual e coletivo de suas vidas, acreditando existir

[...] a possibilidade de ampliar um trabalho que a gente já vinha fazendo nas comunidades de catadoras e hoje já está construindo mais duas unidades, em Carmópolis e Manoel Dias (Estância), dentro do Projeto Rede e trabalhando com outras comunidades, acolhendo mulheres, que esse é o nosso objetivo geral, é a preservação dos nossos territórios e o acolhimento de mulheres em torno do trabalho para o fortalecimento e o empoderamento feminino, é por aí. Hoje já estamos em quase todo estado de Sergipe (Mangaba)

Refletir a importância da conquista de quatro unidades de processamento de alimentos, que foram construídas com apoio do Projeto “Gerando Renda e Tecendo Rede em Sergipe” e entregues as associações nas localidades de Pontal (Indiaroba), Ribuleirinha (Estância), Capuã (Barra dos Coqueiros), Porteiras (Japarutuba), refletindo as possibilidades que significaram para essas comunidades, fez o Projeto Rede assumir a construção de mais duas unidades propostas na segunda fase, e que estão sendo concluídas na terceira fase.

As unidades de processamento de alimentos abrigam e sinalizam o trabalho das mulheres catadoras de mangaba para pessoas que por elas passam, numa perspectiva de adquirir para além de doces, compotas, geleias e licores, entre outros produtos resultados de receitas ancestrais produzidas em ambientes seguros, uma experiência de contato com história de mulheres que resistem na defesa de seu trabalho e de seu território.

É interessante falar que a gente que recebe muito turista, percebe que eles ficam maravilhados com o nosso espaço, quando eles entendem que ali é uma associação, que a produção é coletiva, de mulheres catadoras. Então aquele lugar é visto com outros olhos, é possível ver o cuidado com a produção e a organização da comunidade, é diferente, não é uma produção individual, em um ambiente inseguro, sem os devidos cuidados. No começo a gente trabalhava em casas alugadas, para começar a se organizar, mas ter aquele local, dá outra visão, acho que dá credibilidade. (Murici)

O processo de organização para produção é pactuado de forma particular em cada associação junto as mulheres participantes, e o funcionamento de cada unidade de processamento estabelece-se de acordo com a dinâmica de demanda de cada comunidade.

Lá em Capuã não é diário não. Depende muito das encomendas, as demandas da produção, não tem como ser diário, até a merenda escolar, é assim, quando chega o pedido, aí a gente organiza a produção, um dia faz a geleia, no outro faz os bolinhos e a entrega, aí junta todo mundo. Depende sempre do tamanho da encomenda, às vezes é coisa pouca, aí não precisa juntar todo mundo. Quando a gente

está produzindo o cheiro de bolinho dá para sentir na entrada do povoado, daí o pessoal já sabe que a gente tá produzindo, aí param vai comprar e levam, então a venda direta funciona mais assim, porque cheira longe mesmo! (Cambuí)

Lá em Pontal poderia ser diário, se tivesse uma demanda de encomenda que cobrisse a produção, porque os produtos têm validade, então não adianta você produzir todos os dias, isso depende muito da encomenda. (Mangaba)

Em Ribuleirinha nós funcionamos todos os dias, a associação permanece aberta e nós estamos na produção três dias na semana, e assim, sempre tem uma mulher na frente da loja, responsável pela venda, que também controla que produtos estão faltando e aí a gente mobiliza para fazer. A produção junta todo mundo, a gente almoça junta. (Murici)

Lá em Manoel Dias a gente está com a unidade sendo construída, então a gente tem uma expectativa imensa, porque a nossa associação é também na beira da pista, como a delas (aponta para representante de Ribuleirinha), por enquanto a gente produz num espaço cedido da casa de uma catadora, e a gente já vende os produtos, junto com as mangabas no nosso ponto da mangaba, já temos muitos clientes, temos turistas que já chegam lá, porque já conhece, a gente vende as sacolinhas com os vários produtos. (Araçá)

Neste sentido, cada comunidade analisa suas demandas, seus clientes em potencial, seu alcance de funcionamento, divulgando em suas comunidades. De acordo com as mulheres que fizeram parte da amostra, e que são lideranças dentro de seus grupos, a variação de formatos de funcionamento se dá por vários motivos, como evidenciam:

Na verdade, o que interfere mesmo na comercialização direta das associações é a localização! No caso da Barra é dentro de Capuã, a unidade é dentro do povoado, então só vai até a associação quem já sabe, a mesma coisa é Pontal, apesar de ser um povoado turístico. A dificuldade de adquirir terreno é muito grande [as mulheres balançam a cabeça concordando] para construir as unidades, foram grandes desafios na verdade, lá o terreno da beira da pista o terreno era de família, de uma mulher da associação, que assim facilitou. Esse de Manoel Dias foi um achado, e foi adquirido através do Pangeia, que fez a doação para a associação, lá em Porteirias foi um terreno de família, não tinha outro lugar para ser, tinha que ser dentro do povoado, que é mais afastado. Então a localização dá visibilidade, o que facilita comercialização, mas as demais fazem a comercialização por outros canais (Coordenadora do projeto)

[...] lá também é muito difícil vender assim, mas quando tem produto, a gente vende andando de bicicleta e oferecendo as pessoas, aí nós vende, não vende muito, mas vende (Ouricuri)

[...] a gente teve essa proposta de ficar aberta direto e a gente fez, só que lá não aparecia ninguém, ainda ficamos assim um mês, mas não deu certo, as vezes aparecia alguém numa quinta ou numa sexta. lá

é roteiro turístico, tem gente passando o tempo todo, no nosso caso já é mais escondido, aí só por pedido mesmo (Cambucá)

Sendo a localização das comunidades e das associações fator fundante da variação de demanda dos produtos, impondo uma dinâmica de produção. De modo geral, todas as unidades se consolidam como espaço que contribui para além da produção de alimentos, auxiliando no processo de organização social, sua implantação enfrenta os desafios da realidade local, respeitando aspectos da territorialidade, mas buscando alternativas para o funcionamento para a geração de renda e fortalecimento das mulheres em seus grupos.

A trajetória relacionada a uma sucessão de projetos, e que culmina com o Projeto Rede também contribui de forma significativa para o processo de fortalecimento da identidade visual das mulheres Catadoras de Mangaba, que culminou na formação da marca que rotula todos os produtos como apresentamos nas páginas 96 e 97, e que elas destacam

Foi um processo construído todo mundo junto, onde as mulheres se juntaram, cada uma deu sua contribuição, desenhou, debateu, e hoje onde tem a marca todo mundo sabe, nos procuram, sabem da qualidade do nosso produto e da nossa história! Muitas pessoas tentam fazer produtos como os nossos, mas os nossos, os que carregam a nossa marca, tem o reconhecimento, tem a nossa história, tem a qualidade! Tem essa questão, porque lá em Estância hoje o que mais tem é produto de mangaba, em todo lugar agora vendem, mas não é igual ao nosso. (Murici)

Foi tudo pensado a partir delas, tem um documentário que mostra como a marca foi desenvolvida, com todos os detalhes, o nome foi escrito por uma catadora, a letra é [suprimimos] de Itaporanga, e a árvore, foi [suprimimos] de Alagamar. (Coordenadora do Projeto)

Mesmo numa lógica mercadológica, a criação das marcas geram um sentimento de pertencimento, onde o significado de cada elemento conta um pouco da trajetória de suas vidas e de seus trabalhos

Então eu acho que trabalhar em associação é uma forma de assegurar que os problemas que viessem, se fosse nosso a gente conseguiria resolver, e assim, nossa marca é linda maravilhosa, o trabalho das catadoras tem uma marca linda, que traduz a nossa história, inclusive o da Rede, o nome Rede Solidária de Mulheres de Sergipe é potente, atrai os olhares, deixa a gente ainda maior, quando a gente explica quem somos lá na associação as pessoas ficam maravilhadas por saber a proporção que o projeto abrange, e olhe que eu nem disse ainda que somos mais mulheres (risos), mas quando para o povo lá eu vou falar, e aí muita gente gosta, se vê nas mulheres, na nossa luta, e sempre dizem para a gente não desistir, as vezes o fardo pesa, mas também conseguimos descansar (Murici)

A produção nas unidades de processamento somada à consolidação das marcas, possibilitou iniciar o processo de construção dos rótulos unificados,

proporcionando confiabilidade e controle sanitário dos produtos, estabelecendo prazos de validade e composição definidos, o que remete a segurança alimentar do que está sendo comercializado

Com certeza, começamos nos reunindo na casa de branca, superando os problemas!! Tem um documentário que mostra como começamos, e é muito diferente a maneira que a gente fazia antes e a maneira como a gente faz hoje. (Cambucá)

Não é só o ponto da mangaba, você vai na padaria, na mercearia, em todo lugar tem produtos de mangaba, com outros rótulos, mas que as vezes temos diversos problemas, reclamações de produtos, compra biscoitos de terceiros e quer que a gente venha explicar que não são nossos, que não é da nossa associação. (Murici)

[...] é justamente esse acompanhamento técnico, que as vezes não é nem bem visto, mas que o projeto insiste para em retornar com as boas práticas porque isso é a segurança do projeto, isso é a segurança do produto, e isso é o que garante a qualidade que passa as catadoras de mangaba, das verdadeiras! (todas riram) Dos produtos verdadeiros, dos originais. (Coordenadora do Projeto)

Esse debate nos leva a refletir sobre as questões relacionadas à lógica do capital, em que produtos das mais diversas origens são copiados e vendidos sem devidos cuidados de fabricação, controle de qualidade e originalidade. Os produtos das catadoras de mangaba, assim como sua marca e processo de produção passam por essa lógica, especialmente por seu caráter artesanal.

A partir de suas relações orgânicas com a mangaba, seu extrativismo e processamento, lidar com possibilidades fraudulentas desperta para fragilidades estruturais que vão além das dificuldades impostas no cotidiano de suas lutas. A construção da identidade visual para os produtos e para as unidades de processamento se estabeleceu como garantia de geração de renda e sobrevivência coletiva.

Ainda numa perspectiva de preservação de seus trabalhos, suas culturas e seus territórios, o Projeto Rede passou a atuar com a implantação e manutenção de viveiros de mudas, com intenção de preservação de frutas da restinga, principalmente a mangaba

Então a realidade da mangaba, o desmatamento. Quando começamos a nos deparar com o desmatamento, com a chegada dos condomínios, nós tínhamos o trabalho com a mangaba, mas não fazíamos nada com as sementes. A gente fazia a polpa da mangaba maravilhosa e quando a gente despulpava ficavam as sementes, que eram jogadas fora, hoje não, são feitas as mudas, faz aquela sementeira maravilhosa e faz as mudas, e isso foi uma maravilha para a gente e uma forma de conscientização sobre a importância de manter as mangabeiras, a gente vende as mudas para quem tem interesse, mas também a gente planta em que tem os quintais na comunidade (Araçá)

A gente vê a devastação e a nossa ideia é fazer o replantio em algumas áreas que precisam e possam fazer, para que elas dê continuidade a plantio, que antes era nativo. (Cambuí)

É que se ela nasce sozinha, ela já tem o destino dela, mas se veio pela nossa mão tem que ter o cuidado... É porque a planta nativa, se ela nasce ali ela vai embora, mas essa não! (Cambucá)

Os viveiros de mudas estão implantados em duas comunidades, Capuã e Manoel Dias, eles simbolizam a resistência das mulheres mangabeiras, sua resiliência frente aos problemas enfrentados, derrubamentos das plantas nativas, venda das terras para atores da especulação imobiliária. É uma tentativa de manutenção das fruteiras em seus territórios, onde os sítios dão lugares a condomínios luxuosos.

Dos processos relacionados a preservação ambiental, relação territorial e de preservação da mangaba, se oportuniza o debate sobre segurança alimentar junto as mulheres do projeto, que por ter a cultura da agricultura em seus cotidianos, passam a estimular e apoiar hortas comunitárias e quintais produtivos, que produzidos de modo coletivo ou individual, proporcionam o consumo de hortaliças para as mulheres e suas famílias.

As mudas produzidas nos viveiros, que inicialmente foram pensadas para o reflorestamento em áreas possíveis e abertas à cata, começaram a ter demanda de comercialização

Algumas pessoas vão lá realmente comprar, para ter mangabeira em seus quintais, quando as mangabeiras estão pequenininhas é uma graça, e a gente tem todo aquele processo de ir para o viveiro para a sementeira e depois para a plantação, fazer as mudas e juntas as mulheres para fazer a plantação e a limpeza dos pés, porque elas (mangabeiras) não gostam nem de muito mato, elas morrem, nem de muita água, aí nós vamos naquele processo de estudo das mangabeiras até vingar e é maravilhoso (Araçá)

O bom também que hoje a gente tem muitos visitantes querendo a planta, inclusive agora, semana passada, recebemos uma encomenda de 300 mudas, mas a gente não tem essa quantidade, aí eu disse mariana se a pessoa quiser mesmo porque podemos pegar também no viveiro de Estância para fazer a entrega (Cambuí)

A gente já conseguiu vender, não muitas, mas a gente já conseguiu vender 50 mudas para o Rio de Janeiro, Pernambuco também já mandamos, tem também lá os turistas que passam e compram. Mas muita gente leva e não sabe cuidar, daí chega dizendo que levou e que morreu, daí eu digo “Eu sinto muito pela sua perda, meus pêsames” (risadas de todas) Eu estou vendendo ela aqui para você bonitinha, mas quando sair daqui eu não me responsabilizo. Tem gente que quer levar as sementes e a gente vende, mas explica também (Araçá)

[...] a gente explica como cuidar, mas na verdade a mangaba ela tem um ferrão, a até ele se romper e ela conseguir procurar sozinha a água dela, tem que ficar molhando muito, até um certo tempo, mas sem entender isso não vai para lugar nenhum. Foi isso que aconteceu lá (no condomínio), agora eles querem comprar tudo de novo, mas querem que a gente vá plantar e cuidar até vingar, aí agora lá vai a gente pra onde? Vamos lá, a gente vai ter que ir fazer o plantio e orientar o cuidar! Sem aguar não dá! (Cambucá)

Isso pode apontar uma demanda para o projeto para elaborar um material impresso com o modo de plantio e cuidado das mudas (Coordenadora do Projeto)

Os viveiros de mudas trazem uma possibilidade de motivar o crescimento de outros plantios, exercitar os saberes de cultivo, transmitir conhecimento geracional, chamado pelas catadoras de mangaba de secular, uma possibilidade de resistência diante das ameaças já mapeadas. A manutenção dos viveiros acontece com o apoio do Projeto Rede, a venda de mudas para as mulheres é a possibilidade de mantê-los em épocas futuras.

Entre as ações do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe está também a possibilidade de dar suporte e apoio as associações nas suas ações possibilitando o fortalecimento da identidade coletiva e organização para o trabalho.

Numa perspectiva de apoio logístico, existem algumas possibilidades

[...] a gente muda muita coisa, porque o projeto sempre nos apoia nas coisas que a gente precisa, e isso é muito gratificante, as vezes a gente tem comunidade que tem uma encomenda grande, e daí aquela comunidade não tem como comprar todo aquele material, daí vem o apoio do projeto, e a gente consegue entregar, o projeto ajuda a comprar, isso é muito importante para nós (Cambuí)

Ter essa sede é muito importante, aqui a gente tem acolhida, hospedagem, alimentação, transporte, para quando precisamos vir para participar de feiras, de cursos, reuniões e eventos. É muito bom! Já aconteceu de quando não existia a casa, a gente comia na rua, tinha que voltar para casa no interior, ficava mais dificultoso. E aqui quando a gente tem tudo para a gente. Sem contar nas pessoas responsáveis pelas oficinas, que sempre que precisamos, nos orienta quando precisamos de informação, de orientação (Murici)

O apoio acontece das mais diversas formas, a partir das demandas apresentadas pelas mulheres em suas comunidades, seja num momento de compra de insumos para produção, seja para apoiar em comercializações fora de suas comunidades. O processo de apoio vai além da perspectiva logística, quando as mulheres precisam sair de seus territórios, num ambiente coletivo para participar de espaços de formação e comercialização, onde o acolhimento as torna fortalecidas para a luta coletiva.

Esse acolhimento que é a equipe do projeto tem com a gente, é desde começo até hoje, é uma preocupação desde o que a gente quer comer, até como a gente está se sentindo, cuidando da gente, das nossas famílias, a gente aprendeu a se ajudar. Me lembro na última gravidez de [suprimimos], a preocupação, a gente na casa fazendo comercialização no shopping, mas estávamos juntas, se dividindo e isso é muito importante, a gente sente que as pessoas do projeto se preocupam de verdade com a gente, isso é muito gratificante, entendeu? A gente sabe que a gente pode contar com a rede, que temos apoio, que temos respeito (Cambuí)

O projeto ensinou a gente a trabalhar no coletivo, a mais velhas sabem como foi o processo de sair da feira, vender na pedra, e entender que catar mangaba juntas é muito melhor, a gente se ajuda, se protege, consegue ver se tem até uma cobra que a outra não está vendo, e as que estão vindo daqui a 6 meses vão começar a entender o que é o Projeto, a força que ele tem, e vão ficar maravilhadas como nós estamos as vezes a gente somos falhas em algumas coisas, mas a gente tem que engradecer o que engrandece a gente, e a gente sente isso no projeto porque pessoas dedicam dois, quatro anos de trabalho (risos coletivo) (Murici)

O apoio técnico realizado pela equipe nas áreas de educomunicação, organização social, engenharia de alimentos e engenharia florestal também é muito importante

Agora estamos entrando numa nova etapa, com novos profissionais, mas todos que já passaram contribuíram com o nosso desenvolvimento, são muito abertos a trocar conhecimento, quando a gente tem dúvidas era para dar suporte sempre, seja com visitas, seja por telefone, mas a gente sempre se sente acolhida, com orientações de como a gente desenvolver melhor a produção e a organização das associações (Murici)

O olhar técnico e acadêmico para o saber secular de processamento da mangaba fortalece a produção coletiva, o controle produtivo em relação aos rótulos e as boas práticas, as atividades de preservação ambiental e segurança alimentar, afirmando a identidade pelo trabalho das mulheres catadoras de mangaba.

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe se torna um espaço de convivência de troca de experiências, se estabelece as relações de acolhimento e cuidado entre mulheres, entre os membros da equipe e as mulheres, com demandas que extrapolam relações de produção e comercial.

Sem contar com a troca entre as mulheres, seja aqui na casa, seja nas atividades, a gente vai trocando sobre a vida, sobre as coisas, acaba sendo uma terapia. Quando a gente saiu da pandemia, a gente estava muito fragilizada e o projeto foi o espaço que tivemos para nos reencontrar e falar sobre as dores, aqui a gente se acolhe, se ajuda, cuida umas das outras, dos filhos unas das outras, e no espaço do projeto a gente aprende e acaba melhorando os nossos lares, as nossas vidas pessoais, a gente entende o quanto é bom trabalhar no coletivo. (Murici)

É importante construir um projeto, uma sede e uma equipe que caminhe junto, que acolha, que pergunte se está tudo bem, se a comida está boa, que coma junto da mesma comida de qualidade, a mesma água, dividindo o mesmo espaço, até o calor (risos). Então o projeto é isso, é trabalho com as mulheres e para as mulheres, desde a primeira construção, desde a primeira escrita. (Coordenadora do Projeto)

O ambiente de coletividade proporcionado pelo Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe quebra com a lógica Capitalista que fortalece o viés do individualismo, centrado nas necessidades particulares em detrimento do coletivo. Neste sentido, as mulheres da Rede são despertadas a pensar:

Muita gente não entende isso, vem com a cabeça da individualidade, do “eu”, daí participando das atividades a gente entende a riqueza do coletivo, principalmente para o trabalho coletivo, se você recebe uma encomenda de 100 colares, sozinha não vai dar conta, mas se você está num grupo consegue em dois dias, agrega valor aquele trabalho, tudo fica diferente, consegue acreditar em você, que você consegue! (Murici)

São relações que envolvem aspectos para além do trabalho, se fortalecem em rede, são trocas de cuidado, de interesse num crescimento coletivo, em atividades que despertam para outras experiências.

Desde que eu comecei a participar o projeto eu tenho conhecido tantas pessoas, hoje eu tenho interesse em conhecer de onde elas vivem, fazer intercâmbio entre comunidades, saber de onde as outras mulheres vêm, a gente se vê aqui, mas como cada uma vive em seu local, como cada grupo trabalha, como as mulheres fazem as rendas?! Porque a gente pode sair daqui, como já fomos até para conhecer outros grupos, de outros lugares, mas entre a gente, ainda não tivemos, no tempo que estou aqui! Eu acho que é coisa que a gente pode repensar, pois pode nos fortalecer ainda mais, as vezes tem mulheres lá na base que quando você sai da sua comunidade e vai falar ela não acha que é tudo isso, mas quando você vai e vê, fica tudo diferente! (Murici)

Essa perspectiva aponta para possibilidades que fazem o Projeto caminhar metodologicamente, os olhares das próprias mulheres frente a realidade, que geram demandas. A análise dos avanços revela a importância da realização das oficinas de educomunicação, agroecologia, processamento de alimentos e artesanato para a vida e trabalho das mulheres catadoras de mangaba. De modo geral, elas apontam

[...] as oficinas ajudam a distrair, além de gerar renda é terapia, ajuda as mulheres com outros problemas, tem o exemplo da prima de [suprimimos] que chegou lá para a gente cuidar, com depressão e lá ela conseguiu se curar, participando das atividades do projeto lá e aqui na casa, nós ali com apoio, com começo ela se trancava, depois ela aos pouquinhos foi confiando e se chegando, e hoje ela já voltou para a casa, para a cidade dela, mas a gente ajudou nisso. Não só ela, mas outras mulheres que passaram a mudar a vida pelas oficinas. (Araçá)

as oficinas do projeto preparam as mulheres para assumir posições dentro de trabalho dentro do próprio projeto, tem [suprimimos], tem [suprimimos], agora tem [suprimimos], tem [suprimimos] e isso são frutos das oficinas, são oportunidades para as que passaram pelo processo de formação e hoje estão dentro do quadro da equipe, fazendo seu trabalho lado a lado com o projeto. Eu também trabalhei como produtora de documentário (Murici)

As oficinas de processamento de alimentos acontecem nas unidades produtivas, nas casas das mulheres, ou em cozinhas cedidas por associações, que equipadas com insumos levados pelo Projeto e orientadas pela Engenheira de Alimentos e a Culinarista, ensinam e ajustam receitas dos produtos vendidos. Nesta trajetória, as mulheres apontam suas contribuições

Desde a primeira oficina de processamento de alimentos com [suprimimos], eu tinha acabado de sair do ensino médio, com filho pequeno, só tomando conta de casa e de marido, ficando triste, que eu fui participar e vi aquele monte de mulher para participar da oficina, que [suprimimos] começou a falar “olhe o que a gente pode fazer com a mangaba”, ficou todo mundo parada, porque a gente só catava mangaba e vendia, e ela mostrando ali a todo mundo que podia fazer a polpa e depois os outros produtos, comecei a me interessar e fui depois me aprimorando, aprendendo as receitas, vendo o que a gente poderia fazer não só com a mangaba mas também com as outras frutas foi muito interessante. (Araçá)

Eu vou falar de duas oficinas que mudaram a minha vida! A primeira foi a de processamento de alimentos, que hoje a gente faz os produtos a partir disso aí, foi uma mudança financeira na vida de todo mundo, sem falar que elas são uma terapia, tem horas que você se estressa um pouquinho, mas no final dá certo, mas uma das oficinas que transformou a Nara foi de comunicação. (Murici)

O processamento dos alimentos abre um olhar das catadoras de mangaba para a especialidade do seu trabalho, abre caminhos em outras perspectivas, supera as dificuldades da perenidade e da falta de possibilidade para trabalhar nos períodos entre safra.

As contribuições das oficinas de agroecologia já foram debatidas anteriormente, sendo norteadas pelos processos de preservação ambiental e resistência a derrubada das árvores nativas, potencializando atividades agrícolas nas mulheres que já tinham essa tendência laboral, entre o leque de atividades que desenvolve a mulher catadora de mangaba. Até em áreas que não realizam atividades de agroecologia as mulheres buscam apoiar as ações, como espelho das bases da luta feminina que norteiam o Projeto.

Lá não conseguimos implantar as atividades de agroecologia, mas a gente dá o maior apoio, fazemos a divulgação porque é perto, temos o

maior orgulho, divulgamos, e a gente percebe que tem muito pedido (Murici)

A agroecologia no Projeto Rede reflete a força da mulher camponesa, na luta por territórios livres, é a defesa da agroecologia como modo de produzir e reproduzir a vida, para a construção soberania alimentar. É uma alternativa para os movimentos sociais do campo de uma relação determinadas pela autonomia de produção, de respeito a natureza, e relação justa de consumo (Santos, 2022).

Já as oficinas de educomunicação têm o papel de despertar as mulheres para pensar suas demandas sociais e políticas frente às adversidades para as mulheres na estrutura da sociabilidade capitalista, e as dificuldades específicas com as quais lidam as mulheres extrativistas catadoras de mangaba de Sergipe. Neste sentido, despertam as mulheres a ocupar espaços físicos e virtuais que debatam suas realidades e as transformações almejadas.

As oficinas de educomunicação despertou tanta coisa em minha cabeça, que eu me apaixonei pela área, hoje tudo que envolve comunicação eu gosto, eu assumi as redes sociais da associação porque eu gosto, eu percebo que abre caminhos, que ainda as pessoas desconhecem, a gente consegue divulgar, vender, se comunicar! Hoje eu despertei a vontade de fazer jornalismo, e assim, transforma a vida, hoje eu consigo me comunicar, saber o que devo falar, como me posicionar, sabendo o momento de calar e de expressar o que se está sentindo. Até quando precisar brigar, em espaços que precisamos nos posicionar, até para ajudar outras mulheres, e todas as pessoas que passaram ministrando as oficinas de educomunicação, foram preparadíssimas, que despertavam o conhecimento todos os dias. Hoje eu consigo conduzir uma live, consigo me comunicar na internet, as oficinas de fotografia foi uma coisa que eu fiquei muito apaixonada, o cuidado de fazer uma foto, de pensar tudo direitinho, assim, foram oficinas que transformaram. (Murici)

O Projeto Rede trabalha com a metodologia da Educomunicação, criada por educadores-comunicadores populares junto aos movimentos sociais da América Latina, a partir de conceitos disseminados por Paulo Freire, Martín-Barbero e Mário Kaplún, que atua na produção qualificada das informações, buscando promover mudança de cunho social. Os processos educacionais promovem maior horizontalidade na aprendizagem, com base crítica e transformadora, com o auxílio das novas tecnologias (Soares, 2000).

A trajetória do Projeto Rede e sua metodologia relacionada à realização de oficinas impulsionou mudanças de comportamento de mulheres, que na grande maioria das vezes nunca tinham saído de seus territórios, sua forma de se comunicar com o mundo, mas sem perder a conexão com as suas origens

Eu fico lembrando quando nós começamos o projeto, a gente ia para muito lugares, e eu chegava e era mais de escutar, eu era muito envergonhada, ficava só calada, do jeito que eu chegava eu saía, quando eu vejo [suprimimos] dizendo, eu também era no meu mundinho quieta... e depois hoje vejo e pergunto “eu sou essa [suprimimos] mesmo?” Porque assim, foram muitas televisão, e essas bunitinha corria e eu era quem sobrava para falar alguma coisa, e isso foi despertando, e como o tempo a gente vai despertando, vai sabendo se posicionar, eu me sinto muito grata por isso. eu hoje dou muitas aulas como oficineira, as vezes com televisão em cima, e tem repórter que não compreende, uma vez em Pontal eu fiquei numa situação, e a repórter fazendo tanta pergunta, querendo que a gente disse coisa que ela queria, mas a gente vai aprendendo a se posicionar (Cambuí)

É importante dizer que a nossa trajetória, o movimento foi transformador das nossas vidas, a partir do movimento veio as associações que deu mais um passo adiante e depois os projetos veio para agregaram coisas que agregaram ainda mais mulheres na nossa luta (Murici)

A trajetória de luta das mulheres extrativistas catadoras de mangaba, aliada a metodologia do Projeto Rede, que dá continuidade ao processo de empoderamento feminino pensado nos projetos anteriores, impulsiona mulheres a pensar transformações favoráveis as suas vidas, seus trabalhos e suas comunidades, com mudanças comportamentais que auxiliam no processo.

Nos documentário nós tivemos momento de troca, de brincadeira, de algazarra uma com as outra, a gente vivia esse interação, foram momentos de alegria, que graças a Deus está continuando, e a gente vai tendo oportunidade. Vem os intercâmbio que a gente conhece outros lugares, se aproxima entre a gente, a mulheres se junta tudo, e a gente só tem a agradecer, a Deus e essas pessoas que chegou no nosso meio e se somar. (Cambuí)

As ações do Projeto são bem intensas, trabalho com 03 linhas de atuação, com ações bem diversificadas, com diversas oficinas maquiagem, corte e costura, vários tipos de artesanato em algumas áreas, em outras menos, mas no sentido de intensificar a identidade das catadoras, com trabalhos que elas já conheciam, mas no sentido de peças de divulgação, com os cursos de sublimação, de designer, de customização, e os cursos profissionalizantes. Na processo de formação das associações, além do encontros de auto organização, de mobilização, de comunicação, então projeto é muito amplo, massa acaba que hoje dentro da área das catadoras o direcionamento é mais para o processo de produção e comercialização, e com a educomunicação que faz mais o arremate das questões que envolvem ela no feminino, a comunicação, o marketing, então para esse projeto a gente tá com essas linhas que a gente já trabalhava anteriormente, mas pensando em aprofundar debates, como na área da agroecologia, que é ir para além das hortinhas de quintal e viveiros, mas de fato o que é ser uma mulheres agroecológica, que envolve outras relações, e retomaremos também o cursos profissionalizantes, e o maior desafio de todos, que o avanço para inúmeras áreas, do projeto atual. (Coordenadora do Projeto)

Promover ferramentas de comunicação e informação tem sido uma estratégia de apoio ao movimento de resistência das mulheres catadoras de

mangaba, elas são ferramentas de fortalecimento de debates internos e externos das problemáticas que estão no entorno do trabalho e da vida das mulheres.

Numa perspectiva de entendimento de sua temporalidade, as bases do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe constroem alternativas de gestão autônoma junto aos grupos de mulheres, com formações nos mais diversos campos

[...] o projeto visa deixar as associações preparadas para dar continuidade ao trabalho, claro que tem mulheres que decidem não continuar e se perdem pelo caminho, mas deixar estruturado para que a gente depois consiga andar com as próprias pernas, e isso é importante porque quando a gente passa por outros projetos quando acaba tudo acabou, e aqui não, nós temos de fato realidades de grupos de mulheres que foram preparadas, constituíram associações e hoje conseguem produzir, a gente consegue se preparar para o futuro, isso é o ideal, homens e mulheres caminhando com as próprias pernas, a gente tem nesse projeto. (Murici)

De fato, seguir coletivamente é uma escolha que trabalha na contramão da lógica individualista do Capital, especialmente, num contexto de políticas sociais pontuais, formuladas por um Estado num contexto de crise e marcado pela contrarreforma que o neoliberalismo, e atualmente, no cenário brasileiro, o ultraneoliberalismo. Em contraposição é o movimento de organização da classe trabalhadora que pressiona a construção desses mesmos direitos, e isso deve ser a força impulsionadora das catadoras de mangaba (Behring, 2009).

Por parte do Estado, foram poucos avanços na perspectiva de conquista de direitos sociais e trabalhistas. As catadoras de mangaba do estado de Sergipe carregam estigmas sociais difíceis de serem superados, são mulheres, nordestinas, em sua maioria pardas e negras, em processos de vulnerabilidade social, com pouca escolaridade, que estão vendo suas alternativas de sobrevivência se exaurindo enquanto recurso natural, aspectos que facilitam o descaso por parte do poder público.

#### **4. ASPECTOS CONCLUSIVOS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DEBATE**

A trajetória do estudo sobre as transformações, avanços e desafios para o trabalho das mulheres extrativistas, catadoras de mangaba em Sergipe, como uma pesquisa inédita, especialmente dentro do Serviço Social, aflorou reflexões as demandas coletivas por direitos sociais e políticas públicas, por elas apresentadas.

Assim, apresentamos as considerações finais, nos desafiando a apontar contribuições do Serviço Social, para o fortalecimento de suas lutas, vislumbrando possibilidades de serviços socioassistenciais, como processo inovador. Olhar do Serviço Social frente as contradições do sistema capitalista e suas formas de dominação contribuíram, para buscar repostas para as questões norteadoras, que de forma crítica aponta as contradições inerentes as relações sociais que as cercam, de forma fundamental para seguir com a reflexão a que estamos nos propondo.

Quanto ao questionamento “Quais as mudanças são potencializadas pelo trabalho da cata da mangaba na vida das mulheres extrativistas do estado de Sergipe?”, nos deparamos com mudanças em diversos aspectos, relações de gênero, papel social, cultural e de espaço e tempo, no sentido de ver mulheres que transformam um vida subalternizada pelas vulnerabilidades que as cercam, através da organização coletiva, rompendo ciclos de silêncio, violência e exploração, passando a gerir suas famílias e suas vidas por uma renda de seu trabalho, encontrando caminhos também para superar as adversidades do próprio trabalho, defender seus territórios e sua cultura.

O trabalho da cata da mangaba é realizado por gerações entre suas famílias, as mulheres conhecem todo o saber de como lidar com as mangabeiras e seus frutos, ou seja, elas dominam o manejo, mas é a partir da autoidentificação como catadoras de mangaba, e de iniciar seu processo coletivo de organização, que se dá a mudança, no sentido de que elas são despertadas para o processo de trabalho, se posicionando frente a lógica de mercado, pensado a mangaba como mercadoria, sua lógica de produção e comercialização, mas sem deixar de lado o uso dos recursos de forma sustentável.

Sobre a indagação, “Como o trabalho influencia na construção da sua identidade e na sua relação com o território, considerando sua inserção política e social para garantia da continuidade da prática extrativista? ”. Neste sentido, duas categorias se relacionam para entender as transformações do trabalho das catadoras de mangaba, a identidade e o território. Com o desenvolvimento do processo de organização coletiva das catadoras de mangaba, o sentido de identidade social construída pelas mulheres se dá como consequência da demanda por visibilidade e pela tomada de consciência do processo de trabalho como característico de um coletivo, que vai além do cotidiano local/individual, ao mesmo tempo que a correlaciona com a caracterização material e imaterial de seu território.

Assim, num estado que a lida com a cata da mangaba se faz pelas mãos de mulheres, que se auto identificam como catadoras de mangaba, determinando características comuns ao seu modo de existir, que se reconhecem em seus territórios, respeitando seus potenciais e ameaças, formulam demandas coletivas que subsidiam suas lutas pela conservação e uso consciente de seus recursos naturais, numa perspectiva de extrativismo, pela perspectiva de comunidade tradicional.

Os territórios das catadoras de mangaba tem a presença da fruta nativa, e sofrem as ameaças dos interesses de mercado, a visibilidade da identidade dessas mulheres e dos aspectos que estão no seu entorno, tem o objetivo de fortalecer suas lutas por existir diante dos impasses e ameaças que sofrem: impedimento do acesso as frutas; derrubadas das mangabeiras pela especulação imobiliária; valorização da fruta como mercadoria.

Esse processo de consciência e posicionamento político que perpassam a identidade coletiva das catadoras de mangaba, estabelece uma relação com o seguinte questionamento “Que transformações na vida e no trabalho foram possíveis a partir da participação nos I e II Encontros de Catadoras de Mangaba de Sergipe?”. As pesquisas apontam os encontros de catadoras de mangaba como marco de possibilidades que impulsionam a um exercício de empoderamento das mulheres, que perceberam seu potencial, se perceberam num coletivo e exercitaram seu protagonismo, adentrando espaços públicos e

privados, antes nunca experimentados, com o intuito de realizar o enfrentamento as ameaças ao seu trabalho e suas vidas.

As transformações acontecem a partir de vivências marcadas pela saída de seus territórios, para debater suas realidades e troca experiências com outras comunidades, ampliar os conhecimentos científicos sobre sua atividade laboral, incluindo ouvir e pensar sobre possibilidades de transformações. Numa metodologia participativa, que tornava cada participante protagonista do processo e detentora de saber, capaz de entre outras conquistas, criar o Movimento de Catadoras de Mangaba (MCM), criar o hino da catadoras de mangaba que espelha o cotidiano de seu trabalho e de sua luta, além da carta aberta das catadoras de mangaba, que apresenta suas demandas.

O aspecto que motivou a organização coletiva das catadoras de mangaba a partir da realização dos I e II Encontro de Catadoras de Mangaba foi a ameaça da extinção de seu trabalho, diante do cercamento das terras e da derrubada das mangabeiras, fruto de aspectos de interesse do capital relacionados valorização da mangaba e a valorização imobiliária das terras do litoral sergipano, onde as mangabeiras são nativas.

As lideranças das mulheres catadoras de mangaba representantes das cinco associações criadas a partir da organização coletiva, que participaram da pesquisa de campo, apontam que a problemática que ameaçava sua existência pelo trabalho, foi a motivação para o processo organizativo, passados 16 anos, não teve mudanças significativas, de cunho positivo para elas, em que as mesmas apontam para um acirramento das questões que as ameaçam seus territórios, sem respostas efetiva de proteção por parte do poder público.

Ao mesmo tempo as mulheres, amostra da pesquisa de campo, apontam conquistas nos processos de trabalho, desenvolvimentos de produtos da mangaba, conquista das unidades produtivas, reconhecimento social para a sua existência, canais de comercialização além-fronteiras e identidade grupal fortalecida. Esses avanços foram conquistados a partir de ralações com parceiros institucionais, através de canais de capitação de recursos, firmando-se como maior conquista a patrocínio/convênio com a Petrobras, através de sua área de Programa Socioambiental.

Pensando os avanços e conquistas das catadoras de mangaba em Sergipe, questionou-se “Como o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe auxilia no processo de organização para enfrentamento das problemáticas que as cercam cotidianamente da vida e do trabalho da cata de mangaba?”, constatando que o Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, assim como os outros projetos que lhe antecederam, contribuiu apoiando ações de fortalecimento e conquistas dos coletivos de mulheres agrupadas em associações e vinculadas ao MCM. Esse apoio veio para a constituição das associações, construção das unidades produtivas, materialização da identidade visual que as representa, alinhamento das receitas e dos produtos a partir das boas práticas determinadas pela Engenharia de Alimentos, além de buscar mecanismos de preservação da vegetação da restinga com ações Engenharia Florestal, entre outras possibilidades já relacionadas.

Mesmo sendo esses projetos dialogados em seus fundamentos, a partir das demandas das mulheres catadoras de mangaba com metodologias participativas como estratégia de refletir suas realidades, a fim de transformá-las, e tendo eles uma importância inegável para a organização das mulheres catadoras de mangaba, se firmando como oportunidade financeira e de reconhecimento social quando se apresenta com a marca Petrobras, eles não se configuram como possibilidades transformadoras que consolidam direito social e cidadania, mas abriram algumas vias de diálogo e visibilidade para as problemáticas que estão no entorno da cata da mangaba em Sergipe.

Olhares sobre os avanços conquistados a partir de projetos com tempo estabelecido, e ações determinadas por um financiamento público privado, é uma reflexão que estimula a última indagação previamente estabelecida “Quais os direitos sociais e políticas públicas são percebidas pelas mulheres em suas vulnerabilidades sociais?” As mulheres falam que não alcançou nenhum tipo de direito social como catadoras de mangaba, seja pelo defeso ou pela contribuição e aposentadoria previdenciária, como qualquer outra trabalhadora, considerando que não existe essa denominação entre as ocupações no INSS, ou uma legislação específica, tendo que optar por declarar outras ocupações próprias de sua realidade, como agricultora ou marisqueira, para ter acesso a alguns direitos.

A experiência de auto identificação traz a consciência da cata da mangaba como trabalho, as mulheres entendem que são guardiãs de um saber empírico sobre a fruta apreendido pela vida e realidade que as cercam, assim como seu papel político de resistência da preservação de seus territórios, num conjunto de demandas coletivas que ameaçam e são ameaçadas pelas relações de poder dentro da lógica da propriedade privada e da subalternidade entre classes, que volta-se ao foco de temáticas como posse da terra, posse da fruta, posse da mão-de-obra de mulheres que insistem em lutar por direitos, relações familiares e subalternidade.

Neste sentido, demandam do Estado políticas públicas de reconhecimento do trabalho e conquista de direitos sociais referentes a proteção previdenciária e implantação de Unidades de Conservação (UCs) da mangaba na modalidade Reserva Extrativista (RESEX), como forma de garantia e preservação de seus territórios. Suas lutas as fizeram conquistar acesso a espaços de decisão e poder enquanto membros da Sociedade Civil Organizada, em diversas esferas municipais, estaduais e federais, atualmente estão como membros do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, além de diversos conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Políticas para Mulheres em esferas municipais e estadual.

O movimento instituído pelas cinco associações estudadas evoluiu pouco em conquistas neste sentido, sendo seu maior avanço a promulgação da Lei n.º 7.082, de 16 de dezembro de 2010 que reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o autorreconhecimento como critério do direito. Contudo, esse avanço não contribuiu para a consolidação das Resexs de mangaba em Sergipe, com debates iniciados na Barra dos Coqueiros pelo Incra e catadoras de mangaba, e na região sul, em Estância, através de associações de pescadores e catadoras de mangaba.

Dentro desta perspectiva, um grupo de catadoras e catadores de mangaba territorializados(as) na cidade de Aracaju, no Bairro Santa Maria, conseguiram a conquista da primeira Resex do estado de Sergipe. Criada pelo Decreto n.º 6.775, de 20 de abril de 2022, denominada Reserva Extrativista da Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres, com área de 94.285,19 m². Essa é uma conquista de famílias que ocupavam a terra desde o no fim da década de 1950,

onde existe natural de mangabeiras, numa terra que proporcionava moradia e trabalho por anos como catadores(as) de mangaba, onde atualmente é o Bairro 17 de Março, na Zona de Expansão.

A Reserva Extrativista da Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres é uma conquista da luta do coletivo de catadoras de mangaba de Sergipe, sua consolidação é fruto de um conjunto de forças de instituições e pessoas que são acessadas por aspectos que norteiam a sobrevivência das famílias de das mangabeiras nativas do estado, que pressionou para um posicionamento do poder público favorável de conquista popular, frente a mesma lógica imobiliária capitalista que superou as tentativas anteriores, a exemplo da Ação Civil Pública n.º 17/2020. MPF/PRSE/LNT. Um fator corroborou com as legislações que possibilitam a apropriação territorial de extensões ocupadas e utilizadas tradicionalmente por extrativistas, que se apropriaram desse território a mais de meio século e vivendo de vida de forma comunitária (Sergipe, 2020).

Seguindo o processo reflexivo que aponta aspectos finais do estudo, passamos ao diálogo com as hipóteses, previamente apontadas, no sentido de refutar ou confirmar sua propositura. Quando se afirmou que “O reconhecimento da cata da mangaba como trabalho e a organização para o trabalho proporciona as mulheres extrativistas transformações significativas as suas vidas e de suas famílias no sentido emancipatório, dando-lhes uma identidade de sujeitos sociais para a conquista de direitos”, se percebeu que de fato o processo de organização transformou a vida das mulheres catadoras de mangaba e fortaleceu sua identidade, assim como deu visibilidade a suas formas de viver e as problemáticas de seus territórios, oportunizando diálogo com diversos setores da sociedade, mas não as fez conquistar direitos sociais emancipatórios, tendo o Estado trabalhado para a proteção dos interesses da classe dominante, mesmo as mulheres se consolidando em espaços de disputa de poder, não são pensadas legislações sociais que normatizem seu trabalho, ou mesmo ações governamentais para garantia de acesso e preservação de seus territórios, as mulheres são invisibilizadas, mesmo tendo conquistado garantias legais como comunidade extrativista tradicional.

Essa constatação provoca como reflexão a seguinte pergunta: “Quem é protegido quando o Estado invisibiliza a mulheres catadoras de mangaba?” A

negação da existência das mulheres catadoras de mangaba como trabalhadoras por parte do Estado, se concretiza quando é negado direitos trabalhistas básicos para mulheres que já provaram sua existência e importância social, a partir de seu trabalho e sua organização coletiva. Neste sentido, o Estado cumpre função em princípio dentro capitalismo, que trabalha para regular processo de contraditórios, normatizar as relações e favorecer a classe dominante no processo de acúmulo de riqueza em detrimento da classe subalterna. Historicamente, como se percebe uma tradição, o Estado Brasileiro

[...] não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores/as do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social (Raichelis, 2020, p. 21)

Assim, o Estado fortalece as redes de violências de gênero, de raça e econômica a que são submetidas as mulheres catadoras de mangaba desde a sua origem, buscando provocar o seu silenciamento diante das frustrações que são despertadas com a negação da garantia de direitos sociais pelo trabalho que as definem, negando a importância das demandas por elas apresentadas.

A segunda hipótese afirma “A constituição da Rede Solidária de Mulheres de Sergipe fortalece o processo de identidade e conquistas, inclusive no âmbito individual, transformando aspectos do seu cotidiano, inegavelmente pensados antes desse formato, para além das questões culturais e econômicas”, que foi confirmada em sua integralidade. O contexto de oportunidades criadas no entorno da realização, para mulheres catadoras de mangaba fortalece seus processos coletivos, mas a partir de sua metodologia, também fortalece os processos individuais, trabalhando reflexões que estimulam o protagonismo, o mapeamento das demandas, a construção de caminhos resolutivos para as suas dificuldades, para a sua realidade permeada de vulnerabilidades, e contraditoriamente encontrando formas de superação, de transformação.

As mulheres extrativistas catadoras de mangaba apontam a importância do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe no que diz respeito ao apoio a produção e comercialização de seus produtos, a partir de suas ações e seu aparato de condições objetivas de ordem técnica e financeira. Mas, ao mesmo tempo, afirma uma relação política, onde o apontam como um espaço de

aprendizagem, acolhimento e fortalecimento entre mulheres que o compõem, especialmente nas experiências grupais.

O Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe se constitui a partir de uma metodologia integrativa e participativa, que propicia vivências que são apontadas pelas mulheres como processos de construção, fortalecimento e transformação cotidiana de suas identidades individual e coletiva. Dentro de uma lógica feminista e interseccional, de respeito as múltiplas identidades das mulheres catadoras de mangaba, culinária, agricultoras e artesãs, o Projeto Rede busca trazer para a consciência suas potencialidades respeitando seu “lugar de fala” a cada possibilidade de intervenção nas realidades.

A análise do papel do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe para o fortalecimento do trabalho das catadoras de mangaba, aponta para uma dualidade necessária de reflexão: Este é um espaço conquistado pelas mulheres importante para consolidar conquistas coletivas, mas que contraditoriamente se configura num formato de ação pontual, financiada por uma instituição privada de caráter público, que não se consolida como política social cidadã e que de certa forma, retira do Estado sua responsabilidade de prover, podendo sofrer ruptura de continuidade a qualquer tempo.

Entendendo que toda a reflexão até este ponto já se consolida como contribuição de Serviço Social para o debate da questão social que envolve a vida e o trabalho das catadoras de mangaba, resta desnudar aspectos que possam auxiliar para o despertar das contradições que as cercam.

Pensando as relações desiguais que cercam seu trabalho, é importante entender que elas têm na sociedade capitalista, como assinala Lamamato (1998, p. 27) “[...] uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Assim, a condição de valorização do mercado em relação as terras e a fruta já deixam as catadoras de mangaba em condição desigual e subalterna, na lógica instituída pela classe dominante do sistema capitalista.

Para subverter essa lógica, firmando as vivências em rede por parte dos grupos de catadoras de mangaba, apontaremos alguns aspectos relevantes do trabalho das catadoras de mangaba e de suas lutas coletivas neste estudo, que

se configuram como argumentos importantes nas relações de poder entre classes sociais com interesses distintos. Assim, são considerados avanços:

1. As mulheres conquistaram a determinação da cata da mangaba como trabalho, e se auto identificaram catadoras de mangaba, a partir da caracterização de uma prática coletiva em diversos grupos.

2. Os saberes ancestrais de lidar com a fruta intuitivamente, se consolidaram como processo de trabalho: o despulpamento da fruta e a fabricação de produtos dela derivados.

3. A constituição das Associações, das unidades produtivas e dos materiais de identidade visual fortaleceram com aspectos materiais e imateriais a identidade produtiva do grupo, para além da cultural.

4. As mulheres catadoras de mangaba passam a ter algumas garantias legais com a conquista do status de comunidade tradicional e extrativistas, através de leis e decretos que favorecem seu trabalho em diversos âmbitos (Cf. Capítulo 2).

5. O trabalho das Catadoras de Mangaba se estabelece a partir da extração de recurso naturais, mas agrega valores imateriais importantes no sentido de que o produto é feito de forma artesanal, coletiva e sustentável, com acompanhamento de boas práticas de fabricação, respeito identidade territorial e os demais atores envolvidos.

É fato que a participação das mulheres das associações de catadoras de mangaba permitiu a quebra de barreiras contra a invisibilidade do trabalho na cata de mangaba frente à lógica do capital. Quanto aos desafios presentes e futuros do processo trabalho da cata da mangaba, enumeramos:

1. Fomentar a participação das mulheres pela lógica da organização coletiva, frente ao apelo social do individualismo, em detrimento as demandas comunitárias, que esvazia os equipamentos sociais.

2. Criar estratégias de acesso as esferas de poder e governabilidade, para superar o descaso governamental em relação a conquista de direitos sociais trabalhistas.

3. Estimular debates para a criação de Unidades de Conservação/ Reservas Extrativistas, para garantir a preservação territorial, o acesso a cata da fruta e manutenção de sua cultura.

Concluimos que as mulheres catadoras de mangaba em seu trabalho espelham a invisibilidade e o silenciamento, próprios das relações estabelecidas com mulheres dentro da lógica patriarcal capitalista. Contudo, seu movimento coletivo de organização traz para a consciência reflexões para superar essa condição de subalternidade pela perspectiva de gênero, somando estigmas de raça e econômica, onde conseguiram construir outros caminhos.

Ao trazer essas reflexões para a perspectiva do Serviço Social brasileiro, possibilita-se ampliar o escopo de análise sobre a defesa das classes trabalhadoras, na direção da defesa do acesso (bem como da ampliação das lutas) por direitos conquistados e ainda em vias de conquistas. A realidade das mulheres catadoras de mangaba, e sua designação enquanto tais é recente, mas o acúmulo teórico na profissão já tem escopo para essa aproximação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. Ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008
- ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e as populações tradicionais. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. São Paulo: SBPC, Labjor, 2001.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf). Acesso em: 10.05.2024.
- ASCAMAI. **Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe**. Fase 01, 2018
- ASCAMAI. **Relatório do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe**. Fase 01, 2020
- ASCAMAI. **Relatório do Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe**. Fase 02, 2023
- BANDEIRA, L. M. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(1): 207-230, janeiro-abril/2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- BEHRING, Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2012, 2ª ed.
- BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

- BONFIM, L. A. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [ 3 ]: 777-796, 2009
- BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, p. 131-165, 2018.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014.
- BRASIL. Decreto Lei. 9.985, de 18 de Julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm) Acesso em: 15.03.2024
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.
- BRASIL. Decreto Lei. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)Acesso em: 10.02.2024.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União. Brasília, DF
- BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Brasília-DF, 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília-DF, 2000. BRASIL, 2006
- BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. **A Mulher e o Trabalho**. In: Trabalhadoras do Brasil, São Paulo: Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, 1982.
- CARNEIRO, Si. Mulheres em Movimento. **Dados**, nº 17, 2003, p. 117-132.
- CASTRO, E. **Mulheres da Amazônia Brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n.1, p. 138-154, Jul./Dez., 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588> Acesso em 20.5.2024

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual**: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, A. O.; BRUSCHIN, C. Uma Construção Ímpar: Os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo n. 80 p. 91-99, Fev. 1992. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1007/1016> acesso em 10.05.2023

Dias, C. A. “Grupo Focal técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas”. **Informação & Sociedade**, vol. 10, no. 2, 2000, pp. 1-12, <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>. Acessado 16 jun. 2020.

DIEGUES, A. C. (org). **Biodiversidade e comunidade tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP; PROBIO-MMA; CNPq, 1999

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Nº 6, p. 115-137, jul. 1996. Disponível em: < <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/88>>. Acesso em: 20 de julho de 2023

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe – Ameaças e Demandas. Autores:** Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues; Josué Francisco da Silva Junior; Dalva Maria da Mota; Emanuel Oliveira Pereira; Heribert Schmitz. Brasília – DF: Embrapa, 2017

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: Situação atual e Perspectivas.** Coordenadores Daniel Luis Mascia Vieira, Raquel Fernandes de Araújo

Rodrigues: autores Emanuel Oliveira Pereira ... (et al). Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Relatório do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe 2007**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental. Aracaju, SE, 2007.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Relatório do II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe 2009**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental. Aracaju, SE, 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

ENGELS, F. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 4ª edição, São Paulo: Global; 1990.

ESTERCI, N. **Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira**. Boletim Rede Amazônia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2002.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, V. 13 n 1-2, p. 121-142, jan/dez. 2008

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. Vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, D. M. A. **Cadeia de comercialização de produtos de floresta secundária dos municípios de Bragança, Capitão Poço e Garrafão do Norte – Pará**. Belém, PA: UFPA – Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R (orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-57.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. “Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro”. **Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p.1-28, jan.-jun. 2006.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho, **Cadernos de Pesquisa**, V. 37, nº132, 2007.595–609.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1993. 202 p.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - São Paulo, Cortez, 1998.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> Acesso em 16.06.2023

IBGE. **Produção extrativa vegetal. 2008** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=774&view=detalhes> Acesso em: 05.05.2023

JESUS, P. S. **Catadoras de mangaba: produtos artesanais, identidade e turismo**. Aracaju: Coordenadoria de Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2010, 20p.

JESUS, P. S. **Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros – SE**. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, 2017, 184p.

JESUS, P. S.; SANTOS, H. J. S. O Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe: Entre finalidades e avanços. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão,

Ano XXIX, n. 1, p.91-109, Jan./Jun. 2018. ISSN: 2318-2695. Acessado: 10.05.2023

JESUS, Sônia M. S. A. de. **Trabalho feminino, cultura extrativista e Tradição.** In LEITE, Mirsa M. B. X., JESUS, Sônia M. S. A. de.(Org.), Luta, trabalho, cultura e tradição: extrativistas em movimento na restinga sergipana. São Cristóvão, 2016.

KERGOAT, Danièle. **A Relação Social De Sexo: Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. Pro-Posições**, Campinas, v.13, n.1 (37), p.47-59, jan.-abr. 2002.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75

KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação.** In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. O Sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

LAVILLE, Christian. **Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

LESSA, S; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012

LIMA, Bianca F. **Vida e Trabalho: Um estudo das mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó.** Estado do Pará. Belém; UFPA/NCADR, 2017

[file:///C:/Users/conceicao/Downloads/Livro\\_VidaTrabalhoEstudo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/conceicao/Downloads/Livro_VidaTrabalhoEstudo%20(1).pdf)

Acesso: 20.03.2024

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem.** Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978

- LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo. Atlas. 2019.
- MARINI, Ruy M. **Subdesenvolvimento e revolução na América Latina**. 6ª edição. São Paulo: Insular, 2014
- MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARX K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach,, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845/1846)**. Superv. edit.: Leandro Konder. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Scheneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo:Boitempo,2007.
- MARX, Karl **O capital. Livro II**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2014
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**; tradução de Lúcia Ehlers. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. MMA. Ministério do Meio Ambiente. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (Grupo de Coordenação). **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, julho de 2009.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez,2011.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MOTA, D. M. da (Org.). **As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007
- MOTA, D. M. da et al. **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

- MOTA, D. M. da et al. **Extratativismo de mangaba é “trabalho de mulher”?** **Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil.** Novos Cadernos NAEA, v. 11, n. 2, p. 155-168, dez. 2008.
- MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. **A mangabeira as catadoras e o extrativismo.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- NETTO, José P. **Introdução ao Estudo do Método de MARX.** ED. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São. Paulo: Cortez, 7ª edição, 2011
- NUNES, Georgina Helena Lima. **Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que fazer vento”.** In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Nandyala, 2014, p.179 a 204.
- PACHECO, M. E. L. **Sistemas de Produção: Uma perspectiva de gênero.** Uma versão preliminar deste texto, foi apresentada no workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas - construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras”. Coordenação de SOS CORPO Gênero e Cidadania e apoio da entidade alemã GTZ. São Paulo, p. 1-13, 1996
- PASQUARELLI JÚNIOR, V., ROSSINI, R., E., CALIO, S., A. **Gênero e Meio Ambiente: Mulher, Justiça Ambiental e Desenvolvimento sustentável.** In: PARENTE, T. G.; MAGALHÃES, H. G. D. (Org.) Linguagens Plurais: Cultura e Meio Ambiente. Bauru: EDUSC, 2008. p. 65-87.
- PASSOS SUBRINHO, J. M. **História econômica de Sergipe (1850-1930).** 140f. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas. 1983.
- PEREIRA, P. A.; STEIN, R. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre e América Latina. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise: Política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.
- PEREIRA, Emanuel Oliveira. **Extratativismo da mangaba (Hancornia speciosa Gomes) no povoado Lagamar, Pirambu-SE.** 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

- PORRO, Noemi M; MOTA, Dalva M da; SCHIMITZ, Heribert. **Movimentos Sociais de Mulheres e Modos de Vida em Transformação: Revendo a questão dos recursos de uso comum em Comunidades Tradicionais.** In: Raízes, v. 30, n 2, p. 111-126, jul-dez/2010
- RAICHELIS. Raquel. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social** In: Atribuições Privativas do Assistente Social Em Questão. Vol 02 ORG. Comissão de Orientação de Fiscalização Profissional COFI/CFESS, Brasília, 2020
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** Tradução de FRANÇA, M. C.. São Paulo: Editora Ática, 1993
- RAMOS FILHO. Eraldo da S. **A implantação do Núcleo de Extensão em desenvolvimento territorial: agroecologia, gênero e participação política no campo sergipano.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: Novembro de 2015.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- RIOS, F.; Perez, O; RICOLDI, A. **Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo.** In: Lutas Sociais, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A questão da mulher na perspectiva socialista. Lutas Sociais**, n. 27, São Paulo, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth.. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SALES, C. V. **Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443,2007
- SANTOS, Eline A. **Mulheres pescadoras-mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE** São Cristóvão, SE, 2018.
- SANTOS, Josiane S. **Questão Social: Particularidades do Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. V.6.
- SANTOS, Laiany R. S. **Feminismo e Resistência: a espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe.** São Paulo: Editora Dialética, 2022

- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000
- SAQUET, M. A., SOUZA, E. B. C. de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** 1 ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** -2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAQUET, Marcos. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SAQUET, Marcos. **Proposições para estudos territoriais,** Geographia, n.15, 2006a, p.71-85.
- SARAIVA, R. M; JESUS, S. M. S. A; SILVA, A.S. **As catadoras de mangaba e o seu papel no contexto da sociedade sergipana.** In: VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão /SE, 2012.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **TERRITÓRIO E GÊNERO territorialidades ausentes.** In: Territorialidades : dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres / Cristiano Rodrigues ... [et al.] (org.).- Salvador: EDUFBA, 2018. 310 p.
- SEGALEN, Martine. **Sociologia da família.** Lisboa: Terramar, 1999.
- SERGIPE, **Procuradoria da República de. Ação Civil Pública n. 17/2020. MPF/PRSE/LNT.** Inquérito civil n. 1.35.000.000381/2015-41. Ministério Público Federal. Aracaju, 2020.
- SERGIPE. Decreto n. ° 12.723 de 20 de janeiro de 1992. **Institui a Mangabeira, como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe.** Aracaju-SE,1992.
- SERGIPE. Lei nº 7.082 de 16 de dezembro de 2010. **Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito.** Aracaju-SE, 2010.
- SERGIPE. **Projeto de Lei nº 1.666, de 2015. Proíbe o corte e a derrubada da mangabeira e dá outras providências.** SE, 2015. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=04](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=04)

8C6B0737DCACCC536327AD5EDAAAC7.proposicoesWeb2?codteor=1343958&filename=Avulso+-PL+1666/2015. Acesso em: 17 abr. 2024.

SILVA, J. M. **Conhecimento geográfico e complexidade: a perspectiva feminista da ciência.** In: III Encontro de Geografia- A Geografia e suas vertentes: reflexões. VI Semana de Ciências Humanas. Instituto Federal Fluminense: RJ, 2010. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/view/1649>.

Acesso: 20.06.2023

SILVA, M.O. **Saindo da invisibilidade - a política nacional de povos e comunidades tradicionais.** Revista Inclusão Social. Brasília,v. 2,n. 2,p.7-9,2007. Disponível em : . Acesso em 22/02/15.

SIMIONATTO, I. **Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura.** Belém, UFPA/NAEA. 2001. 270 p.

site:ascamai.com.br/acesso 20.03.2024

SOARES, I. **Educomunicação: um campo de mediações.** Comunicação & Educação. São Paulo: 19. Dezembro de 2000.

SORJ, Bila. **O feminismo na encruzilhada da modernidade.** In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUSA, T. R.; LIBERATO, R. S.; JESUS, P. S. **Mangaba na Rede: o papel das redes sociais para a promoção do discurso das Catadoras de Mangaba em Sergipe.** In: 4º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2012, Recife.

SOUZA LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 77-116

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Relações de gênero e a História das mulheres camponesas.** La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 14, n. 2, p.

45-62, jul./dez. 2009. Disponível em:  
<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/143/160> .

Acesso em: 15.06.23.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018

TORNQUIST, C. S. et al. **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**.

Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Anuário Estatístico da UFS: 2019/2020**. São Cristóvão: UFS, 2020.

## ANEXOS

### FOTOS DA TRAJETÓRIA DAS CATADORAS DE MANGABA

FOTOS 01 e 02: CATADORAS DE MANGABA DE SERGIPE NA PRÁTICA DO EXTRATIVISMO (Fonte: Arquivo Ascamai e Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe)



FOTOS 03 E 04: ATIVIDADES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO EM CAPUÃ (BARRA DOS COQUEIROS) E RIBULEIRINHA (ESTÂNCIA) (Fonte: Arquivo Ascamai e Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe)



**FOTO 05: REGISTRO DE GRAVAÇÃO DE CD COM MULHERES DO PROJETO CATADORAS DE MANGABA GERANDO RENDA E TECENDO VIDA (Fonte: Ascamai e Arquivo Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe)**



**FOTO 06, 07 E 08: OFICINAS FORMATIVAS DO PROJETO REDE SOLIDÁRIA DE MULHERES DE SERGIPE (Fonte: Arquivo Ascamai e Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe)**



**FOTO 09 E 10: ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO (Fonte: Arquivo Ascamai e Projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe)**

